

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Programa de Pós Graduação em Urbanismo
CEATEC

Amanda Negrão Pimenta

**“Desenvolvimento Turístico e Configuração Urbana:
Estudo de Caso da Cidade de Brotas”**

Campinas

2008

Amanda Negrão Pimenta

**“Desenvolvimento Turístico e Configuração Urbana:
Estudo de Caso da Cidade de Brotas”**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora, como exigência parcial para a obtenção de título de Mestre do Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-CAMP.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi.

Campinas

2008

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t711.40981 Pimenta, Amanda Negrão.
P644d Desenvolvimento turístico e configuração urbana: estudo de caso da cidade de
Brotas / Amanda Negrão Pimenta. - Campinas: PUC-Campinas, 2008.
183p.

Orientadora: Maria Cristina da Silva Schicchi.
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de
Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação em Urbanismo.
Inclui bibliografia.

1. Planejamento urbano - Brotas (SP). 2. Turismo - Brotas (SP). 3. Ecoturismo.
4. Arquitetura - Aspectos ambientais. I. Schicchi, Maria Cristina da Silva. II. Pontifícia
Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de
Tecnologias. Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

22.ed.CDD - t711.40981

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi

1º Examinador Prof. Dr. José Marta Filho - UNESP

2º Examinador Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior - PUCAMP

Campinas, de de 2008.

À minha avó, Guiomar Rodrigues Negrão, mulher forte e batalhadora,
sábua e bondosa. Ensinou-me que o maior bem do ser humano é o
conhecimento, que o perdão é indispensável e que o amor ao próximo é
essencial. *(in memoriam)*

AGRADECIMENTOS

À Deus por todas as dádivas concedidas.

Aos meus pais, Márcia e Carlos Pimenta, pelos ensinamentos, apoio e amor indispensáveis para meu empenho e dedicação nesse trabalho.

Ao amigo Alexandre Panosso, pelos exemplos e palavras que motivaram a busca por esta nova direção profissional.

À Profa. Cristina Schicchi, orientadora dedicada, pelas contribuições, ensinamentos e carinho nesta “inédita” área da ciência urbana.

À Profa. Karina Solha, pelas preciosas observações no exame de qualificação.

Ao Prof. Caracol, por todo o conhecimento e comprometimento permitidos neste percurso.

Ao Prof. José Marta Filho, pela confiança e incentivo para meu ingresso e aprofundamento no mundo acadêmico.

À Profa. Raquel Rolnik, por sua extraordinária sabedoria e entusiasmo na área urbana.

À Ivone Salgado, pela sabedoria e dedicação ao mundo da ciência urbana.

Ao meu namorado Fabiano Tommasino e sua família pelo carinho e acolhimento nesta caminhada.

Ao meu irmão, Carlinhos, por todo amor e proteção.

À Olívia Bagi, amiga de todas as horas, pela paciência, estímulos e orações.

Aos meus grandes amigos Fábio Tadeu e Simone Junqueira, fundamentais nesta jornada.

À amiga, Giovaninna, companheira indispensável neste percurso, compartilhando alegrias e angústias.

À Daniela Klintowitz, amiga de estudo e reflexões, dividindo momentos de dúvidas e esclarecimentos.

Às Faculdades Integradas de Ourinhos e a CAPES pelo incentivo financeiro neste programa.

Ao Sininho, Diretor do Departamento de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Brotas, que possibilitou o acesso aos diversos documentos necessários, além de conversas imprescindíveis para realização deste trabalho.

À Beth Paiva, Coordenadora do Núcleo Brotas Brasil, pela abertura, contatos proporcionados e total colaboração nessa pesquisa.

Ao Roberto Buzaranho e Tomás Santo André, inspetor do pelotão ambiental e técnico de turismo da Prefeitura Municipal de Brotas respectivamente, pelas diversas informações e arquivos concedidos.

Aos proprietários e funcionários das agências de turismo de aventura, hotéis e pousadas, restaurantes, sítios turísticos e a todos os demais que de alguma maneira contribuíram na elaboração deste trabalho de pesquisa.

RESUMO

PIMENTA, A. N. *Desenvolvimento Turístico e Configuração Urbana: Estudo de Caso da Cidade de Brotas*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCAMP.

Este estudo aborda a relação entre o desenvolvimento da atividade turística e a configuração urbana atual da cidade de Brotas, através do estudo das transformações produzidas no meio urbano e rural decorrentes de impactos provenientes da instalação de equipamentos turísticos, procurando evidenciar o fenômeno turístico como agente transformador da configuração urbana. O trabalho apresenta o turismo na natureza como fator fundamental para a consolidação do Município como destino turístico, caracterizando Brotas como “Capital Nacional do Turismo de Aventura”. Pretendeu-se também investigar alternativas de turismo complementar, como forma de ampliar perspectivas de mudança no futuro do espaço da Cidade.

Palavras-chave: configuração urbana, preservação ambiental, desenvolvimento urbano, Brotas, turismo na natureza.

ABSTRACT

PIMENTA, A. N. *Tourist development and Urban Configuration: Case Study of the Brotas City.* Dissertation of Master's degree presented to the Program of Masters degree in Urbanization of the Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCCAMP.

This study approaches the relationship between the development of the tourist activity and the current urban configuration of the city of Brotas, through the study of the transformations produced in the urban and rural environments coming from impacts resulted from the installation of tourist equipments, aiming the evidence for the tourist phenomenon being an agent transformer of the urban configuration. The study presents the tourism in the nature as the fundamental factor for the consolidation of the Municipal district as a tourist destination, characterizing Brotas as the “National Capital of Adventure’s Tourism”. It has also intended to investigate alternatives of complementary tourism, as a way to enlarge changing perspectives in the City’s future space.

Key-words: urban configuration, environmental preservation, urban development, Brotas, tourism in the nature.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. TURISMO DE AVENTURA.....	25
Figura 2. JORNADAS DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO PAULISTA.....	29
Figura 3. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE BROTAS.....	30
Figura 4. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.....	32
Figura 5. CUESTAS BASÁLTICAS.....	35
Figura 6. CUESTAS BASÁLTICAS.....	36
Figura 7. RAFTING – RIO JACARÉ PEPIRA.....	37
Figura 8. PROGRAMA AVENTURA SEGURA.....	58
Figura 9. CIDADE DE BROTAS.....	63
Figura 10. ZONEAMENTO – USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.....	65
Figura 11. SISTEMA INTERLIGADO DE PARQUES.....	68
Figura 12. PRAÇA AMADOR SIMÕES.....	69
Figura 13. TRANSPORTE AGÊNCIAS DE TURISMO.....	88
Figura 14. RUA MÁRIO PINOTTI (1).....	91
Figura 15. RUA MÁRIO PINOTTI (2).....	92
Figura 16. RUA MÁRIO PINOTTI (3).....	92
Figura 17. AVENIDA RODOLFO GUIMARÃES.....	94
Figura 18. AGÊNCIA TERRA E AVENTURA.....	95
Figura 19. AGÊNCIA TERRITÓRIO SELVAGEM.....	95
Figura 20. PORTAL DA CIDADE.....	97
Figura 21. MAPA TURÍSTICO DA CIDADE DE BROTAS.....	100
Figura 22. ANTIGA SEDE - FAZENDA AREIA QUE CANTA (1).....	103
Figura 23. CHALÉS - FAZENDA AREIA QUE CANTA (2).....	103
Figura 24. PROPRIETÁRIOS - FAZENDA AREIA QUE CANTA (3).....	104
Figura 25. BROTA D'ÁGUA - FAZENDA AREIA QUE CANTA (4).....	105
Figura 26. TAVOLARO.....	106
Figura 27. PARQUINHO X FÁBRICA DE LATICÍNIO.....	107
Figura 28. CONTEMPLAÇÃO – RECANTO DAS CACHOEIRAS.....	108
Figura 29. RESTAURANTE – RECANTO DAS CACHOEIRAS.....	109
Figura 30. RAPEL – RECANTO DAS CACHOEIRAS.....	110
Figura 31. RIO JACARÉ PEPIRA.....	114
Figura 32. IGREJA DE SANTA CRUZ.....	118
Figura 33. MAPA FERROVIA - TRAÇADO INICIAL.....	121
Figura 34. ESTAÇÃO ÁLVARO CALLADO.....	122

Figura 35. ESTAÇÃO FERROVIÁRIA.....	123
Figura 36. BROTAS: ANO DE 1905.....	124
Figura 37. BROTAS: ANO DE 1950.....	126
Figura 38. EVOLUÇÃO DA MALHA URBANA.....	128
Figura 39. FESTA DE SANTA CRUZ.....	132
Figura 40. COLÉGIO ÁLVARO CALLADO.....	133
Figura 41. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	140
Figura 42. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	140
Figura 43. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	140
Figura 44. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	140
Figura 45. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	140
Figura 46. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	140
Figura 47. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	140
Figura 48. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	140
Figura 49. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	141
Figura 50. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	141
Figura 51. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	141
Figura 52. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	141
Figura 53. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	141
Figura 54. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	141
Figura 55. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	141
Figura 56. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	141
Figura 57. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	141
Figura 58. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	141
Figura 59. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	141
Figura 60. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	141
Figura 61. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	142
Figura 62. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	142
Figura 63. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	142
Figura 64. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	142
Figura 65. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	142
Figura 66. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	142
Figura 67. EDIFÍCIO DE INTERESSE CULTURAL.....	142

LISTA DE MAPAS

MAPA 1. MAPEAMENTO EDIFÍCIOS DE INTERESSE CULTURAL.....	139
MAPA 2. MAPEAMENTO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.....	149
MAPA 3. MAPEAMENTO ESTADO DE CONSERVAÇÃO.....	152
MAPA 4. MAPEAMENTO GABARITO DE ALTURAS.....	153

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
OBJETIVOS.....	16
METODOLOGIA E FORMA DE ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	17
CAPITULO I.....	21
1.1 TURISMO – Aporte Conceitual.....	21
1.2 O TURISMO NO BRASIL.....	22
1.3 O TURISMO NAS CIDADES PAULISTAS.....	24
1.3.1 O MUNICÍPIO DE BROTAS/SP.....	30
1.3.2 TURISMO NA NATUREZA: ECOTURISMO X TURISMO DE	38
AVENTURA.....	
1.4 IMPACTOS DO TURISMO.....	59
1.5 TURISMO E PLANEJAMENTO URBANO NO MUNICÍPIO DE	61
BROTAS.....	
1.5.1 TURISMO E MEIO AMBIENTE: LEGISLAÇÃO E	74
REGULAMENTAÇÃO NA CIDADE DE BROTAS.....	
CAPITULO II.....	81
2.1. TURISMO X URBANISMO.....	81
2.2 O CASO DE BROTAS.....	83
2.3 HISTÓRICO DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA REPRESENTAÇÃO NA	86
ÁREA DO TURISMO EM BROTAS.....	
2.3.1 IMPACTOS DO TURISMO NA ESTRUTURA URBANA DE BROTAS.....	89
2.3.2 ASPECTOS URBANÍSTICOS X TURÍSTICOS NO CENTRO DE BROTAS...	90
2.3.3 O IMPACTO DO TURISMO NO MEIO RURAL DE BROTAS – Um caso	101
exemplar.....	
2.3.3.1 OS SÍTIOS TURÍSTICOS.....	110
2.3.4 O RIO JACARÉ PEPIRA.....	114
CAPITULO III.....	117
3.1 EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DE BROTAS.....	117
3.2 TURISMO X PATRIMÔNIO CULTURAL DE BROTAS.....	130
CAPITULO IV	143

4.1 LEVANTAMENTO DE FORMAS DE APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS EM BROTAS.....	143
CAPITULO V.....	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
BIBLIOGRAFIA.....	161
FONTES WEBGRAFIA.....	166
ANEXOS	169
ANEXO A	170
ANEXO B	174
ANEXO C	177
ANEXO D	180
ANEXO E	182

INTRODUÇÃO

O Turismo é considerado um setor multidisciplinar e por isso podemos afirmar que depende da infra-estrutura, do planejamento, de planos, de gestão e diversos outros fatores próprios do urbanismo. Talvez esta relação não seja percebida tão rapidamente, já que quando se fala no que é preciso ter numa cidade para que haja turismo, pensa-se em hotéis, agências turísticas, restaurantes típicos e atrativos turísticos. Não é tão consensual a necessidade de que o local tenha saneamento básico, esgoto, água, luz, meios de transportes, acesso, etc. Para muitas cidades brasileiras, a escassez dessa infra-estrutura ainda é presente e a população necessita reivindicar junto às autoridades locais o mínimo de direitos. Em outros casos, em decorrência da atividade turística na alta temporada, apesar de existir a infra-estrutura básica, como consequência da incapacidade para suportar determinado número de visitantes, ocorre a falta de água, luz, excesso de lixo etc.

A implantação do turismo como atividade econômica do município, necessariamente irá modificar a cidade e também o meio rural. Se a implantação for planejada, as mudanças poderão ser positivas através da melhoria dos equipamentos físicos (melhoria das condições de saneamento básico, por exemplo) e sociais (qualificação dos recursos humanos). O planejamento prévio poderá garantir a sustentabilidade econômica e ambiental à medida que as atividades relacionadas ao turismo forem se intensificando e se sobrepondo ao cotidiano e aos costumes já existentes.

A escolha de Brotas como objeto de estudo surgiu a partir de visitas realizadas ao local e de leituras de artigos e notícias sobre o turismo no município. Disso resultou a observação de algumas características: a atividade turística ocorre no município, mas as informações não se encontram ainda organizadas de forma sistemática. Os diversos dados sobre o turismo em Brotas aparecem em fontes diferentes, principalmente em *sites* e jornais e nem sempre correspondem à realidade. Percebe-se que o turismo está se desenvolvendo e transformando o

Município. No entanto, o mais surpreendente foi detectar que grande parte das pessoas, incluindo as ligadas ao poder público, desconhecia o potencial turístico como impulsionador da economia local e desenvolvimento da cidade.

O presente trabalho, portanto, abordará as transformações ocasionadas pelo desenvolvimento da atividade turística no Município de Brotas a partir da compreensão do processo de mudança da configuração urbana da cidade. Localizado em área privilegiada por suas belezas naturais, com características hidrográficas e paisagísticas que oferecem rico potencial para exploração do ecoturismo; tornou-se referência por ter como objetivo a implantação e o desenvolvimento do turismo sustentável.

O trabalho deverá ainda explorar novos processos gerados a partir do fenômeno turístico que passou a exercer papel fundamental na configuração urbana local, selando o destino de Brotas como “Cidade Turística” e trazendo diversas perspectivas para o futuro da Cidade. O objetivo maior é contribuir para a compreensão das mudanças que estão ocorrendo no local, possibilitando, por meio da análise dos resultados, a definição de um planejamento estratégico da região.

OBJETIVOS

Os dados sobre turismo em Brotas se revelam em sua nova configuração urbana e rural e nas mudanças de comportamento dos habitantes quanto ao uso e apropriação dos espaços. A forma como está sendo construída a gestão do turismo e a velocidade com que as decisões locais e os decretos decorrentes desta estão sendo implementados, revogados e revistos são fatores a ser acompanhados e discutidos, pois implicam diretamente em medidas de intervenção sobre a cidade, seja sob a forma de uma ordenação visual, um sistema de sinalização turística ou a mudança de caráter do zoneamento urbano e rural em função das novas atividades.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é principalmente demonstrar como os elementos essenciais que constituem a atividade turística de Brotas, relacionam-se com os aspectos sociais e urbanísticos da cidade. Para isso partiremos da análise direta dos aspectos físicos, que se revelam tanto no meio urbano quanto na área rural, e das formas de interação dos agentes locais - população, poder público, iniciativa privada e setores particularmente representados - com o ambiente e de participação efetiva nas decisões sobre o destino da cidade, da atividade turística e da preservação ambiental de seu patrimônio natural.

Como resultado propõe-se fornecer uma análise mais aprofundada das questões verificadas e apontar coerências e incompatibilidades e, por fim, aspectos que contribuam para a permanente discussão sobre o turismo e o desenvolvimento (econômico, social e ambiental) da cidade de Brotas.

METODOLOGIA E FORMA DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

No trabalho desenvolvido procurou-se definir os conceitos presentes referentes às atividades do turismo e aos aspectos urbanísticos dele decorrentes a serem detectados e estudados em Brotas, tais como o turismo na natureza e suas atividades indiretas, preservação ambiental, modelos de desenvolvimento turístico e ambiental, assimilação e transformação do espaço urbano a partir da introdução de uma atividade predominante específica, preservação de relações de identidade de lugares, mudanças nos espaços públicos da cidade, participação da população na gestão do patrimônio natural e urbano, organização social e novas configurações a partir da implementação de infra-estruturas urbanas.

Nesse sentido, serão apresentados os aportes teóricos e conceituais em um texto síntese sobre o turismo no Brasil, nas cidades paulistas, e particularmente em Brotas, em uma primeira sistematização dos dados levantados em campo, a partir de várias visitas realizadas, com auxílio de registros fotográficos e de síntese das conversas realizadas com agentes do turismo em Brotas e nos órgãos municipais, e organização do material bibliográfico e iconográfico já existente e disponível para consulta nos órgãos técnicos e nos *sites* da cidade. A pesquisa foi realizada através de fontes primárias¹, ou seja, através da análise das fontes documentais da Prefeitura Municipal de Brotas, Núcleo Brotas Brasil, Conselho Municipal de Turismo, Ministério do Turismo e Secretaria do Turismo do Estado de São Paulo, para promover a avaliação do panorama sócio-econômico cultural completo sobre a região objetivando levantar informações pertinentes às implementações e adequações efetuadas na área urbana.

Conversas com profissionais e indivíduos ligados às diferentes áreas do turismo e planejamento urbano foram realizadas para elaboração deste trabalho, com o objetivo de obter opiniões, descrições e informações necessárias. Com base

¹ Segundo Ada Dencker (1998), fontes primárias são constituídas por materiais recentes e originais que não possuam distribuição por esquemas predeterminados e que possa ser encontrado em revistas, informes de investigação, atas, produção acadêmica e livros.

nessas, iniciaram-se as buscas documentais e de provas concretas relacionadas aos assuntos em questão. Foram utilizadas ainda fontes secundárias², análises realizadas através de pesquisas bibliográficas em livros da área de turismo e urbanismo, dissertações, teses, artigos e revistas científicas. A partir desse levantamento e análise inicial, foi realizado um diagnóstico geral e a definição de abordagens a serem desenvolvidas - a partir de análises e cenários – que resultaram em um texto preliminar sobre a relação entre turismo e urbanismo e, finalmente, sobre os impactos do turismo em Brotas. Além de realizar uma relação direta entre os dados do turismo e o levantamento primário de campo dos aspectos urbanísticos contemporâneos na cidade.

Realizou-se também o levantamento de dados relativos à gestão do turismo em Brotas e formas de participação da população nas decisões, com abordagem histórica da questão, para possibilitar análises comparativas. Para tanto foram realizadas pesquisas em arquivos históricos locais e regionais, em órgãos públicos (secretarias, prefeitura, câmara, órgãos de planejamento regionais) e entidades civis, para levantamento da atuação dos conselhos de turismo locais, implementação de legislações municipais, com levantamento cronológico dos decretos relativos a alterações e adaptações destes dispositivos aplicados ao município de Brotas.

Foram elaborados mapas inéditos de uso do solo, estado de conservação e outros aspectos atuais das duas principais áreas afetadas pelo avanço da atividade terciária gerada pelo turismo no centro da cidade, ou seja, a Rua Mário Pinotti e a área envoltória da Praça Central - Rua Rodolfo Guimarães. Além disso, foi utilizado o levantamento e mapeamento já existente das propriedades rurais

² Conforme Maria Cecília M. de Carvalho (1989): A pesquisa bibliográfica é a realizada através da identificação, localização e compilação dos dados escritos em livros, artigos de revistas especializadas, etc., sendo necessária a qualquer trabalho de pesquisa, antecedendo a própria pesquisa experimental. Mesmo buscando as informações nas fontes citadas, o pesquisador deve estar atento para que suas conclusões não sejam só resumo do material encontrado; pode-se estabelecer novas relações entre os elementos que constituem um determinado tema/problema, a se acrescentar algo ao conhecimento existente, utilizando-se os procedimentos no método científico.

envolvidas com o turismo, para a descrição dos novos agenciamentos realizados e equipamentos implementados para a incorporação das atividades esportivas.

Para a detecção do avanço da atividade terciária no centro de Brotas e mudanças físicas decorrentes, optou-se pela realização de mapas temáticos, para os quais foi utilizado um mapa-base vetorizado, fornecido pela Secretaria de Planejamento (o município não tem um cadastral atualizado) com recorte na área central. Após a demarcação da área, foi dividida em quadrantes, contendo cada um três quadras, ou seja, a contagem foi feita quadra a quadra, sendo que cada três quadras fazem referência a um quadrante (Quadrante 1: quadra A, B e C; Quadrante 2: quadra A, B e C e assim por diante). Foram elaboradas fichas (anexo A) para facilitar a contagem e identificação das atividades lote a lote, com as seguintes informações: usos e atividades (piso inferior, térreo e superior) e padrão (gabarito de alturas e estado de conservação).

Além dos mapas temáticos, foi feito o levantamento fotográfico da área central e da ocupação na área rural. Na primeira, foi levantada uma amostragem dos edifícios de interesse cultural que caracterizam a paisagem típica da cidade, objetos de grande interesse para a preservação da mesma. O inventário completo e criterioso destes remanescentes constituiria um trabalho específico que fugiria ao escopo deste trabalho e ao meu conhecimento na área. O objetivo, portanto, foi o de possibilitar o conhecimento e a discussão da qualidade do espaço físico ainda existente e do grau e forma de preservação mais compatível com o desenvolvimento da área, diante do avanço de novos usos. Na segunda, foram levantadas as imagens de algumas propriedades que também são receptoras de atividades turísticas e particularmente dos locais onde se operam as atividades de turismo de aventura nestas propriedades. A amostragem colhida é qualitativa e, dado que o enfoque do trabalho é a transformação da área urbana, visa apenas possibilitar o entendimento das questões espaciais como um todo, principalmente da relação direta estabelecida entre rural e urbano a partir das atividades turísticas.

Esta forma de abordagem nos permitiu operar com a síntese dos elementos levantados a partir de uma matriz teórica sobre o turismo na natureza e o turismo de aventura, partindo de duas premissas básicas: a primeira, a de que, embora genericamente incluído no segmento turismo na natureza, o turismo de aventura constitui-se em um tipo de atividade que gera impacto tanto na natureza, onde é operado, quanto no meio urbano, que se constitui como atividade agregada e, portanto, tem que ser pensada não apenas como elemento impulsionador de novas atividades econômicas e sociais, mas também com um agente transformador do espaço urbano e, a segunda, a de que é necessário um planejamento turístico com visão mais integradora com relação ao aproveitamento do patrimônio natural e cultural existente na cidade.

CAPITULO I

1.1 O TURISMO – um aporte conceitual

O fato de não haver definições de turismo aceitas universalmente tem dificultado a compreensão e a clareza do fenômeno. É importante, porém, mencionar que o turismo é considerado um dos setores que mais cresce na economia mundial, atraindo investidores, gerando renda e empregos diretos e indiretos, além de ser um incentivador cultural e causar diversas mudanças sociais. Segundo Silva (1997), este é o setor de maior crescimento entre os negócios internacionais, alcançando rapidamente a informática e as telecomunicações. Como qualquer outra atividade, entretanto, caso não seja devidamente planejado, o turismo pode gerar tensões e conflitos na comunidade local de várias ordens: social (quando novos padrões de comportamento conflitam com os já estabelecidos), ambiental (quando o turismo altera total ou parcialmente o meio ambiente) e mesmo econômica (quando o turismo desorganiza a economia local tradicional).

Uma definição contemporânea de Turismo que pode auxiliar a compreensão do quanto essa atividade é de difícil conceituação é a elaborada por Beni:

Tenho conceituado Turismo como um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e que preço. Neste processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para a fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional e de expansão de negócios. Esse consumo é feito por meio de roteiros interativos espontâneos ou dirigidos, compreendendo a compra de bens e serviços da oferta original e diferencial das atrações e dos equipamentos a ela agregados em mercados globais com produtos de qualidade e competitivos (2007, p.37).

Segundo a OMT - Organização Mundial do Turismo, o Turismo superou expectativas no ano de 2007, pois cresceu mais de 6% em relação ao ano anterior. Isso quer dizer que houve mais de 52 milhões de chegadas internacionais, registrando um número perto de 900 milhões. A superação das expectativas se dá pelo motivo que em 1997, ao lançar o livro “Estudos Estratégicos do Turismo para 2020”, a OMT supunha que as viagens chegariam a 1,2 bilhões neste ano. Porém, se o turismo internacional mantiver esse índice de crescimento, 6% ao ano, é possível que em 2020 se chegue perto de dois bilhões. A prospecção para o turismo global, segundo a *World Tourist Organization*, é positiva para o ano de 2008. O fortalecimento do turismo no mundo faz com que a economia cresça, pois movimentando todos os setores econômicos do mercado.

1.2 O TURISMO NO BRASIL

Beni (2007) afirma que apesar de o turismo ser considerado um dos principais instrumentos para geração de emprego e renda, a atividade não deixou de ser encarada como um setor menor da economia produtiva. Devido ao entendimento equivocado do fenômeno turístico, o mesmo é precariamente compreendido no Brasil. O autor comenta ainda que os países Europeus como a Espanha e a França, apesar de seus recursos naturais limitados, se comparados com nosso país, são capazes de obter um fluxo turístico muito superior.

Silva³ (2004, p.55), afirma que a Europa é o continente que mais recebe turistas no mundo, quase 60% da demanda, e ainda que, dos quinze países que mais recebem turistas, onze são europeus. Já no Brasil, apesar do número de turistas que visitam o país e do crescimento da atividade, ainda é quase irrelevante se comparado aos países europeus, principalmente considerando a extensão do território brasileiro e sua população.

³ *Apud* World Tourism Organization, 2004.

Quem examinar as estatísticas verá que o Brasil tem uma participação insignificante no contexto do turismo mundial; onde ao longo do tempo mal consegue passar reles 1%. Isso não seria espantoso, se o seu território não fosse grande como a Europa Ocidental; se suas virtudes naturais e alguns serviços turísticos não fossem de excelente qualidade. Aí estão os milhares de hotéis e flats sendo construídos, aeroportos sendo reformados, restaurantes se sofisticando... só os governos não acordam para íntima relação entre espaço e turismo (Eduardo Yázigi, 2003, p.08).

Apenas em 1966 foi criado o órgão governamental responsável pelo Turismo do país, a EMBRATUR – INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. Em 2003, este passou a se dedicar ao marketing do turismo brasileiro no exterior, uma vez que, nesse mesmo ano, foi criado um ministério responsável por suas antigas atividades, o Ministério do Turismo que, segundo Beni (2007), possui uma estrutura composta por Secretaria de Políticas de Turismo, Secretaria de Desenvolvimento do Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) e Conselho Nacional do Turismo.

O Ministério do Turismo foi criado com o intuito de diminuir as disparidades de investimentos, organizar e implantar um órgão para conduzir o turismo e atingir as metas indicadas, em consonância com as diretrizes (governo) estabelecidas pela medida provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, definindo as seguintes atribuições segundo o *site* oficial do ministério do turismo:

- a) política nacional de desenvolvimento do turismo;
- b) promoção e divulgação do turismo nacional, no país e no exterior;
- c) estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas;
- d) planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo.

No Brasil, além da rica diversidade sociocultural, paisagens e belezas naturais, o país é detentor de um valioso patrimônio ambiental. O turismo no país ainda se encontra em estágio de desenvolvimento relativamente baixo e necessitaria de intervenções maciças sobre praticamente todo o território nacional. É possível

encontrar locais que recebem grandes investimentos governamentais (e internacionais), e outros que, apesar do potencial, são praticamente ignorados. É o caso do Nordeste, que por possuir um fluxo de turismo internacional muito intenso, recebe maior atenção do governo e de investidores privados, captando grande volume de recursos financeiros. Já Estados como o Paraná e Santa Catarina, por se tratar de destinos com menor fluxo de turistas internacionais, não possuem captação de recursos significativos.

Conforme Dias (2003), o fluxo turístico doméstico⁴ pode implicar em uma movimentação econômica representativa para os países menos desenvolvidos, em termos econômicos e sociais, mais do que o movimento representado pelo turismo internacional. É o caso da maior parte dos destinos turísticos brasileiros, como Brotas, Campos do Jordão e muitos outros que recebem turistas da região ou do próprio Estado que possui fluxo turístico considerável. Essas cidades também estão contribuindo com a receita do país.

Para Solha (2005, p.46), o fato de o turismo não ser área de prioridade para a maioria dos Estados brasileiros fez com que os órgãos turísticos nunca fossem vistos com a seriedade e o profissionalismo necessários para modificar a situação. Porém, este panorama tem se alterado nos últimos anos e em alguns estados, como a Bahia e o Ceará, esse cenário tem se modificado, o que refletiu nos bons resultados obtidos.

1.3 TURISMO NAS CIDADES PAULISTAS

No Estado de São Paulo somente em 2005, foi criado um órgão público preocupado com o desenvolvimento do turismo através da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo. Entre outros objetivos, no que se refere ao turismo, definiu-se como missão “consolidar o Estado de São Paulo como destino e produto turístico,

⁴ Turismo Interno ou Doméstico é aquele realizado pelos visitantes residentes que viajam dentro do território econômico do país de referência. Reinaldo Dias (2003, p.45)

determinando diretrizes para fomentar e desenvolver o turismo sustentável, visando proporcionar a geração de postos de trabalho, a inserção social e a melhoria da qualidade de vida da população”, conforme exposto no *site* oficial da Secretaria do Estado⁵.

O Estado possui 645 Municípios e dentre eles, um grande número de cidades turísticas e produtos oferecidos e um imenso potencial turístico a ser explorado.

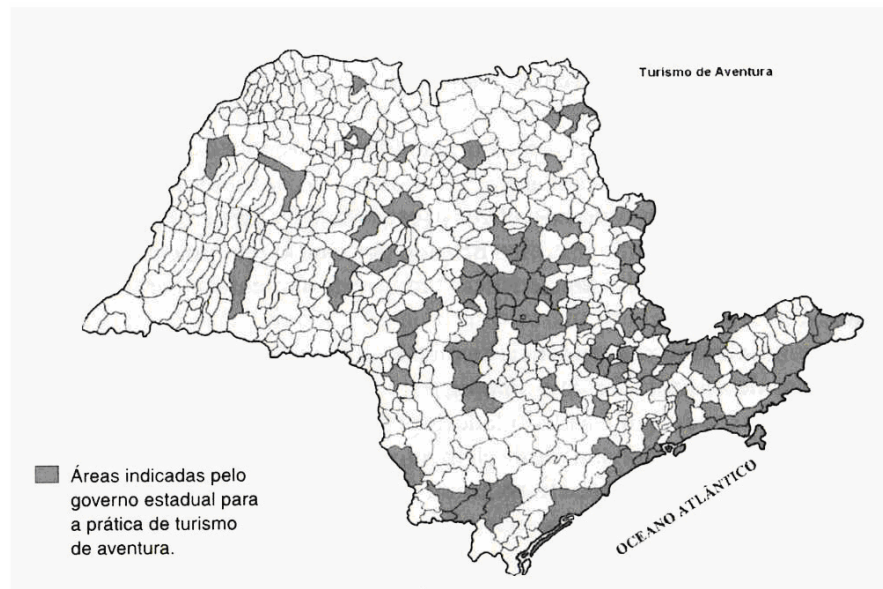


Figura 1. Mapa de Turismo de Aventura no Estado de São Paulo (2002).
Fonte: Uvinha, 2005, p.273.

No mapa acima, referente ao ano de 2002, nota-se que as áreas onde o turismo de aventura mais se concentra no Estado de São Paulo, são na faixa litorânea e na região que tem como epicentro a Cidade de Brotas. Segundo Uvinha (2005, p.273), o crescimento da prática/consumo do turismo de aventura na sociedade atual também tem ligação com o estímulo realizado pela mídia, ferramenta que exerce relação bastante próxima com a disseminação atual dos esportes de aventura, colaborando para o crescimento do turismo de aventura praticado em diversas localidades brasileiras.

⁵ Disponível em http://www.selt.sp.gov.br/missao_turismo.php. Acesso em dezembro de 2007.

Segundo dados estatísticos do Estado, referentes ao ano de 2002, fornecidos pela Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo do Estado de São Paulo, cerca de vinte modalidades de esportes radicais foram identificadas nas cidades paulistas. Brotas, Amparo e Socorro foram citados como detentoras da maior parte dos esportes radicais, dentre as Cidades de Turismo de Aventura. O levantamento realizado foi baseado em vinte esportes radicais, constando Brotas como comercializadora de oito deles. Deve ser levado em consideração que são dados de 2002 e estão ultrapassados, mas mostram que já naquela época, Brotas se inseria no âmbito dos Municípios com maior oferta de esportes de aventura.

No “Salão de Turismo São Paulo”, em junho de 2008, evento anual cujo objetivo era promover e fomentar os roteiros turísticos do Estado, foram apresentadas pelo Governo Estadual dezoito cartilhas, contendo vinte e um circuitos⁶ a serem comercializados, dentre os quais os Municípios estão integrados em roteiros pré-estabelecidos. Os circuitos são:

- **Circuito Vale Histórico** (Municípios: Areias, Arapeí, Bananal, São José do Barreiro, Silveira e Queluz);
- **Circuito das Águas Paulista** (Municípios: Águas de Lindóia, Amparo, Jaguariúna, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Pedreira, Serra Negra e Socorro);
- **Circuito dos Lagos** (Municípios: Aramina, Buritizal, Igarapava, Ituverava, Miguelópolis, Pedregulho e Rifaina);
- **Pólo Cuesta** (Municípios: Anhembi, Areiópolis, Bofete, Botucatu, Conchas, Itatinga, Paranapanema, Pardinho, Pratânia e São Manuel);
- **Circuito Turístico Itupararanga** (Municípios: Cotia, Piedade, Ibiúna, Alumínio, Votorantin, Mairinque e São Roque);
- **Taipa de Pilão** (Municípios: Carapicuíba, Cotia, Embu, Santana de Parnaíba, São Roque);

⁶ No circuito turístico há um programa a ser respeitado compreendendo visitas a monumentos, lugares, cidades, museus, galerias de arte, etc., completado por certa liberdade para outras atividades (compras, passeios, etc.) (Beni, 2007, p. 194). Neste caso os circuito turístico é o conjunto de municípios de uma mesma região com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, consolidando uma atividade regional (Bolson, 2004).

- **Costa da Mata Atlântica** (Municípios: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos, São Vicente);
- **Circuito da Mantiqueira** (Municípios: Campos do Jordão, Monteiro Lobato, Pindamonhangaba, Piquete, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José dos Campos – São Francisco Xavier);
- **Circuito das Frutas – Sebrae** (Municípios: Atibaia, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Morungaba, Valinhos e Vinhedo);
- **Circuito Turístico Oeste Rios** (Municípios: Presidente Prudente, Presidente Epitácio, Panorama, Paulicéia, Rosana, Teodoro Sampaio, Martinópolis, Santo Expedito, Iepê e Rancharia);
- **Rota Caminhos da Liberdade** (Municípios: Bananal, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Ilhabela, Lorena, Pindamonhangaba, Piquete, Redenção da Serra, São José do Barreiro, São Sebastião, São Luís do Paraitinga, Taubaté, Tremembé e Ubatuba);
- **Roteiro Turístico Religioso** (Municípios: Aparecida do Norte, Cachoeira Paulista e Guaratinguetá);
- **Cavernas da Mata Atlântica** (Municípios: Apiaí, Barra do Turvo, Eldorado e Ipiranga);
- **Roteiros das Fazendas Históricas Paulistas** (Municípios: Campinas, Cajuru, Cordeirópolis, Dourado, Itatiba, Itu, Jaú, Mocóca, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Gertrudis e São Carlos);
- **Caminhos do Tietê** (Municípios: Bariri, Barra Bonita, Bocaina, Dois Córregos, Igaracú do Tietê, Itapuí, Jaú e Mineiros do Tietê);
- **Circuito Centro Oeste Paulista** (Municípios: Agudos, Arealva, Avaí, Bauru, Duartina, Iacanga, Lençóis Paulista, Macatuba, Pederneiras e Paratininga);
- **Circuito Litoral Norte Paulista** (Municípios: Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba);
- **Circuito das Águas e Nascentes** (Municípios: Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano);

- **Circuito entre Serras e águas** (Municípios: Atibada, Bom Jesús dos Perdões, Bragança Paulista, Guarulhos, Jarinu, Joanópolis, Mairiporã, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinhalzinho, Piracaia, Tuiuti e Vargem);

- **Circuito Aventura e Lazer** (Municípios: Apiaí, Capão Bonito, Ribeirão Grande e São Miguel Arcanjo); e

- **Chapada Guarani** (Municípios: **Brotas**, Torrinha, Analândia, Itirapina e São Carlos).

É importante observar que o Município de Brotas faz parte do Circuito do Guarani e apesar do material estar repleto de fotos de turismo de aventura, no Circuito Aventura e Lazer não consta a cidade.

Para Silva:

(...) As cidades turísticas “do interior paulista” são preferencialmente lugares pequenos e sossegados, distantes da vida agitada dos grandes centros urbanos, mesmo que esta distância seja apenas “psicológica”, pois a maioria encontra-se nos seus arredores. Há muitas cidades do interior, principalmente em São Paulo e Minas Gerais, que são incluídas em roteiros turísticos, classificadas com esse perfil, mas poucas se destacam no roteiro turístico nacional, pois atendem um público que passeia nos fins de semana, devido exatamente à proximidade com grandes e médias cidades (2004, pg. 81).

Na revista Roteiros do Brasil, lançada no Salão de Turismo, entre os mapas estampados na contra capa, divididos por regiões, no sudeste, dentre os destinos turísticos demarcados, nove são do Estado de São Paulo e Brotas consta como um destes destinos.

Brotas: A “capital de aventura” recebeu esse apelido por oferecer várias atividades ligadas a esportes radicais, especialmente canoagem, *rafting*, rapel, arvorismo, tirolesa, *moutainbike*, *off road* e ultraleve. Brotas fica a 246 km de São Paulo. (ROTEIROS DO BRASIL, 2008, p.23).

O Estado de São Paulo, conforme informações da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, está dividido em quinze regiões administrativas e oito Macro-

regiões Turísticas, conforme o mapa abaixo, sendo estes 645 municípios e 67 Estâncias Turísticas⁷. Não foram encontrados estudos que identifiquem em qual região do Estado o turismo está mais consolidado.

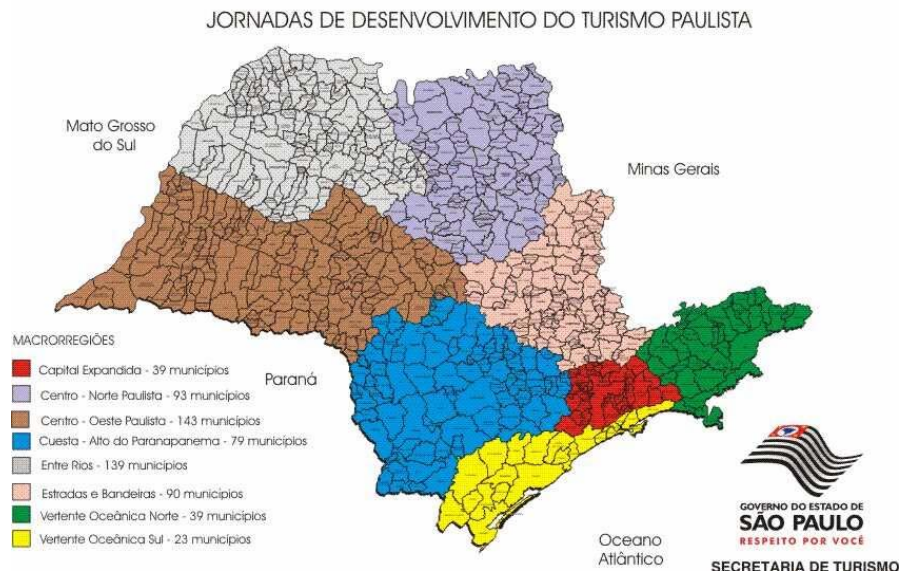


Figura 2. Jornada de Desenvolvimento do Turismo Paulista.

Fonte: Coordenação de Turismo – Secretaria Estadual de Esporte, Lazer e Turismo, 2006.

No Estado de São Paulo, segundo matéria publicada no *site* oficial do Ministério do Turismo⁸, a ministra do Turismo e o Governador do Estado estão trabalhando para fomentar o setor. Um recurso de 400 milhões será destinado ao Estado de São Paulo, cujas propostas prioritárias para o turismo são: ampliação da pista do aeroporto de Guarujá; modernização das instalações do Porto de Santos e revitalização do seu entorno e a ampliação do parque do Anhembi na Capital. Projetos de regionalização e qualificação também foram considerados importantes, porém estavam fora da pauta.

⁷ Título concedido pelo Governo do Estado de São Paulo aos Municípios que apresentam características turísticas e determinados requisitos como recursos naturais e culturais, atrativos turísticos, condições de lazer e recreação, além de instalações e infra-estrutura adequada para a atividade. Esses Municípios passam então, a receber como incentivo aporte financeiro para desenvolver a atividade.

⁸ Disponível em www.turismo.gov.br. Acesso em 10 de janeiro de 2008.

1.3.1 O MUNICÍPIO DE BROTAS/SP

Localizado na região sudeste do Brasil e bem ao centro do Estado de São Paulo, Brotas se encontra em uma das regiões mais desenvolvidas do país, a 140 km de Campinas e 235 km da capital.

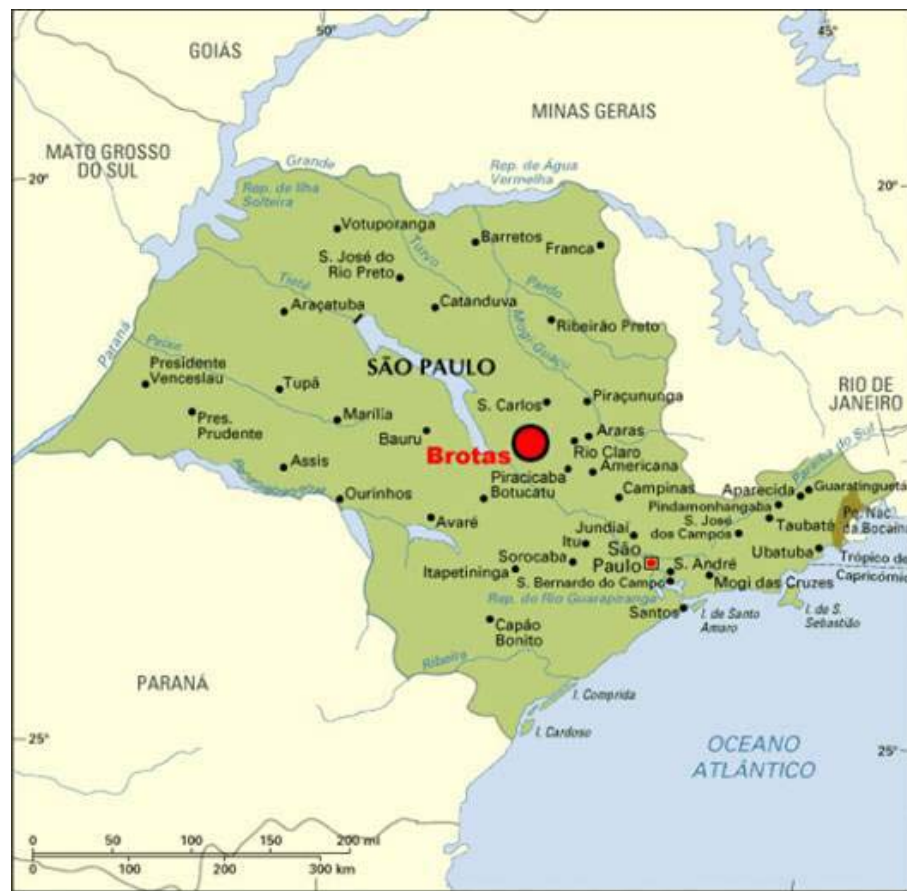


Figura 3. Localização geográfica de Brotas. Fonte: Ivone Salgado, 2006.

A cidade que, em 2001, possuía 18.886 residentes, conforme dados do IBGE, censo 2007, possui atualmente 20,996 habitantes. Os limites territoriais da cidade são: ao norte com Ribeirão Bonito, ao sul com Torrinha e São Pedro, a leste com São Carlos e Itirapina, e a oeste com Dourado e Dois Córregos. Grande parte da cidade de Brotas pertence à APA⁹ de Corumbataí.

⁹ Segundo a lei n. 6.902, de 27/04/1981, Área de Proteção Ambiental (APA) tem por objetivo assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais. As APAs, em geral,

Sobre a economia da cidade, Oliveira Jr. (2003) afirma que, nas décadas de vinte e trinta (1920 / 1930), com a expansão do café no Estado de São Paulo; Brotas teve sua maior fase de desenvolvimento econômico, vivendo então sua época áurea com essa produção. A decadência de Brotas se inicia com a crise do café, uma vez que a economia decaiu e a população local deixa a cidade em busca de grandes centros e novas oportunidades de emprego e renda. O Município só volta a ter crescimento populacional a partir de 1980, graças ao aumento do número de empregos na cidade devido à industrialização, desta vez, acarretando o êxodo rural.

A produção rural e a agricultura sempre foram as principais atividades econômicas da cidade, destacando atualmente a expansão das culturas de cana-de-açúcar, laranja e eucalipto, que já cobrem cerca de 70% do território Municipal, conforme destacado no mapa abaixo (Relatório Final - Zoneamento Ambiental do Município de Brotas, 2006). O Município que sempre teve a agricultura como fator econômico fundamental, experimenta agora uma nova maneira de geração de emprego e renda através da atividade turística.

Na cidade de Brotas, além de alguns agricultores permanecerem com a plantação de café após a crise, passou a produzir também o algodão ou ainda optaram por campos e pastos. Economicamente, a cidade teve uma retomada em grande escala graças ao cultivo da cana-de-açúcar, laranja, eucalipto e reflorestamento. A pecuária também deve ser destacada, sendo o rebanho bovino a maior produção. O ecoturismo, como nova forma de renda também é uma força emergente no município. A economia brotense vem, no entanto, criando um novo ciclo migratório constituído de indivíduos da região que procuram a cidade em busca de trabalho temporário.

ocupam áreas extensas, podendo englobar áreas de diversos municípios, e devem conter certo grau de ocupação humana. (CABRAL, N., SOUZA, M., 2005, p. 39).

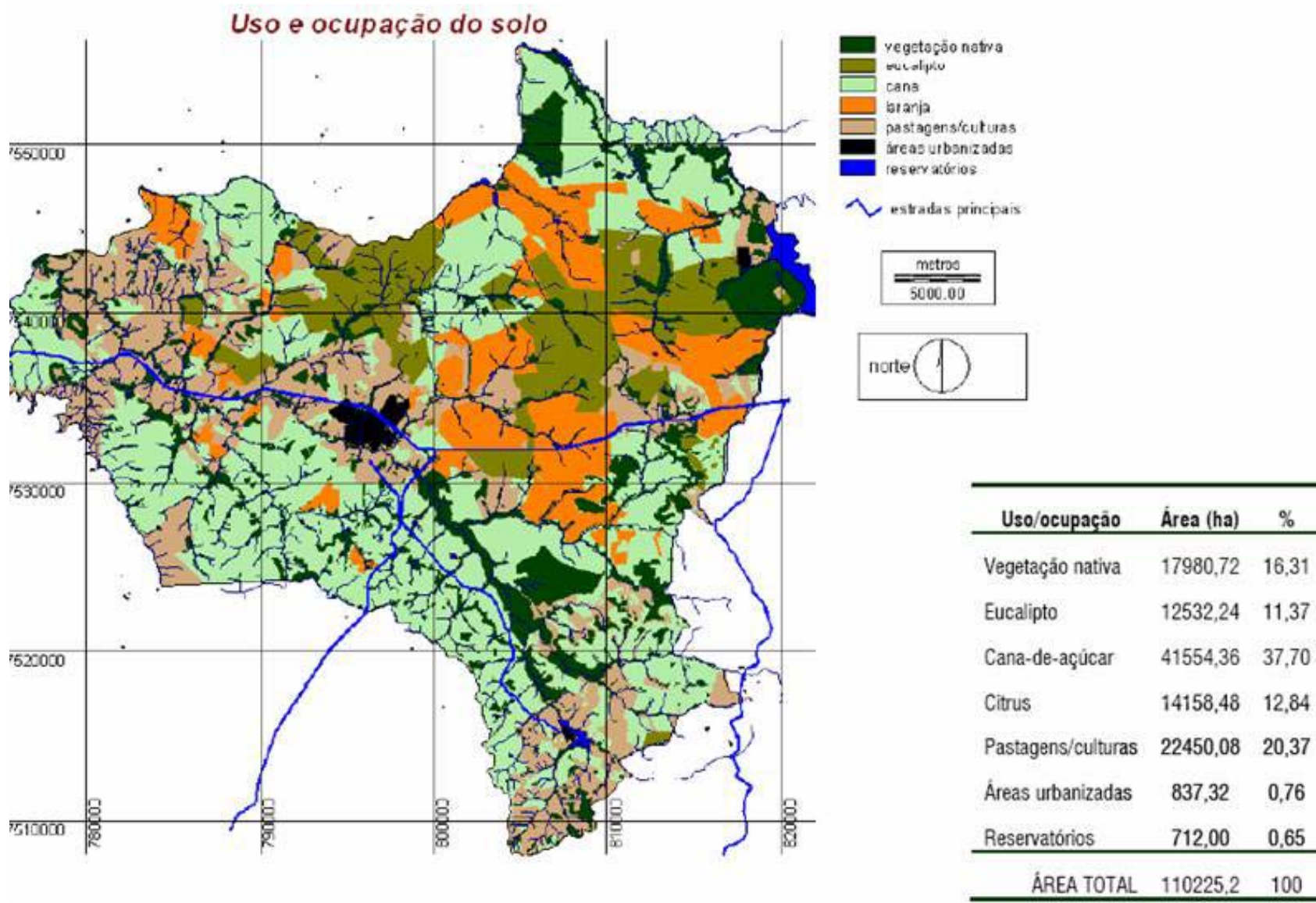


Figura 4. Mapa de Uso e Ocupação do Solo. Fonte: Relatório Final - Zoneamento Ambiental do Município de Brotas, 2006.

Através do mapa acima, pode-se perceber que mais de 60% do território de Brotas são utilizados para o cultivo de cana de açúcar, pastagens e culturas ultra. O eucalipto também começa a chamar atenção, pois já ultrapassa 12% do território total. Quase 17% do território de Brotas são ocupados por remanescentes de vegetação nativa. Esses dados mostram que o Município tem sua maior renda concentrada na agropecuária, pois mais de 80% do território são utilizados para esse fim. Apenas 0,76% de sua área são urbanizadas, sendo que a cidade ainda poderá expandir, segundo informações do zoneamento ambiental da cidade.

O saneamento básico da cidade, segundo o Diretor de Meio Ambiente, é atendido em 100% na área urbana e está planejado para que possa ter crescimento populacional de mais 100%. A coleta de lixo também é de 100% na área urbana, mas apenas 15% é seletiva e a mesma é realizada pela APAE – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais.

A região está inserida em um contexto geográfico composto por mananciais hídricos e de vegetação predominantemente de cerrado. Os recursos naturais são responsáveis pela atração de turistas para a cidade e região. Os atrativos turísticos naturais tornaram Brotas uma cidade padrão na referência do ecoturismo nacional.

O turismo passou a existir em Brotas graças a seu potencial ecológico que permitiu a prática de esportes radicais na natureza. Suas paisagens oferecem o turismo contemplativo e a vasta área rural possibilita o desenvolvimento do turismo rural¹⁰. Apesar de atribuir menor demanda e oferta a cidade, esse tipo de turismo já pode ser contemplado em Brotas. O fato de haver diversas áreas rurais na cidade favorece o desenvolvimento desta atividade, como bem situa Silva:

(...) A associação entre o território natural e a cultura local é evidenciada por paisagens que agregam elementos naturais (o planalto central, as serras e os morros, a caatinga, os pampas) –

¹⁰ Turismo Rural é a atividade realizada no meio rural apropriada por atores de cultura local rural e estimulada por um fluxo de pessoas que desejam a contemplação dos significados da sociedade local e seu entorno natural, com retorno para a economia regional (Portuguez, 2005, p. 580).

e processos que valorizam o cotidiano e o trabalho nas áreas rurais, como campos cultivados e pastagens (2004, p.81).

Em meados de 1992 foi criada uma Organização não Governamental chamada Rio Vivo, com o objetivo de lutar contra a instalação de um curtume na beira do rio Jacaré Pepira. A partir daí, alguns componentes da ONG, população brotense, defensores e usufruidores do rio, acostumados a organizar eventos e trazer visitantes forasteiros à cidade, montaram a primeira agência de turismo na cidade com estrutura física, a agência Mata A'dentro¹¹.

A partir de 1994, ano considerado o 'marco' do turismo na cidade, graças à criação de uma Diretoria de Turismo, foram iniciados alguns trabalhos isolados, por parte da ONG Rio Vivo e da iniciativa privada ligada diretamente ao turismo na cidade. O comércio de Brotas, mesmo aquele não ligado diretamente à atividade turística, passa a se beneficiar e se adequar às novas demandas abrindo seus estabelecimentos mais cedo, fechando-os mais tarde e deixando-os abertos nos finais de semana e feriados. A própria Associação Comercial, ao reconhecer o turismo, passa a ser membro integrante do Conselho Municipal de Turismo e conseqüentemente do Núcleo de Turismo Brotas Brasil. A partir daí, passou a desenvolver diversos programas para conscientizar o comércio local e incentivar os mais focados no turismo.

Através de pesquisas realizadas na cidade, constatou-se que pousadas e hotéis, em sua grande maioria, aumentam de tempos em tempos a oferta de habitações, área de convivência, recreação e lazer, bem como serviços oferecidos. Isso sem contar as propriedades rurais, que funcionavam apenas aos finais de semana e feriados e passaram a abrir durante a semana. Observa-se, portanto, um processo local que se dinamizou acompanhando os passos do desenvolvimento das atividades propriamente turísticas.

Brotas é uma cidade privilegiada no que diz respeito ao meio ambiente. A cidade possui a formação das "Cuestas Basálticas". Segundo a Empresa

¹¹ Tese de Doutorado apresentada por Arnaldo F. O. Júnior. Valoração Econômica da Função Ambiental de Suporte relacionada às atividades de Turismo, Brotas – SP. Universidade Federal de São Carlos, 2003.

Brasileira de Produto Agropecuário - EMBRAPA, as Cuestas são formas de relevo tabular, onde escarpas íngremes limitam um topo plano, formado por terras de maiores altitudes, que se contrapõem as terras mais baixas e de vertentes suaves. Estas se assemelham a um degrau contínuo, com um patamar na base e outro no topo e pode chegar até 200 metros de altura. São morros isolados que se destacam na planície.



Figura 5. Cuestas Basálticas de Brotas. Fonte: Amanda Pimenta, 2008.

Segundo Pires (2002), o ecoturismo é o segmento turístico em que a paisagem é a principal variável como ponto de confluência dos fatores ambientais e antrópicos. O objetivo é a integração do visitante com o meio natural e humano, além de possibilitar a participação da população local nos serviços prestados aos turistas. O ecoturismo prioriza a preservação do espaço natural em que é realizado e seu projeto contempla a preservação antes de qualquer outra atividade. O termo “ecoturismo” está estreitamente vinculado ao conceito de turismo verde, não sendo incorreta esta identificação, apenas se difere conceitualmente e historicamente, pois o turismo verde é uma terminologia anterior ao ecoturismo e, atualmente, muito menos utilizada.

Conforme afirma Salgado (2006), Brotas se caracteriza por utilizar a natureza como infra-estrutura para atividades esportivas e de exploração do meio ambiente. Através do ecoturismo o Município tem adotado uma política de

desenvolvimento sustentável ¹² oferecendo uma diversidade de práticas esportivas e de aventura.

A região está inserida em um contexto geográfico composto por mananciais hídricos e vegetação predominantemente de cerrado. Portanto, os recursos naturais são responsáveis pela atração de turistas para a cidade e região. Por fim, os atrativos turísticos naturais tornaram Brotas uma cidade padrão e referência do ecoturismo nacional.



Figura 6. Relevo marcado pela formação geográfica das “Cuestas Basálticas”.
Fonte: Ivone Salgado, 2006.

No centro geográfico do Estado de São Paulo, segundo o IBGE, Brotas possui área territorial de 1.101m² e quase 82% desse território está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Jacaré Pepira, que nasce na Serra de São Pedro, no Planalto de Itaquerí, a 900m de altura e é um dos poucos rios não poluídos do Estado de São Paulo. A Bacia do Rio Jacaré Pepira, pertencente à Bacia do rio Paraná, possui extensão territorial de mais de 2612 km², sendo que grande parte de sua extensão é preservada. Estende-se por 13 Municípios, sendo que Brotas possui mais de 30% de participação territorial, além de ser o único trecho em que

¹² Adotamos o conceito de *DS-desenvolvimento sustentável* que é adotado pela maioria das instituições nacionais e internacionais e está contido em documentos como o Relatório Brundland (1987) e o elaborado pelo Conselho Europeu de Gotemburgo (2001). É também defendido pela maioria das ONGs sócio-ambientais. Os adeptos dessa estratégia defendem uma abordagem integrada das políticas que visam o desenvolvimento sustentável: ambiente, economia e sociedade (os três pilares), isto é, procura promover o crescimento econômico e a coesão social sem prejudicar a qualidade do ambiente. Defende-se uma relação mais harmônica do homem com o meio ambiente e a necessidade de integrar as políticas ambientais aos projetos de desenvolvimento econômico e social com a finalidade de garantir a sustentabilidade dos mesmos.

o rio forma corredeiras e cachoeiras, pois em quase todo o percurso as águas são calmas.

A base para a prática do ecoturismo na cidade de Brotas são os recursos naturais existentes, ou seja, as cachoeiras, rios, represas, ribeirões, corredeiras, nascentes, serras, vales e encostas, etc. Esportes de aventura na natureza são praticados, por exemplo: o *canyoning*, o rapel e escalada, são praticados em paredões com cachoeiras ou não; as cavalgadas, caminhadas, *mountainbike* e *motocross* podem ser feitos no relevo. Sem contar o *rafting*, *bóia-cross* e caiaque, praticados no rio Jacaré Pepira. Por essa razão os recursos naturais da cidade se tornaram o centro das atenções pelo significativo valor econômico, bem como fonte de estudo e pesquisa.



Figura 7. Rafting - Rio Jacaré Pepira Fonte: Ivone Salgado, 2006.

Segundo o Diretor do Departamento de Planejamento¹³, a única maneira de destacar o Município no cenário Estadual e Nacional é através do desenvolvimento do turismo de aventura. A prefeitura pretende buscar a identidade de Brotas através da atividade turística. A idéia é atrair pessoas que já apresentem maior nível de consciência ambiental para que possam conscientizar os demais cidadãos da importância de associar as atividades ao respeito à natureza. Na visão do Diretor, o turismo possui aspectos positivos e negativos: é um agente transformador, mas também predatório na cidade.

¹³ Informações obtidas em conversas no dia 26 de outubro de 2007.

1.3.2 Turismo na Natureza: Ecoturismo X Turismo de Aventura

(...) O crescimento do número de visitas às áreas naturais nos últimos anos vem possivelmente nos mostrar que, tal como a arte, precisamos do contato com a natureza, com a nossa fonte de vida (NEIMAN, MENDONÇA, 2000, p.99).

O Brasil detém um patrimônio ambiental colossal, segundo Serson (1992, p.38). O país possui as maiores áreas contínuas de florestas quase intocadas, com o maior número de espécies de fauna e flora do planeta. Apesar de sua amplitude territorial, miscigenação cultural, diversificação e belezas naturais, para Bodstein (1992, p.105), sua participação em menos de 1% na economia do país, comparada à vocação turística, é insatisfatória.

Para Ruschmann (1993, p.58), há crescente interesse no mundo pelos programas para a prática do turismo “verde” ou “de aventura”, que proporcionam ao turista o contato direto com a natureza. Isso faz com que o Brasil se posicione como uma destinação ideal para esse promissor segmento de turismo. Ainda não se pode mensurar exatamente esse segmento, uma vez que há falta de dados estatísticos confiáveis sobre turismo no país, bem como ausência de informações precisas sobre ecoturismo em âmbito nacional, segundo a autora (1995, p.20).

O turismo de aventura se desenvolve no mundo e no Brasil em ritmo acelerado, segundo Richard e Chinágliã (2004, p.200), se comparado ao turismo em geral, e aparece como produto altamente promissor. Sobre o ecoturismo que de certa maneira abrange as atividades relacionadas ao turismo de aventura, o autor afirma crescer com taxas globais de 10% a 30%. Para Farah (2005, p.25), o turismo de aventura é um dos segmentos de maior crescimento e em 2000 foram registradas quase cinco milhões de viagens realizadas com esse fim.

Uvinha (2005, p.269) complementa esta questão, afirmando que o notório crescimento do ecoturismo vem influenciando decisivamente o turismo de aventura, numa expressiva relação oferta/demanda desta prática, sobretudo no ambiente natural. O autor (idem, p.272) evidencia que o Brasil é apontado como um mercado promissor no desenvolvimento de tais atividades, por suas condições

climáticas e topográficas, sua natureza exuberante e bela e pontos que constam na lista de destinos de ecoturismo como: Fernando de Noronha (PE), Chapada dos Veadeiros (MS), Chapada da Diamantina (BA) e Brotas (SP).

Bruhns (2005 p.193), afirma que a partir dos anos 1960/70, muitos fatores contribuíram para o desenvolvimento das propostas de trilhas na natureza, proporcionado por maior acessibilidade e pela divulgação na mídia, levando maior acesso às informações. A associação com a tecnologia promoveu o surgimento das mais variadas atividades, como *rafting*, *canyoning*, etc.

A partir de 1970, houve um aumento de informações através dos meios de comunicação sobre problemas ambientais causados pela poluição e contaminação do ambiente, além da destruição de ecossistemas vitais, surgindo muitos movimentos ambientalistas. Em determinados destinos, comunidades de regiões turísticas passam a ser contrárias ao turismo de massa. Através de seminários e encontros internacionais, inicia-se oposição ao turismo de massa e a sensibilização quanto aos impactos causados nos setores econômico, social, cultural e ambiental. A partir dos eventos oficiais, como a Conferência da OMT em Manila, buscou-se a abertura para reflexão e crítica sobre os impactos negativos do turismo (Pires, 2002, p.36). Para o autor:

É oportuno observar que as posturas e atitudes de repulsa e desaprovação ao “turismo de massas”, assumidas por muitas comunidades das regiões turísticas por ele atingidas, não negavam nem descartavam a importância do turismo como fator de desenvolvimento econômico e de promoção de seu bem-estar social, havendo por parte dessas mesmas comunidades manifestações pela viabilização de um desenvolvimento turístico saudável e benéfico (2002, p.39).

Em 1972 realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, em Estocolmo. Segundo Pires (2002, p.49) a Conferência de Estocolmo foi considerada o marco do período inicial do ambientalismo. Esse evento resultou num documento decisivo para o florescimento da consciência ecológica entre as populações, conhecida segundo Cerson (1992, p.38) por “Nosso futuro Comum”. Desde então, o número de adeptos à causa preservacionista e à produção de pesquisas no mundo vem aumentando consideravelmente.

A concepção de um novo tipo de turismo passa a ter nexos e razões diante da constatação de inúmeros impactos econômicos, culturais e ambientais adversos causados pelo turismo convencional de massas. O turismo alternativo surge com pressupostos diferenciados do turismo convencional, com características éticas idealizadas para o turismo, fundamentadas, conforme afirma Pires (2002, p.81), em princípios como respeito às populações autóctones e valorização desta cultura, a proteção do ambiente e das paisagens naturais e a realização de experiências turísticas multissensoriais, enriquecedoras da condição humana.

Segundo Pires (2002, p.92), a ampla margem de abordagens e enfoques centrados na ideia de “alternativo” resultou no surgimento de uma grande variedade de modalidades turísticas. Entre elas, algumas das modalidades que falaremos no decorrer desse trabalho: Turismo na natureza, ecoturismo e turismo de aventura.

De acordo com Pires (2002, p.139), desde a emergência do turismo alternativo como proposta de transformações nos rumos do turismo convencional até os dias atuais, o ecoturismo surge e se impõe como uma “rotulação” ampla e indiscriminadamente utilizada para representar um conjunto variado e não bem definido de atividades e atitudes no campo das viagens turísticas, que se posicionam na interface turismo-ambiente, nesse último correspondendo especialmente ambientes naturais pouco alterados e culturas autóctones presentes no seu entorno.

Conforme expõe Pires (idem, p.63) a partir dos anos 1980, passa-se não só a investir no ecoturismo, promovendo sua expansão, como também utilizá-lo como instrumento para a proteção de recursos naturais e para o desenvolvimento de regiões economicamente deprimidas.

Para Pires (2002, p.249) a vigência e a hegemonia do turismo de massas, ao mesmo tempo em que proporcionou um grande avanço na socialização do turismo, acarretou uma série de impactos negativos de caráter ecológico, social, econômico e cultural, que desencadearam descontentamentos.

Parte desse descontentamento foi canalizado na busca de alternativas turísticas, com a presença de elementos naturais e culturais mais autênticos, proporcionando uma nova dimensão para as viagens turísticas. Tudo que apresentasse essa possibilidade passou a ser chamado de “turismo alternativo”, segundo Pires (2002, p.250). Complementando, Uvinha (2005, p.274) afirma que o apego ao “verde” é algo expressivo na sociedade atual e vem sendo amplamente comercializado com a promessa funcionalista de fuga dos problemas encontrados no meio urbano.

Segundo Pires:

O ecoturismo, que surgiu na esteira da busca por formas alternativas de turismo e da evolução do ambientalismo, hoje se estabelece como contraponto ao turismo convencional juntamente no campo da sustentabilidade. Se, por um lado, a apologia aos paradigmas da sustentabilidade não deve subestimar a condição do turismo convencional em adotá-los, até porque foram erigidos à custa dos exemplos oferecidos por esse mesmo turismo, por outro lado não deve esperar encontrar no ecoturismo sua fiel e plena constatação (2002, p.165).

Neste sentido, Pires (2002, p.74) afirma que as ONGs possuem grande importância no crescimento do ecoturismo. Elas podem servir como fonte vital de financiamentos e assistência técnica para projetos de ecoturismo no mundo todo. Podem também facilitar negociações entre as comunidades locais e empresários do ecoturismo, assegurando relação adequada para que benefícios mútuos sejam obtidos.

O desenvolvimento turístico deve basear-se nos princípios da sustentabilidade, preservando o ecossistema a longo prazo, para que esteja disponível às próximas gerações. Quando se fala em sustentabilidade do turismo, não é apenas sobre o meio ambiente a que se refere, mas ao desenvolvimento homogêneo e equilibrado entre o meio ambiente, economia, meio social e cultural.

Sabe-se que a simples presença do homem na natureza provoca a degradação do meio e, portanto, apesar de o turismo ser considerado como uma alternativa para a recuperação de ambientes naturais, a própria atividade contamina e deteriora o meio ambiente. Ferreti (2002, p.60), afirma que os

recursos naturais podem limitar o crescimento da economia. Quando esses se encontram degradados, a economia entra em declínio, pois haverá a diminuição do interesse dos turistas.

É importante que a conscientização seja realizada com a população local, pois não surtirá muito efeito se for desenvolvida apenas para os turistas, já que o tempo de permanência destes no ambiente é curto. A população local deverá ser informada das atitudes e comportamentos perante a natureza. Já a atitude dos especuladores só será minimizada com leis, códigos e regulamentos de controle para uso dos espaços naturais para fins turísticos (Ferreti, 2002, p.82).

O turismo na natureza integra um leque de interesses turísticos voltados para ambientes naturais, que inclui desde modalidades mais nobres como educação ambiental até a prática de esportes motorizados de impacto ecológico considerável (Pires, 2002, p.255). Nesse sentido, Endres (1998, p.43), defende que a sustentabilidade ecológica e a espacial primam, respectivamente, pela escolha de melhores técnicas na utilização dos recursos naturais e em uma configuração urbano-rural mais harmoniosa, bem como uma distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas mais equilibradas. Assim, a sustentabilidade cultural busca dentro de si própria as respostas para problemas locais, para o seu ecossistema, sua cultura e sua área, tendo o conceito de ecodesenvolvimento como fator de propulsão para as soluções encontradas.

Faz-se necessário que o Turismo Ecológico tenha sua capacidade de carga¹⁴ controlada, uma vez que o ambiente possui limites quanto à sua utilização, caso contrário ocorre uma degradação. O grande problema é que os indivíduos não se atentam para esta questão, já que as riquezas naturais normalmente são exploradas para produção de lucro imediato, ignorando os danos ao meio ambiente e causando a insustentabilidade futura dessa atividade econômica.

¹⁴ Refere-se à capacidade ou à aptidão dos destinos turísticos para absorver visitantes e todas as conseqüências de sua presença.

Apesar de o ecoturismo se consolidar nos países pioneiros na segunda metade da década de 1980, apenas a partir de 1994 a atividade se alastrou por uma grande quantidade de países. Isso ocorreu não apenas pela pressão de um mercado motivado pelo contato com a natureza e lazer ao ar livre, mas também pelo interesse governamental quanto à entrada de divisas, oportunidades de trabalho, bem como uma alternativa para conservação dos recursos naturais (PIRES, 2002, p.67).

Eis, então, que surge o ecoturismo como atividade considerada não predatória da sua base principal de recursos que é a natureza e, como tal, potencialmente capaz de colocar-se como alternativa para a geração de renda às comunidades que dependem da exploração direta desses recursos, na medida do seu engajamento efetivo com o desenvolvimento dessa atividade (...) (PIRES, 2002, 72).

O autor (PIRES, 2002, p.104) acredita que o ecoturismo é o segmento turístico em que a paisagem é a principal variável como o ponto de confluência dos fatores ambientais e antrópicos. O objetivo é a integração do visitante com o meio natural e humano, e a população local participa dos serviços prestados aos turistas¹⁵. O ecoturismo prioriza a preservação do espaço natural em que é realizado e seu projeto contempla a preservação antes de qualquer outra dimensão.

Já o Turismo de Aventura para Pires (2002, p.104) utiliza o entorno rural ou o meio natural como recurso para produzir sensações de descoberta nos praticantes. O objetivo principal é poder transmitir essas sensações, necessitando para tanto de espaços pouco utilizados turisticamente.

Como vimos acima, há tendência de se definir todas as atividades turísticas ligadas às áreas naturais, como ecoturismo e por isso é importante delimitar quais são as principais características dessa atividade.

¹⁵ É importante observar que esse tipo de turismo, ao incluir as populações locais através da qualificação profissional tem conseguido fixar a população mais jovem que, em passado recente, era expulso das comunidades locais por falta de alternativas de trabalho e obtenção de renda.

De acordo com Farah (2005, p.30), o ecoturismo e o turismo de aventura, devem ser entendidos e tratados separadamente. Uma distinção já ocorre pelo local de suas práticas. O ecoturismo é praticado apenas na natureza, o mesmo não acontece com o turismo de aventura. O foco do ecoturismo é o meio ambiente, além da preocupação com o desenvolvimento social e econômico dessas regiões e suas populações.

No Brasil, as ambigüidades e interpretações equivocadas em torno dos conceitos de ecoturismo se verificam corriqueiramente em ocasiões diversas, como em eventos profissionais promovidos pelo *trade*¹⁶ e turístico, na promoção e marketing de produtos, no *front* operacional, na mensagem e nos documentos oficiais e também no meio acadêmico (PIRES, 2002, p.126). Segundo o autor, há alguns conceitos internacionalmente aceitos, correspondentes aos princípios do ecoturismo. Esses conceitos normalmente estão relacionados com a preocupação em relação aos impactos ecológicos, sociais, culturais e econômicos; à educação ambiental; à inserção e à participação dos autóctones no processo turístico.

Em relação ao turismo de aventura, tanto seu entendimento, como as atividades relacionadas a esse tipo de turismo ainda não estão bem definidas. Segundo Farah (2005, p.20), é muito comum que práticas de turismo de aventura estejam relacionadas com os elementos da natureza, porém podem ser praticados em ambientes naturais e urbanos. As atividades mais oferecidas segundo a autora, consideradas as práticas brasileiras de turismo de aventura pelo mercado e praticantes são:

- Terra: Arvorismo, *bungee jumping*, cicloturismo, caminhada, cavalgada, *canyoning*, escalada, espeleoturismo, fora de estrada, *motocross*, rapel, tiroleza.
- Água: *bóia-cross*, canoagem, *duck*, *kite surf*, mergulho, *parasail*, *rafting*, surfe.
- Ar: asa-delta, balonismo, parapente, pára-quedismo, ultraleve.

¹⁶ *Trade* representa o conjunto de empresas ligadas diretamente ao setor turístico, tais como: operadoras, agências, hotéis e outros agentes.

Para Amaral (2005, p.236), em uma avaliação do mercado de turismo de aventura em outros países, constatou-se que o ecoturismo continha componentes do turismo de aventura, pois uma caminhada, para a observação da fauna e flora, representava do ponto de vista do turista, uma grande aventura. As próprias agências de ecoturismo, visando promover seus produtos, começaram a utilizar esse termo em vez da expressão “esportes radicais”. A autora conclui então que, dentro de tal perspectiva, o termo “aventura” foi escolhido para interagir com a indústria do turismo em ambientes naturais.

Silva (2006, p.89), afirma que o turismo de aventura se caracteriza por atividades que envolvem riscos e imprevistos calculados, pressupondo uma programação de atividades participativas, em que o turista tende a ser o protagonista. Este tipo de turismo é derivado de práticas esportivas, por isso para sua realização são necessários instalações e equipamentos específicos; além de prestadores de serviços especializados como guias, monitores e agências de receptivo. Realizado predominantemente em áreas naturais, exige bom condicionamento físico de quem pratica.

Segundo Palladino (2007, p.12), no ano de 2002, no Canadá, uma Cúpula Mundial de Ecoturismo foi convocada pela OMT como principal evento o “Ano Internacional do Ecoturismo”. Representantes de 132 países participaram e assinaram a Carta de Quebec, cujo objetivo foi definir o que é ecoturismo, quais as melhores práticas para o segmento e o que fazer para estimular a atividade. O documento representou o resultado dos diálogos multisetoriais e dos debates, visando fornecer recomendações para o desenvolvimento de atividades ecoturísticas. A partir disso o ponto base para o ecoturismo, segundo a autora, é de que a atividade é, na essência, um turismo sustentável, não depredador e, por isso, deve beneficiar a natureza e as comunidades locais.

Pires (2002, p.160) afirma que o Programa das Nações Unidas para o meio ambiente (Unep) insere conceitualmente o ecoturismo como um subcomponente do turismo sustentável e afirma que o ecoturismo é acima de tudo, uma versão sustentável do turismo na natureza. Ainda para o autor (p.161) o ecoturismo é comparado a outro segmento atualmente muito pujante, que é o

turismo de aventura. Se no ecoturismo a principal motivação é a apreciação das características naturais e dos recursos culturais a ela associados, no turismo de aventura dá-se preferência à exercitação física e a situações desafiadoras no ambiente natural. O ecoturismo e turismo de aventura são segmentos do turismo na natureza:

Para Norris *apud* Pires (2002, p.162), mesmo que os participantes de viagens na natureza ou viagens de aventura venham a obter um conhecimento aprofundado das áreas visitadas, se a participação não contribuir para a preservação destas, não se tratará de ecoturismo. Portanto, através dessa afirmação, pode-se dizer que uma atividade só é considerada ecoturismo, quando os recursos financeiros adquiridos retornam para as áreas de preservação e são utilizados para efetivação e sustentabilidade dessa da atividade.

Nessa perspectiva, qualquer atividade que almeje o ecoturismo deverá perseguir os seguintes princípios: enfatizar a natureza e os valores culturais do local; minimizar os impactos ambientais; gerar benefícios para a comunidade local; difundir a consciência ecológica por meio da educação ambiental; e por último, se comprometer com a conservação da natureza. O ecoturismo deve ser a atividade turística que visa minimizar o impacto no meio ambiente no qual se desenvolve, priorizando a proteção e a conservação sustentável dos recursos ambientais (naturais, culturais, históricos), bem como a contribuição para o bem estar econômico e social da comunidade (Paulo Pires, 2002, p.166; Richard e Chinágliã, 2004, p.203).

Muitos aspectos giram em torno do ecoturismo e, portanto, é preciso saber que nem toda viagem para ambientes naturais se caracteriza, necessariamente como ecoturismo, pois para Ferretti (2002, p.117), o turismo que utiliza a natureza como matéria-prima, pode ser desenvolvido de diversos modos. O pré-requisito para que uma determinada atividade seja considerada ecoturismo deve, antes de tudo, respeitar a conservação e manejo do ambiente natural. A natureza, ao ser “vendida”, segundo Ferretti (2002, p.119), gera benefícios, mas também riscos, quando a procura pela área natural é intensa e não há controle e fiscalização.

Silva (2006, p.107), afirma que há uma tendência de os patrimônios sociais e naturais serem consumidos na prática turística até o esgotamento e depois perderem a função mercadológica. Para o autor, apesar de muitos outros autores não concordarem, ao se analisar destinos turísticos que no passado tiveram grande significado mercadológico, se concluirá que atualmente está desgastado, inviabilizando a sustentabilidade turística quanto à conservação e preservação do patrimônio explorado. Neste sentido, ainda para o autor (idem, p.108), a sustentabilidade turística proposta atualmente só poderá ter sentido se houver possibilidade de manutenção das características originais da localidade receptiva e a diminuição dos impactos ambientais na tentativa de prolongar por um período maior o ciclo de desenvolvimento da atividade turística e, assim, possibilitando o aumento de ganhos econômicos.

O turismo na natureza, para Silva (2006, p.86), não nega a existência de impactos ambientais e concebe que a base da motivação turística e os deslocamentos dos fluxos turísticos das áreas emissoras para receptoras ocorrem, predominantemente, a partir de aspectos da natureza. Os aspectos socioculturais e os arranjos turísticos das áreas receptoras servem de complemento, facilitando sua prática e desenvolvimento.

Para o SEBRAE (2008), em seu site oficial, a indústria de turismo de aventura atrai cerca de três milhões de turistas por ano, com um faturamento médio anual superior a R\$ 290 milhões e tem quase duas mil empresas espalhadas nos principais pólos de aventura do Brasil. Esses números significativos, apurados pelo Diagnóstico do Turismo de Aventura no Brasil, promovido pela ABETA - Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura, com o Sebrae nacional e o Ministério do Turismo, mostram o potencial que o Brasil tem para se tornar um dos principais destinos internacionais nesse segmento.

Portanto, para entender os impactos do turismo é necessário compreender sua acepção mais ampla, o conceito de ambiente que envolve além do meio natural, as dimensões sociocultural e econômica. Assim cada dimensão deverá ser analisada conforme o ambiente em foco (Ferreti, 2002, p.49). Os

patrimônios natural e cultural são importantes, não só para o turismo, mas em primeiro lugar para a comunidade. Assim, a conservação desses patrimônios deve ser prioridade em qualquer projeto turístico ou não (idem, p.94).

Toda atividade turística que não for bem planejada poderá ser caracterizada como não sustentável, pois estará comprometendo outros fatores (ambiental, cultural, social, econômico) que poderão implicar na qualidade desses recursos para as futuras gerações. Porém, é incontestável a afirmação que onde há turismo, há degradação ambiental. O que difere o setor turístico dos demais é o grau de degradação. Se bem planejado, o turismo auxiliará na minimização dos problemas ambientais, caso contrário, intensificará o impacto. O autor afirma que o fato de o ecoturismo vir sendo apontado como uma forma alternativa do setor turístico preocupado com o meio ambiente, não significa que o ecoturismo não cause problemas para o meio ambiente (Ferretti, 2002, p.106). Assim, é imprescindível a conscientização ambiental tanto para o cidadão como para o turista.

O principal elo com o ecoturismo é o cidadão consciente. Assim pode-se dizer que é imprescindível a conscientização ambiental tanto para o cidadão como para o turista. Se a matéria prima para o ecoturismo é a natureza conservada, torna-se necessário que todos os envolvidos neste processo decidam por essa conservação e manutenção, pois a responsabilidade nesse processo deverá ser dividida entre todos os segmentos que participam, afirma Ferretti (2002, p.130).

Para Mendonça & Neiman (2002, p.172), apenas agora as visitas à natureza estão sendo organizadas, porém sempre existiram. Agora se tornam talvez mais acessíveis a um público mais amplo. Essas visitas são consideradas muito enriquecedoras para sociedade, já que o conhecimento dos espaços naturais preservados pode gerar maior valorização por parte da sociedade. Entretanto os autores ressaltam:

Por ter surgido como um negócio, o setor ecoturístico não se propôs, ainda, a refletir sobre o que faz. Produz viagens e não prioritariamente experiências e nem conhecimento. Só reproduz estratégias de marketing e conceitos administrativos convencionais,

aplicados tradicionalmente a outras áreas do conhecimento humano (idem).

Para Ferretti (2002, p.179), o ecoturismo não tem sido capaz de alterar a velocidade da destruição ambiental. Os resultados positivos alcançados com a atividade, embora existam, são pontuais. O ecoturismo poderá contribuir para conservação da natureza de modo eficaz e gratificante se tiver amparado em certificações ecológicas das empresas envolvidas, mas, para tanto, deve haver participação efetiva da sociedade e formação de profissionais qualificados. Da mesma maneira Serson (1992, p.40), afirma que para se ingressar numa era de desenvolvimento turístico intensivo e sustentado, o ecoturismo deve ser estimulado e firmemente priorizado, contando com a inspiração e vontade de toda coletividade, ou seja, governo e sociedade civil deverão aliar-se e atuar com harmonia. Assim, edificação de um meio ambiente melhor deve ser uma das grandes prioridades de um país que realmente almeja entrar no terceiro milênio sem manchas e na plenitude de suas potencialidades. As pressões por um modo melhor de vida e elevação dos padrões de qualidade têm se multiplicado e segundo o autor, o ecoturismo deve ser a resposta para esses anseios: “O ecoturismo é ao mesmo tempo causa e consequência do desenvolvimento sustentado. Ele pode ser a chave para a edificação de um novo país” (SERSON, 1992, p.41).

Segundo Endres (1998, p.38), a maioria das áreas onde são praticadas atividades é tratada como patrimônio de todos, com livre acesso e, considerados como recursos de propriedade comum, são sistematicamente explorados sem nenhum tipo de preocupação com a manutenção dos mesmos. O ecoturismo, apesar de se caracterizar como uma atividade econômica que utiliza a natureza como matéria-prima e dela depende para o sucesso contínuo da atividade, assegurando a proteção dos ecossistemas por pressupor a não eliminação dos atrativos que o faz sobreviver, pode apresentar esse problema nas áreas em que se envolve.

Para Endres (1998, p.43), o ecoturismo possui as mesmas bases norteadoras do desenvolvimento sustentável, ou seja, a eficiência econômica, a equidade social e a prudência ecológica. O ecoturismo é uma atividade que

provêm, ponderadamente, do setor privado composto de pequenos, médios e grandes empreendedores do *trades* turísticos que viam, e ainda vêm a necessidade de atender uma demanda específica de turistas moldados pelas exigências ecológicas de um mundo em transformação. O autor enfatiza ainda que a satisfação do contato mais próximo com a natureza é o produto que está a venda por meio de roteiros, pacotes ou simples passeios em parques ou florestas.

Para o autor, em algumas regiões, são necessárias mudanças para alterar a forma desestruturada de turismo, que são vulgarmente denominadas de ecoturismo, simplesmente por ser praticado em locais distantes da vida urbana (idem, p. 45).

Conforme Neiman e Mendonça (2000, p.106) é necessário que o ecoturismo deixe de “preparar” os locais para receber o visitante e passe a preparar o visitante para conhecer os locais, pois assim o ecoturista aprende a conviver com a diferença.

Endres (1998, p.46) afirma que a prática do ecoturismo “pode” tornar-se mais facilmente ordenada, se houver uma legislação preestabelecida que promova a atividade de forma mais estruturada e fiscalizada, mas atualmente verifica-se muitos entraves e dificuldades, já que muitos dos casos referentes a falta de estruturação necessária para implementação funcionalidades das APAs acontece devido a ausência do plano de manejo; além da falta de recursos, fiscalização (a deficiência mais comum), educação ambiental, pesquisa, orientação, etc.

Neiman e Mendonça (2000, p.104), afirmam que no Brasil as unidades de conservação têm sido criadas sem as mínimas condições para garantir a sua conservação, pois não há recursos humanos, planos de manejo, previsão orçamentária para investimento em equipamentos e outras necessidades. Poucas possuem infra-estrutura mínima para se manterem em funcionamento, e a maioria encontra-se abandonada ou delimitada apenas em documentos.

É imprescindível que todo processo de harmonização ambiental e desenvolvimento sustentado pelo turismo no Brasil, por incremento do ecoturismo, adotem algumas medidas segundo mostra Bodstein (1992, p.110):

- Proceder à reformulação da legislação ambiental;
- Criar projetos como plano de manejo com avaliações dos impactos ambientais;
- Ampliar e melhorar a fiscalização;
- Estimular e incentivar a criação de infra-estrutura turística especializada;
- Priorizar o turismo de modo geral.

Segundo Endres:

A conservação ambiental é necessária não só como base para a prática do ecoturismo, mas também como um objetivo a ser alcançado e cada vez mais disseminado através do estabelecimento dessa atividade. Essa questão não se caracteriza como imprescindível para o fomento da atividade, porém, aliam-se a ela as possibilidades de se ampliar a conscientização ambientalista da sociedade, fator indispensável para um desenvolvimento sustentável (1998, p.47).

A participação comunitária é de suma importância no desenvolvimento do ecoturismo, pois assim pode gerar práticas que não agredam o meio ambiente, respeitando os costumes locais adequando-as a uma nova forma de vida, de maneira satisfatória. Para Endres (1998, p.48), este bem estar que a atividade ecoturística demonstra estabelecer através das práticas que valorizam o meio ambiente, a biodiversidade e a cultura local, o modo de vida natural, as especificidades de trabalhos e formas de subsistência do povo do interior e das peculiaridades regionais. Para Bodstein (1992, p.100), é propiciando uma prática de educação ambiental que nenhuma outra atividade é capaz e criando condições para o conhecimento da natureza que o turismo permitirá ao homem respeitá-la, admirá-la e preservá-la.

Tulik (1992, p.23), afirma que o meio ambiente assume cada vez maior importância na venda do produto turístico, uma razoável parcela de propaganda de alternativas de excursionismo e de turismo que recebem várias denominações: turismo verde, turismo de aventura e, principalmente, turismo ecológico ou

ecoturismo com os seus desdobramentos criativos. Assim, os termos se confundem, revelando uma imprecisão.

O ecoturismo possui seus pontos positivos e negativos. Segundo Tulik (1998, p.27), no ecoturismo também são gerados impactos ambientais. A propagação do turismo de aventura, do “ecoturismo” e de outras formas alternativas que têm como base a exploração do meio ambiente natural, pode provocar impactos pouco perceptíveis aos governantes pela sua difusão em áreas novas, sem infra-estrutura ou mesmo despovoadas. Exceção feita às áreas de preservação ambiental que têm controle oficial e regular, os danos nem sempre são visíveis escapando aos próprios olhos praticantes, muitos dos quais ecologistas convictos. Isso ocorre pelo fato de que grande parte dos efeitos diretos sequer é vista, quando ocorrem, exigem providências a médio e longo prazo.

Ruschmann (1993, p.56), afirma que, apesar de uma legislação atualizada, a implantação de equipamentos e de programas voltados para o turismo ecológico é realizada no Brasil sem o necessário controle e fiscalização e, por isso, alguns deles causam impactos no meio ambiente, comprometendo os ecossistemas e conseqüentemente os atrativos turísticos naturais. Esses impactos não têm sido estudados de forma sistemática no Brasil, segundo mostra a autora (1993, p.60).

Para Ruschmann (1995, p.18):

A proliferação descontrolada do número de agências, chamadas “ecológicas” e a ausência de uma legislação específica que regulamente e controle suas atividades de forma eficaz, tornam muitas dessas viagens altamente prejudiciais à preservação dos ecossistemas mais sensíveis, comprometendo também, a proteção da privacidade e a originalidade das comunidades de povos nativos.

A autora acredita ainda que a elaboração de leis, regulamentos, normas e fiscalização; deva ser baseada nos métodos e conceitos teóricos que já vêm sendo aplicados em outras partes do mundo.

Neiman e Mendonça (2000, p.105), afirmam que as instituições brasileiras voltadas para a organização e execução de atividades ecoturísticas foram se estruturando a partir de um outro histórico e possuem hoje um caráter empresarial. Assim, funcionam dentro da lógica do mercado e priorizam os aspectos voltados à prestação de serviços e ao retorno econômico em detrimento das prioridades conservacionistas. Os autores afirmam ainda que as prioridades de conservação da natureza e das culturas locais não vêm sendo minimamente atendidas, sendo assim desperdiçado o potencial transformador do ecoturismo. A conscientização ambiental é imprescindível, e seria proveitoso se todos cumprissem o lema dos espeleólogos: “Da mata nada se tira, a não ser fotos, e nada se deixa, a não ser pegadas” (Tulik, 1998, p.28).

Assim como no ecoturismo, para Richard e Chinágli (2004, p.200), a escassez de estudos teóricos sobre as necessidades, motivações e expectativas de seus praticantes, pode impedir o planejamento adequado e afetar a tomada de decisões apropriada sobre seu desenvolvimento. O autor afirma ainda que pode ser constatada a sobreposição dos conceitos aplicados de maneira incorreta em algumas ocasiões, a uma grande variedade de atividades ao ar livre: ecoturismo, turismo alternativo, esporte de aventura, esporte radicais etc.

O ecoturista contabiliza, segundo Neiman e Mendonça (2000, p.107), “quantos” lugares já conheceu e qual será o próximo, é incomum esse tipo de turista querer voltar para o mesmo destino outra vez, a não ser que além de ter tido boas experiências, teve a possibilidade de ampliá-las. A lógica é descobrir novos lugares. Para Richard e Chinágli (2004, p.202), o critério que faz de uma experiência, uma aventura, é o seu resultado incerto, portanto, arriscado, sempre associado a certo desafio:

Os esportes de aventura nascem a partir da reprodução total ou parcial de experiências e técnicas expedicionárias em constante evolução: montanhismo, deslocamento por cordas fixas, canoagem, viagens de bicicleta etc. Em todas elas, os fatores naturais adicionam um importante elemento de incerteza, e o participante está intrinsecamente motivado pela sensação de desbravar, conhecer e encarar obstáculos imprevistos. Já os chamados esportes radicais englobam um grande número de atividades nas quais o desafio consiste em executar manobras de alta complexidade e vencer obstáculos – muitas vezes conhecidos de antemão a partir de habilidades técnicas em modalidades

esportivas nas quais fatores naturais imprevisíveis podem não influir no resultado. (idem, p.203).

Promover a prática de atividades de aventura em ambientes naturais que envolvam riscos e emoções necessita uso de técnicas e equipamentos específicos para garantir a segurança dos turistas e respeitar o patrimônio natural. A maior responsabilidade recai sobre os organizadores. Assim, a competência é fator determinante em uma experiência de aventura, consistindo em uma combinação de conhecimentos, habilidades, comportamentos, atitudes, confiança e, muito importante, experiência pessoal. Situações de risco ou incerteza deverão ser resolvidas com cuidado e competência (idem, p.203). Para Uvinha:

O turismo de aventura é um segmento em que se pode verificar uma relação oferta/demanda característica, próxima da prática dos ditos esportes de aventura e realizada por um público com motivações peculiares, viabilizada com infra-estrutura e recursos humanos especializados, a fim de implementar uma experiência desafiadora e passível de certificação específica nos mais distintos ambientes e localidades, seja na atividade do excursionismo, seja na atividade do turismo (2005, p.271).

As atividades realizadas dentro do Turismo de Aventura requerem dos organizadores a utilização de guias especializados, tal como ocorre em Brotas (SP) e Bonito (MS). Nesses casos a presença de um guia especializado, além de zelar pela segurança do praticante da atividade e garantir o componente da aventura, cuida também para que essa visita não degrade o ambiente visitado (idem, p.204).

Porém, para Amaral (2005, p.245), não basta formar guias e condutores especializados em atividades e esportes de aventura ou mesmo executivos para dirigir empresas. É primordial a formação dos empresários e consumidores e seus papéis com a sociedade. Incentivar o trabalho com o terceiro setor e instituições de proteção ao ambiente natural.

Assim como no ecoturismo, o turismo de aventura tem atraído indivíduos que querem fugir da pressão do trabalho semanal ou das rotinas urbanas e aproximar-se da natureza, experimentando o perigo, estando com os amigos. Para Richard e Chinágli (2004, p.205), estes são os estímulos que

farão o turista optar por determinado destino turístico. As expectativas das pessoas são distintas, pois são sensíveis e variáveis dependendo do perfil do turista, podendo sofrer modificações a partir de experiências anteriores em programas de aventura.

Pode-se dizer que as atividades de turismo de aventura proporcionam ao homem, a oportunidade de revigorar sensações e proporcionar emoções prazerosas. Assim, Richard e Chináglia (2004, p.211) acreditam que esses programas possuem muitas qualidades a serem exploradas com a finalidade de agregar valor a diferentes tipos de produtos turísticos, e adaptar-se às diferentes necessidades e expectativas, podendo então se transformar em produtos turísticos de alto valor agregado. Por exemplo, essas atividades têm sido usadas para educação, treinamentos e terapia.

O turismo de aventura tem revelado várias cidades com esta vocação. As cidades de Brotas e Socorro são destinos que estavam desconhecidos há vinte anos e agora, devido ao turismo de aventura e seus rios, cenários de *rafting* e *bóia-cross* estão associadas a esta atividade. No caso de Brotas, o rio Jacaré Pepira passa pela cidade e tem catorze corredeiras num trecho de oito quilômetros (Valle, 2005, p.14).

O turismo de aventura já figurava no cenário das políticas públicas brasileiras desde 1999, mas somente em 2001 várias ações começaram a ser realizadas em âmbito governamental, visando o ordenamento da atividade, afirma Farah (2005, p.36).

Uma iniciativa do Ministério do Turismo determinou como estratégia de normalização e certificação, que segundo Abreu e Timo (2005, p.44), o objetivo é de alcançar a operação responsável e segura do segmento de turismo de aventura e assim conseguir colocar o Brasil entre os principais destinos desse segmento no turismo mundial.

Essas atividades, porém, necessitam de cuidados e responsabilidades extremas, uma vez que qualquer erro pode ser fatal. Segundo Uvinha (2005,

p.278), é elevado o número de acidentes relacionados com o turismo de aventura. No Brasil, há vários exemplos de ocorrências durante a prática do turismo de aventura que levam à morte.

O Programa de Certificação do Turismo Sustentável é quem vem estabelecendo normas técnicas e a prática dos esportes radicais. Segundo a ABETA, as normas técnicas têm como objetivo prevenir acidentes, estimular a prática com segurança, visando a expansão do segmento e a geração de emprego e renda, além de organizar o segmento.

As normas técnicas são documentos estabelecidos por consenso e aprovados por um organismo reconhecido que fornece, para uso comum e repetitivo, regras, diretrizes ou características para atividades ou seus resultados, visando a obtenção de um grau ótimo de ordenação em um dado contexto. Esta é a definição de norma técnica aceita internacionalmente e descrita no Relatório Diagnóstico: Regulamentação, Normalização e Certificação fruto do convênio entre Ministério do Turismo e Instituto de Hospitalidade. No turismo de aventura, as normas são orientações que garantem um desempenho com qualidade, criando referências para operação segura e responsável. São desenvolvidas no âmbito do Comitê Brasileiro de Turismo da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/CB54).

Normalização é de cunho voluntário e deve seguir os princípios de interesse coletivo. No Brasil, é reconhecida a partir da aprovação da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Assim, as normas Turismo de Aventura não terão força de lei e, portanto as empresas não serão punidas se não cumpri-las.

O Programa de Aventura Segura foi criado pelo Sebrae em parceria com o Ministério do Turismo, executado pela ABETA. O programa teve início em 2006, e tem duração de 36 meses, terminando, portanto, no final de 2008. Segundo a ABETA (2008)¹⁷, tem por objetivo melhorar a qualidade, segurança, competitividade dos profissionais e empresas de turismo de aventura, através da soma de ações para o fortalecimento institucional, gerando e disseminando conhecimentos, qualificando pessoas e empresas, além de subsidiar certificação

¹⁷ Disponível em http://www.abeta.com.br/aventura-segura/pgn.asp?id_pg=42&nivel=1&n1id=42. Acesso em 15 de junho de 2008

para condutores de empresa e formar grupos voluntários de busca e salvamento - GVBS.

Baseados no Programa de Regionalização – Roteiros do Brasil, foram definidos os primeiros destinos turísticos a participar do programa, sendo eles: Bonito e Serra da Bodoquena (MS); **Brotas (SP)**; Chapada Diamantina (BA); Chapada dos Veadeiros (GO); Florianópolis (SC); Fortaleza (CE); Foz do Iguaçu (PR); Lençóis Maranhenses (MA); Manaus (AM); Recife (PE); Rio de Janeiro (RJ); Serra do Cipó (MG); Serra dos Órgãos (RJ); Serra Gaúcha (RS); Socorro (SP); e Vale do Alto Ribeira (SP) (Idem, 2008).



Figura 8. Participantes do Programa de Aventura Segura - Fonte: ABETA, 2008.

Segundo o *site* oficial da ABETA (2008)¹⁸, atualmente noventa e sete agências de turismo de aventura no Brasil, aderiram ao programa, que possui as seguintes metas:

1. Geração e Disseminação de Conhecimento do Turismo de Aventura;
2. Estímulo ao associativismo – a união do Turismo de Aventura;
3. Qualificação Profissional - Qualidade e Aperfeiçoamento para Guias e Condutores;
4. Qualificação de Empresas – Gestão Segura para o Negócio Turismo de

¹⁸ Disponível em <http://www.abeta.com.br/aventura-segura/empresas-aderidas.asp>. Acesso em 25 de junho de 2008.

Aventura;

5. Subsídio a Certificação – Certificado de segurança para Empresas e Condutores;

6. Formação e Capacitação de Grupos Voluntários de Busca e Salvamento (GVBS).

Há uma assistência técnica voltada para as empresas inseridas no programa, que segundo a ABETA (2008)¹⁹, tem o objetivo de auxiliar essas empresas a implantarem o Sistema de Gestão da Segurança para o Turismo de Aventura (SGS TA), baseado na norma da ABNT NBR 15331. Todas as empresas formalizadas e que fazem parte de um dos destinos contemplados pelo programa podem participar.

1.4 IMPACTOS DO TURISMO

Conforme Beni (2006, p.44), os impactos do turismo na comunidade receptora podem ser considerados no âmbito econômico, psicológico e social. No que diz respeito aos impactos econômicos, a geração de empregos diretos e indiretos, investimentos empresariais, geração de receitas e renda, são algumas das vantagens que podem ser citadas. Sem o devido cuidado, esses impactos podem se transformar em malefícios, uma vez que muitas vezes a população local, não está preparada para assumir determinados postos de trabalho, não possui experiência, ficando excluída do mercado que se abre. Os postos de trabalho, às vezes temporários, fazem com que os autóctones abandonem seu trabalho tradicional para assumir um emprego sazonal e passem depois o resto do ano sem renda à altura. O fato de a atividade turística gerar grandes receitas para o Município pode fazer com que ocorra, em contrapartida, uma grande dependência deste a um único setor.

¹⁹ Disponível em http://www.abeta.com.br/aventura-segura/pgn.asp?id_pg=6&nivel=2&n1id=1&n2id=6. Acesso em 25 de junho de 2008.

Silva, referindo-se a Campos do Jordão/SP afirma:

Os habitantes de baixa renda são, em sua maioria, trabalhadores sem qualificação, atraídos pela oportunidade de emprego em um lugar onde sensivelmente circula muito dinheiro, mas que não consegue romper as barreiras da sua condição social e cultural, impedindo-lhes o acesso aos postos mais bem remunerados. A situação é agravada pelo alto custo de vida na cidade, impulsionado pelo consumo dos turistas (2004, p.183).

No caso dos impactos psicológicos, segundo Beni (2006, p.54), considerando-se a cultura da comunidade receptora, são positivos quando há um aumento da auto-estima dos indivíduos do local, e negativos quando geram um desconforto causado pelo contraste entre os modos de vida. A falta de conhecimento e consciência dos turistas pode gerar um estranhamento (brincadeiras e piadas) e um desconforto para a população. É o caso típico do turismo interno, quando há diferenças regionais (entre Estados), em que a população é muitas vezes estigmatizada pelos turistas.

Os impactos sociais se referem à mudança de relacionamento e, conseqüentemente, de comportamento em função do contato com o turista, que muitas vezes provoca o efeito demonstração', no qual o autóctone passa a observar o turista e copiar seus costumes, formas de vestir, falar etc, e a menosprezar a sua própria condição. Os problemas sociais, conforme Beni (idem, p.55) iniciam-se principalmente através da construção da infra-estrutura do turismo (aeroportos, hotéis, estradas) equipamentos que podem provocar o deslocamento compulsório da população de sua residência ou mesmo alterar profundamente a paisagem do local. O autor afirma ainda que na implantação de alguns empreendimentos turísticos, a cidade passa a crescer sem controle, além de ter grandes mudanças em relação à procedência de seus habitantes, gerando assim prostituição, aumento de doenças, consumo de drogas. Além disso, pode aumentar o desemprego em função de empreendimentos que necessitam de mão de obra super especializada (caso dos *resorts*). Outros impactos negativos podem ser acarretados pelo turismo no âmbito social, tais como o turismo sexual – encontros sexuais, crimes – por causa da densidade populacional, ausência de assistência à saúde – com o aumento de doenças sexualmente transmissíveis. Além de outros problemas devido às falhas na infra-estrutura e recolocação da

população local, como a expulsão dos habitantes de seus locais de residência, causando impactos físicos, culturais e psicológicos na população (Cooper et al 2001)²⁰.

Exemplo típico de impacto causado pelo desenvolvimento da atividade turística ocorre nos núcleos turísticos do litoral, onde o indivíduo deixa seu local de residência, devido ao subdesenvolvimento econômico e a falta de oportunidades de trabalho, em busca de trabalhos temporários na hotelaria, restaurantes, etc. Nos finais de semana, feriados e férias estes destinos chegam a ter população flutuante igual ou superior a dos residentes (Beni, 2007, p.85).

Além dos impactos causados na comunidade receptora, é necessário lembrar que o turismo poderá causar sérios danos ambientais, já que faz uso da natureza. Para Mathieson e Wall (1983)²¹, os impactos do turismo são ocasionados por alguns fatores condicionantes, relativos aos visitantes e aos destinos visitados:

As características dos visitantes que influenciam a magnitude, a frequência e o tipo de interação nas áreas de destino podem ser resumidas no perfil socioeconômico, na intensidade de uso, no tempo de permanência, no tipo de atividade e no nível de satisfação do visitante.

Assim, é importante considerar que a maior parte dos impactos negativos gerados pelo turismo no meio ambiente possui origem na falta de planejamento inicial dos destinos ou atrativos turísticos.

1.5 Turismo e Planejamento Urbano no Município de Brotas

Segundo o *site* oficial do Ministério das Cidades, o Plano Diretor Municipal estabelece critérios e diretrizes para o uso do solo urbano e rural, visando equilibrar as atividades humanas com as condições ambientais locais e regionais, para obtenção do desenvolvimento sustentável das cidades do país. Tem o propósito de caracterizar uma cidade, explorando suas vocações e

²⁰ *Apud* Beni, 2006 p. 56

²¹ *Apud* Soldateli, 2005, p. 520.

potencialidades específicas, além de definir qual a melhor função social para cada parte da cidade, considerando as necessidades e especificidades econômicas, culturais, ambientais e sociais.

A cidade de Brotas na foto abaixo, retirada do Plano Diretor, demonstra que seu desenho urbano é retilíneo e com densidades médias. Por se tratar de uma cidade de pequeno porte, praticamente estabilizada em seu traçado urbano, segundo o Plano Diretor, os novos loteamentos previstos estão demarcados e, em sua maior parte, vão apenas preencher vazios urbanos.



Figura 9. Cidade de Brotas. Fonte: Plano Diretor de Brotas, 2006.

Contribui para tal o fato de a cidade possuir barreiras em todos os quadrantes de difícil transposição. Conforme pode ser visualizado na foto acima, ao norte está localizada a rodovia SP-225 (além do bairro Campos Elíseos, não há outros acessos); ao sul, o rio Jacaré Pepira; à leste, a ferrovia e à oeste, uma divisa com propriedades rurais que impossibilitam seu desmembramento para ocupação urbana.

Na foto é possível observar que a mata ciliar do rio Jacaré Pepira se encontra preservada, pois há grande quantidade de vegetação em torno do rio. Existe maior adensamento na área leste da cidade, onde está situada a futura “mancha histórica” e a “zona turística” do município. As transposições no afluente do rio Jacaré Peira, córrego da lagoa seca, determinada como corredor especial da cidade, possibilitou que a mesma crescesse para o oeste.

Segundo o Diretor do Departamento de Planejamento de Brotas, não existe atualmente nenhum agente de desenvolvimento com reflexos no perímetro urbano, ou mesmo demanda por moradias, instalação de indústrias ou equipamentos de porte como um *shopping center* ou coisas do tipo. A taxa de crescimento é relativamente baixa, por volta de 2,2% ao ano, o que projeta para 2025 uma população de cerca de 40.000 habitantes, ou seja o dobro do que é hoje e que, com algumas poucas transformações, caberia integralmente no atual perímetro urbano. A renda média do trabalhador urbano é baixa, cerca de dois salários-mínimos, o que contribui para a manutenção de um comércio e serviços bastante limitado, em grande parte de base familiar.

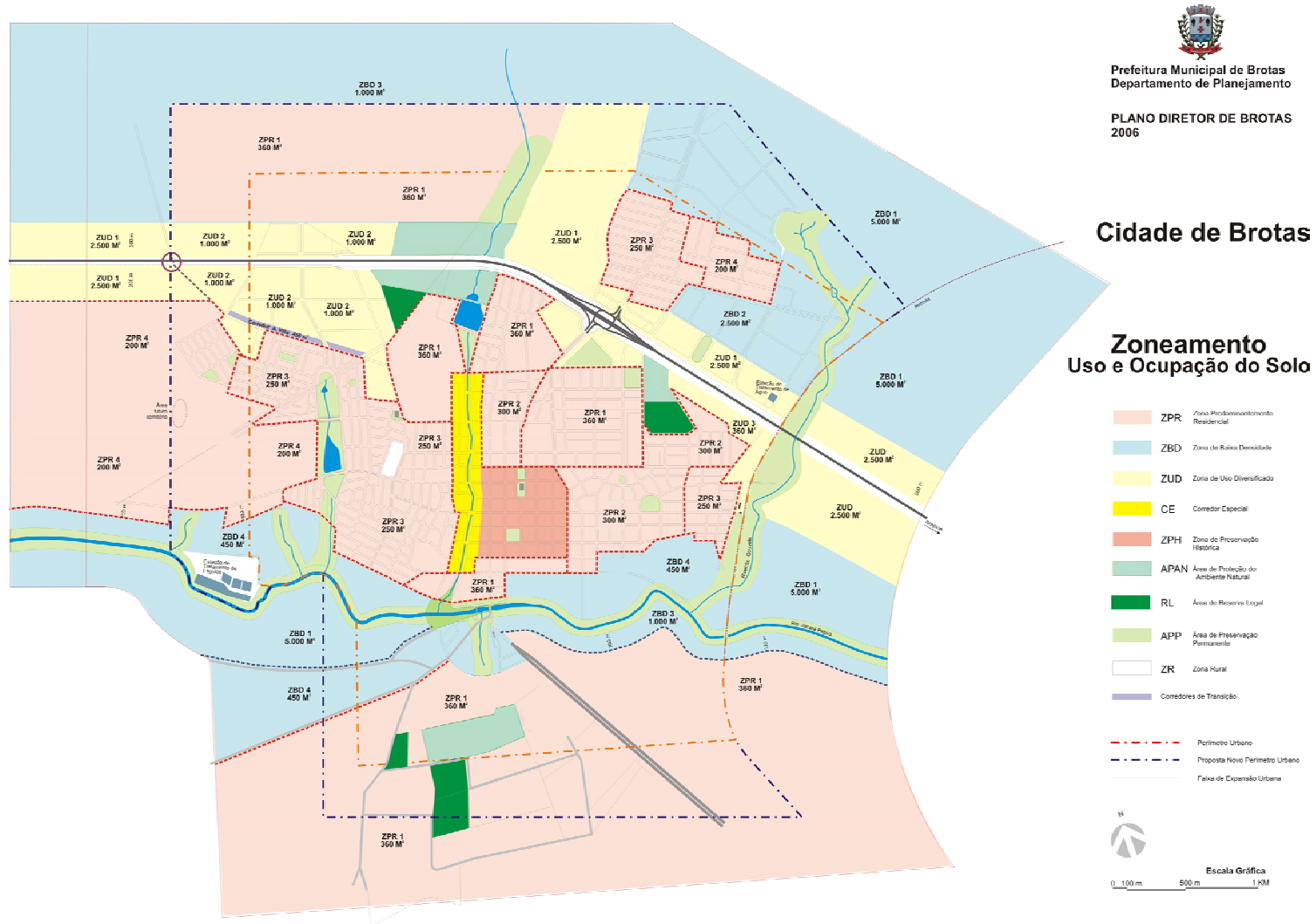


Figura 10. Zoneamento – uso e ocupação do solo. Fonte: Relatório Final – Zoneamento Ambiental de Brotas, 2006.

Uma das questões básicas presentes no Plano Diretor foi a manutenção das características que a cidade estruturou em sua formação, sendo que uma das mais importantes é a tipologia dos bairros, ou seja, respeitando a morfologia dos bairros. O núcleo original da cidade é formado por quadras de 90 X 90 metros e lotes de 360 m² em média - ZPR 1 (Zona Predominantemente Residencial) Depois surgiram os loteamentos de 300 m² - ZPR 2 e, a partir de 1970, os loteamentos com 250 e 200 m², formando respectivamente a periferia de baixa renda de Brotas, as ZPR 3 e ZPR 4, respectivamente. As inserções de Zonas de Uso Diversificado - ZUD (que envolvem indústrias, instalações de hospedagem, entretenimento e lazer) são remanescentes de ocupação existentes antes do Plano, que apenas foram consolidadas por este. Como uma forma convencional de estímulo à ocupação, a faixa de ZUD se estende basicamente ao longo da rodovia.

O Corredor Especial pressupõe uma ocupação diferenciada ao longo do córrego da Lagoa Seca, já objeto de uma intervenção urbana que criou um passeio arborizado, pontes de madeira e pergolados com plantas abrangendo algumas quadras, em uma primeira fase. Nele será possível construir com um gabarito de maior altura, estimulando pequenos edifícios de quatro andares, no máximo, para residências, profissões liberais e serviços. A largura da calçada é de 5 metros e a área mínima do lote é de 360 m². Essa faixa fica numa APP²² e isso é motivo de discussão atual no Departamento de Planejamento, com consultas à Promotoria Pública, uma vez que a avenida marginal existente é anterior à legislação ambiental que proíbe a ocupação da área.

A área de Preservação Histórica deverá ser regulamentada pelo novo Plano Diretor e basicamente propõe a manutenção da ambiência das quadras originais da formação urbana de Brotas, sua altura e densidade, impedindo sua descaracterização. Deverá abranger também normas restritivas para evitar a poluição visual e a instalação de equipamentos que produzam impactos de

²² Áreas de Proteção Permanente (APP), instituídas pelo Código Florestal (Brasil, 1965), com o objetivo de salvaguardar espaços vegetados em torno de nascentes, ao longo de rios, ao redor de lagoas, lagos, reservatórios, entre outros, e topo de morro; além de averbar áreas de reserva legal (CABRAL, N., SOUZA, M., 2005 p. 64).

vizinhança, tais como poluição sonora, visual ou aumento significativo de veículos, etc.

Vale destacar que o Plano Diretor da cidade de Brotas leva em consideração instrumentos do Estatuto da Cidade como a transferência do potencial construtivo e a possibilidade de concessão de isenções a serviços importantes, além de outros itens constantes no Plano, referentes ao turismo e urbanismo da cidade, considerados de extrema importância para o desenvolvimento sustentável. São eles:

- No artigo primeiro, item I. Organiza a expansão dos núcleos urbanos no município: a cidade, o Distrito de São Sebastião da Serra e o Bairro do Broa de modo a garantir o acesso de todos os cidadãos ao desfrute do espaço urbano;
- No item III. Integrar a participação do setor privado, como agente da construção do espaço urbano em parceria com o poder público, no financiamento dos custos de urbanização e transformação da Paisagem Urbana.
- Art.19 - Deverá ser criado o Conselho Municipal de Urbanismo;
- Com o objetivo de preservar o patrimônio histórico-arquitetônico de Brotas, deverá ser definido um perímetro abrangendo quadras da área central da cidade, o qual será considerado Zona de Preservação Histórica.
- Item II. Os imóveis contidos no perímetro de zona de Preservação Histórica ficarão sujeitos à legislação específica;
- Art. 35 – Deverá ser executada a urbanização e o tratamento paisagístico nas Avenidas de acesso à cidade (Dante Martinelli, Ângelo Trevisan e José da Silva Braga), abrangendo sinalização e informações turísticas.

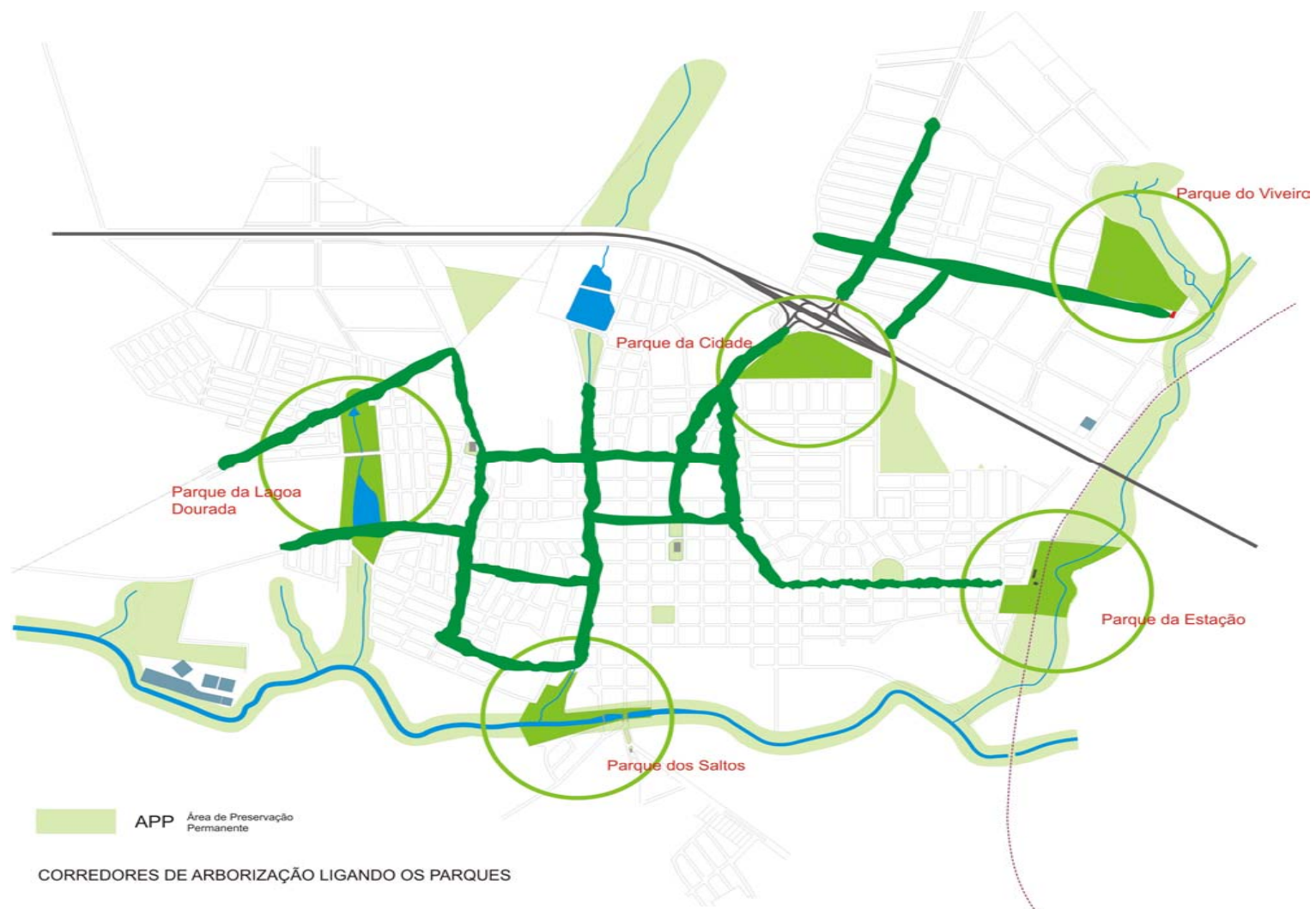


Figura 11. Sistema Interligado de Parques. Fonte: Prefeitura Municipal de Brotas, 2008.

Outro aspecto a destacar é que a cidade possui um Plano de Parques Interligados, ou seja, os parques do município deverão estar ligados por um sistema de arborização, conforme exposto no mapa acima, que pretende garantir a qualidade urbana para os próximos anos. Porém, apenas o Parque dos Saltos está aberto para visitação. Os parques, conforme o Plano Diretor, ainda serão requalificados, com exceção do parque citado acima. O Sistema consta no Plano Diretor na versão recente que passou por revisão. Esses parques contribuirão para a preservação da paisagem local, para o bem estar da comunidade e visitantes e se constituem em elementos de valorização urbana, inclusive para as atividades turísticas. As Praças também deverão ser revitalizadas, sendo que as obras da Praça Amador Simões já estão sendo finalizadas.



Figura 12. Praça Amador Simões. Fonte: Amanda Pimenta, 2008.

O primeiro órgão municipal de turismo em Brotas foi a Coordenadoria de Turismo criada em 1984. Porém, a cidade ainda não detinha infra-estrutura turística e nem equipamentos para os visitantes. O que a cidade possuía na época, era apenas “potencial” e com isto passou a receber visitantes de toda a região, para usufruir os atrativos naturais da cidade. Segundo Galvão (2004, p.68), apenas em 1994 se

implantou efetivamente a Diretoria de Turismo, ligada à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Esporte e Recreação, Cultura e Turismo.

A Secretaria de Turismo de Brotas foi criada em maio de 2007, desvinculada de todas as outras Secretarias, encarrega-se de promover o calendário de eventos, fomentar o turismo através da união dos empresários, além de organizar, fiscalizar, orientar empreendimentos e participar de feiras, workshops e demais eventos relacionados com o turismo. A cidade possui o calendário de eventos totalmente organizado, constando as festas tradicionais e as festas fixas, além dos eventos de esportes de aventura, considerados “não fixos”.

No Plano Diretor do Município encontram-se também diretrizes para o turismo local, vale destacar:

- Art.18 Itens I,II,V há diretrizes específicas para o turismo e uma definição de zona predominantemente turística (Rua Mário Pinotti) ;
- Art. 2. Item V: promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social, valorizando a imagem de Brotas e os elementos de identidade local;
- No Cap. IX: Art. 33 – Descreve que as atividades ligadas ao turismo constituem um agente econômico essencial para o desenvolvimento do Município, devendo o órgão competente se responsabilizar por diversos itens relacionados ao fomento do turismo;
- II. incentivar o desenvolvimento de programas de investimento público voltados para o turismo, inclusive nas áreas estadual e federal;
- VI. incentivar o melhoramento da qualidade e profissionalização dos serviços turísticos;
- VIII. promover a classificação de Estância Turística para o Município.
- Art. 34 – Fala das atividades ligadas ao turismo, que deverão promover sua integração com os diversos órgãos municipais nas áreas de esporte, lazer, educação e cultura, de forma a implementar a oferta turística e a infra-

estrutura de apoio e promover o conhecimento histórico-cultural de Brotas, devendo trabalhar de forma integrada e articulada.

- III - articular os pontos turísticos e de lazer do município, com a preservação e conservação do meio ambiente, através de um centro, núcleos e pontos especiais, oferecendo informações aos turistas, estudantes e à própria população;
- IV - valorizar e divulgar o patrimônio ambiental da região;
- V - promover programa de Educação Ambiental vinculado às atividades turísticas, envolvendo a rede escolar;
- VI - promover a criação de roteiros técnicos para visitação das principais culturas agrícolas do Município, como a cana-de-açúcar, a laranja e o eucalipto;
- XIX. estabelecer parcerias com universidades e instituições afins para programas de pesquisa e monitoramento.

Conforme foi citado, existe no plano da cidade a intenção de se criar o Conselho Municipal Urbano. Já há, no entanto, desde 1999, o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, cujo objetivo é a discussão e organização do turismo Municipal. Participam do COMTUR representantes dos órgãos públicos, empreendedores e a comunidade. Sabe-se que é de extrema importância para a cidade a criação e atuação de Conselhos Municipais, uma vez que este é um elemento de participação descentralizador e de caráter crítico, colaborando na tomada de decisões.

O COMTUR de Brotas, instituído pela lei 1.627/99 de 6 de outubro de 1999, reúne-se uma vez ao mês com o objetivo de formular a política municipal de turismo, que propõe sustentabilidade econômica e social, fundada na filosofia de preservação e conservação ambiental. Possui a seguinte composição:

- 2 representantes escolhidos pelo chefe do Poder executivo;
- 1 representante do setor de hospedagem;
- 1 representante setor de alimentação;
- 1 representante dos atrativos turísticos;

- 1 representante das agencias de turismo;
- 1 representante dos guias/monitores;
- 1 representante dos artesãos;
- 1 representante da ACI;
- 1 representante da ONG;
- 1 representante da Diretoria de Turismo e Cultura,
- 1 representante da Diretoria de Meio Ambiente;
- 1 representante do Departamento Financeira da PMB;
- 1 representante do Departamento Jurídico da PMB;
- 1 representante da Secretaria Municipal da Educação;
- 1 representante da Secretaria Municipal de Ação Social;
- 1 representante da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Em meio às orientações sobre a formação dos Conselhos Municipais, destacamos que a principal delas trata do limite estipulado para composição com representantes do poder público local, já que a idéia é descentralizar as discussões e decisões. Vale destacar que o conselho opera e define orientações e indicações, porém não legisla e por isso não é um órgão de decisão, mas sim um elemento balizador das idéias e dos conceitos a serem aplicados.

Segundo o Ministério das Cidades, o Conselho Municipal deve ser formado por 60% dos membros da Sociedade Civil e 40% do poder público. Sendo assim, conforme demonstrado acima, nota-se que apenas 47% dos membros que compunham o Conselho Municipal no início eram da sociedade civil e mais de 50% eram do poder público local, sendo, portanto, muito difícil alguma indicação contrária à gestão instituída. Em 15 de março de 2005, a lei 2004/2205 alterou a composição do COMTUR inserindo mais três representantes do poder público: dois representantes escolhidos pelo plenário do legislativo municipal e um representante da Secretaria da Saúde. Dessa forma, o COMTUR passa então a ser ainda mais contrário às orientações para formação de Conselhos Municipais, passando a ter em

sua composição 60% dos membros representando o poder público local, invertendo a equação social: Poder público X Poder civil proposta pelo Ministério das Cidades.

Cabe ressaltar também que outra orientação é a de que o presidente do Conselho seja escolhido entre os membros, para garantir um processo democrático. No entanto, em Brotas, já em 1999 ficou estipulado na lei de criação do COMTUR que o presidente do mesmo, bem como que todos os suplentes do poder público seriam escolhidos pelo Prefeito Municipal. Para completar, o Secretário Executivo é nomeado pelo presidente do conselho. O que se percebe, portanto, é que não se concretizou a descentralização almejada, ao se criar uma extensão do poder público na cidade. Eventualmente, em determinadas decisões tomadas pelo Conselho, percebe-se certo clientelismo.

Em 2005 foi criado o Núcleo de Turismo Brotas Brasil, que nasceu do projeto Empreender (do Sebrae), sem finalidades lucrativas, com o lema "Unir para Crescer". Os objetivos do Núcleo são a união e o fortalecimento da classe empresarial, bem como o desenvolvimento das empresas participantes, promovendo o intercâmbio comercial e de informações entre os mesmos. O núcleo possui um único representante dentro do COMTUR atualmente.

O Núcleo, diferente do COMTUR, pode contar com coordenadores remunerados, conforme consta em seu regulamento. Hoje possui uma funcionária da gestão municipal ocupando o cargo de coordenadora. Os membros deste pagam uma taxa para o caixa do Núcleo de R\$ 135,00 e outra taxa de R\$ 30,00 à Associação Comercial e Industrial de Brotas - ACIB, que abriga o projeto. Atualmente, os componentes do Núcleo, vinte e um empresários que se reúnem semanalmente e atualmente se encontram no processo de transformação do Núcleo Brotas Brasil para uma Associação de Empresas Turísticas de Brotas e região. Além de alterar a maneira de trabalho, passa-se a ter mais força política, já que agora será pessoa jurídica, podendo assim participar de projetos turísticos e concorrer a verbas no

Ministério de Turismo e demais. O núcleo é soberano e a associação será formalizada.

1.5.1 Turismo e Meio Ambiente: Legislação e Regulamentação na cidade de Brotas

Brotas foi o primeiro Município a criar a legislação específica de Turismo de Aventura. Atualmente segue as normatizações da ABETA e quase todas as agências da cidade estão associadas à mesma. Nesse item trataremos de apresentar as leis pertinentes ao turismo no município de Brotas.

Nem todas as agências de Turismo de Aventura de Brotas estão associadas à ABETA, mas a maioria está se capacitando junto a esta, bem como iniciando o processo de adequação às normas da ABNT. Nenhuma empresa no Brasil possui certificação, pois ainda está na fase de implantação. Após esse processo iniciará a próxima fase, de certificação, pelo Ministério de Turismo e ABETA.

Para se certificar, às agências deverão seguir todas as normas da ABNT, definidas especificamente para atividades ligadas ao Turismo de Aventura, incluindo termos relacionados à segurança, serviços e equipamentos, conforme segue as referências normativas abaixo:

- ABNT NBR 12285 - Relacionadas à competência dos condutores;
- ABNT NBR 15331 - Requisitos – Sistema de Gestão da Segurança;
- ABNT NBR 15286 - Informações mínimas preliminares a clientes;
- ABNT NBR 15370 - Competência de Pessoal para condutores de *rafting*;
- ABNT NBR 15400 - Competência de Pessoal para condutores de canionismo e cachoeirismo;

- ABNT NBR 8221 - Especificação e métodos de ensaio de Equipamento de proteção individual;
- ABNT NBR 15397 - Competências de pessoal para condutores de montanhismo e de escalada;
- ABNT NBR 15399 - Competências de pessoal Condutor de espeleoturismo de aventura;
- ABNT NBR 54:003.08-003 - Requisitos para espeleoturismo de aventura;
- ABNT NBR 54:003.09-002 - Procedimentos para uso de técnicas verticais;
- ABNT NBR 54:003.10-001-01 - Requisitos para atividades de caminhada;
- ABNT NBR 54:003.11-001-01 - Requisitos das instalações físicas para parque de arvorismo;
- ABNT NBR 54:003.11-001-02 - Requisitos de operação para parque de arvorismo.

O decreto 2.531/2004 cria o grupo de análise técnica dos empreendimentos turísticos – GALET, objetivando centralizar e agilizar os trâmites para os projetos turísticos na cidade. O grupo é composto por seis membros de diversas diretorias e departamentos da prefeitura municipal e seus suplentes. São eles: Diretoria de Turismo e Cultura, Diretoria de Meio Ambiente, Diretoria de Fiscalização, Departamento de Planejamento, Vigilância Sanitária e Procuradoria Jurídica.

A lei 1.874/2003 dispõe sobre o licenciamento turístico ambiental dos empreendimentos da cidade. Porém, o decreto 2.532/2004 regulamenta a lei municipal n. 1.874, de 11 de julho de 2003, que dispõe sobre o licenciamento turístico ambiental (LTA), das atividades e dos empreendimentos turísticos no município de Brotas, Estado de São Paulo, e dá outras providências. Assim, todos os empreendimentos instalados e que se instalaram a partir desta data,

obrigatoriamente deveriam obedecer às normas disciplinadoras da política municipal para o desenvolvimento do turismo sustentável.

A lei municipal 1.846/2002 dispõe sobre a PMTS - Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável, e o funcionamento das atividades e empreendimentos turísticos no município. A PTMS, são programas voltados à implementação de visitação controlada e responsável, nas áreas naturais ou culturais, visando o equilíbrio entre o crescimento econômico-social, a biodiversidade e conserva o do ecossistema. Assim, ela deve estabelecer regras de gestão e recursos a serem definidos com os diversos setores sociais, econômicos e governamentais.

No *site* oficial, a Secretaria de Turismo expõe que sua meta   inserir um sistema de *voucher* (bilhete ambiental) no município, aplicar a normatiza o turística em todos os segmentos e promover treinamentos e capacita es para diversos setores da área para comunidade local. O *voucher* segundo o Departamento Técnico da Prefeitura, já foi criado pela lei 1930/2003, porém ainda inexistente, pois para ser colocado em prática seria necessária a cria o de um sistema (*intranet*), no qual todos os estabelecimentos e órgãos turísticos possam ter acesso. O bilhete ambiental deverá funcionar de forma a controlar toda e qualquer visita o e chegada do turista a cidade, ou seja, futuramente a cada passeio adquirido por um turista, deverá ser emitido um *voucher*. Esse bilhete será vendido pela Secretaria de Turismo a todas as  g ncias e meios de hospedagem, sendo que 100% da verba arrecadada serão investidas em programas de cunho ambiental (educa o, conscientiza o, preserva o) em prol do turismo. As empresas também deverão ser limitadas a uma cota de vendas para os turistas. Isso para se ter o controle do turismo e do impacto ambiental. A partir da cria o desse bilhete ambiental a venda de hospedagem, atividades esportivas e passeios serão comercializados apenas através das  g ncias. Segundo informa es obtidas na Secretaria, quem não cumprir responderá por crime fiscal.

Lei 1.859/2003 regulamenta o Fundo Municipal do Turismo – FUMTUR de Brotas, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do turismo sustentável e custear a execução da política municipal de desenvolvimento do turismo sustentável, através da captação de recursos materiais, humanos e financeiros, por meio de parcerias convênios, participações, apoios e patrocínios junto ao poder público e iniciativa privada e as organizações civis multilaterais. Cabe salientar que todo o ISS arrecadado de empreendimentos turísticos do município vão para o FUMTUR e cabe ao COMTUR definir como esse recurso deve ser gasto.

A lei 1.889/2003 regulamenta o funcionamento dos sítios turísticos na cidade de Brotas. São propriedades rurais ou urbanas, que abriguem locais de beleza cênica expressiva ou de interesse turístico, cultural ou histórico, relevante tais como: rios, cachoeiras, corredeiras, *canyons*, florestas, fauna, flora, vales, mirantes, montanhas, chapadas, *cuestas*, lagos, lagoas, represas, paisagens naturais, sítios históricos, construções arquitetônicas representativas da cultura regional local. Além das demais áreas naturais de interesse para a visitação pública, o turismo e o lazer.

A lei 1.896/2003 regulamenta o funcionamento das agências de viagens e turismo no município de Brotas, sendo que estas devem fazer tanto a operação ou intermediação de produtos turísticos emissivos e receptivos oferecidos dentro ou fora do município.

A lei 1.906/2003 regulamenta as empresas prestadoras de serviços de hospedagem e seu funcionamento no município de Brotas. É considerada empresa de hospedagem qualquer pessoa jurídica que explore ou administre uma empresa de prestação de serviço que tenha nos seus objetivos sociais o exercício da atividade hoteleira.

A lei 1907/2003 regulamenta o funcionamento de *campings* na cidade, sendo que, para ser considerado *camping*, a pessoa jurídica deverá explorar ou administrar uma empresa com infra-estrutura adequada para instalação de barracas,

estacionamento de reboques habitáveis, dispendo de instalações, equipamentos e serviços específicos para facilitar a permanência dos usuários ao ar livre, classificados ou não pela EMBRATUR, porém licenciados pelo órgão competente. Pelo que se constatou essa lei não é respeitada, pois o que ocorre na cidade é que em temporada, diversos *campings* passam a funcionar, mesmo sem a regulamentação necessária e, por se tratar de uma cidade pequena, faz-se “vista grossa” para o assunto.

A lei 1.930/2003 estabelece o controle de visitação turística – SMCV. Esse sistema é constituído pelo conjunto de ações e instrumentos colocados à disposição do poder público para estabelecer o número ideal de usuários nos atrativos e práticas turísticas, garantindo a sustentabilidade econômica e ambiental da atividade, sem comprometer a conservação do meio ambiente, a segurança do consumidor e a qualidade dos produtos turísticos oferecidos.

O decreto 2.800/2007 cria o “pelotão ambiental” da guarda civil municipal de Brotas com o objetivo de praticar ações de planejamento e fiscalização da proteção ambiental dos recursos naturais da cidade, estabelecendo parcerias e apoiando ações da Polícia Ambiental a serem desenvolvidas no município, subordinada ao Senhor Comandante da Guarda Civil de Brotas. O pelotão ambiental de Brotas criado numa época em que o meio ambiente se tornou o foco principal no mundo inteiro devido aos diversos problemas. O pelotão conta com três agentes e um inspetor, além de uma engenheira agrônoma que será responsável pelo licenciamento ambiental dos sítios turísticos.

Além dos sítios turísticos, o pelotão é responsável por fiscalizar todas as atividades turísticas como o rapel, *rafting*, *bóia-cross*, etc., bem como os condutores da atividade e seus equipamentos. As fichas utilizadas na fiscalização (anexo B) são padronizadas e, caso sejam encontradas irregularidades, a empresa responsável pelo esporte é notificada e, se não regularizar, pode ser multada ou fechada.

Brotas foi o primeiro município do Estado a assinar o convênio de “município verde”²³ no DEPRN - Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais, pois dentre os 645 municípios do Estado de São Paulo, era a única cidade que já cumpria todas as diretivas, descritas abaixo, antes mesmo de existir. Assim, a lei 2.163/2007 autoriza o poder executivo municipal a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria do Meio Ambiente com o objetivo de cooperar institucionalmente nas áreas de fiscalização e licenciamento ambiental e de outras atividades.

No convênio, o município zela e cuida da sua área verde, ou seja, o patrimônio ambiental referente ao seu território. Para isso dez diretrizes devem ser respeitadas e seguidas pela cidade:

- 1) Esgoto Tratado;
- 2) Lixo Mínimo;
- 3) Recuperação de Mata Ciliar;
- 4) Arborização Urbana;
- 5) Educação Ambiental;
- 6) Habitação Sustentável;
- 7) Uso da Água;
- 8) Poluição do Ar;
- 9) Estrutura Ambiental;
- 10) Conselho Ambiental.

Brotas foi o primeiro Município a criar a legislação específica de Turismo de Aventura, antes mesmo de a ABETA estipular as normalizações. Essas leis regulamentam e são fiscalizadas pelo pelotão municipal e pela guarda florestal da cidade desde 2003, auge da demanda turística de aventura na cidade e das atividades desportivas, a saber:

²³ É a gestão ambiental compartilhada, através da qual, o governo do Estado de São Paulo concede o “selo” de município verde aos municípios que cumprem as dez diretivas estipuladas. Segundo o governo do Estado, entende-se que a política ambiental, para ser efetiva, exige a participação dos agentes municipais, democratizando a gestão pública e descentralizando a agenda ambiental. A tomada de decisões, naquilo que lhe compete, pelas esperas do poder local facilita e estimula a participação da cidadania.

- A lei 1.927/2003 regulamenta as atividades dos instrutores e monitores ambientais da cidade de Brotas.
- A lei 1.882/2003 regulamenta a prática das atividades aquáticas no município.
- A lei 1.917/2003 regulamenta as atividades turísticas terrestres na cidade.
- A lei 1.928/2003 regulamenta a prática do *rafting* no município.
- A lei 1929/2003 regulamenta a prática do *canyoning* e do *cascading*.

CAPÍTULO II

2.1 TURISMO X URBANISMO

Discutir as mudanças ocorridas na Cidade de Brotas implica certamente em considerar todos os subsistemas inter-relacionados, vistos como elementos reveladores dos processos físicos de mudança ocorridos no território. Entre os vários fatores concorrentes para as transformações operadas pelo turismo em Brotas, dois serão aqui analisados mais detidamente: 1- a expansão das atividades do setor terciário que dá suporte às atividades turísticas desenvolvidas dentro do perímetro do centro histórico e 2- a expansão das atividades esportivas e de apoio a estas, sobre antigas propriedades rurais ou chácaras. Isso nos permitirá termos um entendimento das formas de (re)aproveitamento dos recursos existentes anteriormente na cidade e de novos incorporados. No primeiro caso, podemos falar de uma reabilitação das construções voltadas para as atividades turísticas, principalmente de antigas residências, de pequenos estabelecimentos comerciais que anteriormente serviam apenas à população da cidade e da construção de novos empreendimentos. Com relação às propriedades rurais, trata-se de um rearranjo e adaptação das estruturas existentes, com padrões específicos de alteração visando o atendimento às necessidades dos visitantes, principalmente no que tange aos agenciamentos das construções e locação de equipamentos de suporte às atividades esportivas.

Conforme citado anteriormente, a atividade turística é decorrente de visitas num determinado destino. Esses destinos devem possuir infra-estrutura básica e de apoio para suportar e suprir a demanda turística. Yázigí (2005) diz que apesar de o turismo estar indubitavelmente ligado ao urbanismo, muitas pessoas ainda não compreendem essa relação. O autor defende a idéia de que a cidade, antes de ser boa para o turista, deve ser adequada e suprir as necessidades e desejos de seu cidadão. Nem sempre é o que acontece em grande parte das cidades brasileiras, que, apenas se preocupa em embelezar a cidade e criar formas de lazer

a partir do momento em que se inicia o afluxo de turistas ou visitantes. O desleixo, a acomodação, a ausência de investimentos, seja pública ou privada, são questões percebidas pelo turista que pode evadir para outros destinos.

A identidade e a característica do local são de extrema importância para a atividade turística, pois, conforme afirma Yázigi (2005, p.71), se alguém pensar que o quadro urbano não tem importância, deve experimentar tomar um café com uma pessoa querida no *Boulevard des Champs Elisées* de Paris e depois outro, num desses botecos situados nas sombrias laterais do Minhocão de São Paulo.

O autor afirma que o patrimônio ambiental urbano é sempre um conjunto, composto de edificações, monumentos, elementos naturais, sistema viário, espaços públicos, cujo uso social é dotado de relação equilibrada. Desse modo, o conceito transcende a simples construção, que é, por princípio, isolada e de significado autônomo.

A cidade é caracterizada por sua paisagem, que é construída através dos usos e costumes. Landim (2004, p.29) afirma que todo espaço edificado é identificado por determinadas características que compõem sua particularidade, transformando-o num lugar para a comunidade que o habita. Além disso, coloca que a paisagem urbana se altera em razão dos usos que a sociedade faz dos espaços. Portanto, a paisagem urbana seria gerada não pelo espaço físico propriamente dito, mas sim pelo uso que dele se faz.

Ainda sobre a paisagem urbana, a autora coloca que: “Entendendo a paisagem urbana como a relação de usos que se fazem do espaço arquitetônico, entende-se também quais atividades econômicas distintas irão, por sua vez, gerar paisagens distintas” (2004, p.32). Afirma ainda que a cidade é extremamente dinâmica e está constantemente passando por processos de transformação. Neste mesmo sentido, afirma Yázigi “É resolvendo a cidade que se constrói o turismo com mais propriedade” (2005, p.74).

Nas cidades européias ou mesmo da América do Norte, de maneira geral, há boa qualidade de vida e a infra-estrutura é adequada à população. As cidades ainda possuem seu patrimônio conservado e protegido. Isto se aplica tanto aos edifícios monumentais quanto aos edifícios comuns. Yázigi (2005, p.74) afirma que a maioria dos espaços, nesses casos, pode ser chamada de turístico, pois o turista que circula entre o museu e seu local de hospedagem tem a sensação de estar num lugar turístico, por ser agradável e carregado de identidade própria. No Brasil, ao contrário, chegamos ao limite de possuir ruas com um lado bem cuidado e o outro completamente deteriorado. Assim, para tornar um lugar atraente para o turismo, as estratégias seriam incomparavelmente maiores e mais trabalhosas em nosso país, porque a qualidade ambiental é heterogênea, pois há diferenças imensas de investimentos em alguns setores das cidades em detrimento de outros; com especial efeito negativo deste processo, a partir dos anos 1970 até o início da década de 1990, para os centros históricos (SCHICCHI, 2003). Segundo Yázigi (2005, p.74), “A construção de uma totalidade urbana deve estar, antes de tudo, a serviço da sociedade”.

2.2 O CASO DE BROTAS

O quadro da cidade de Brotas pode ser definido como o de uma cidade pacata fundada na renda de pequenos produtores rurais que, a partir de certo momento, passa a receber visitantes provenientes de vários lugares que chegam em busca de práticas esportivas nas corredeiras e *encuestas* do município, começam a se ocupar de uma segunda atividade de prestação de serviços. Trata-se de visitantes que vêm com um aporte em tudo distintos da comunidade local: são urbanos nos seus costumes e pertencentes a segmentos sociais de maior renda. O impacto desse processo é grande na população local, não apenas do ponto de vista econômico, mas também social e ambiental, como veremos.

Segundo o Atlas Escolar Histórico e Geográfico de Brotas (2008, p.11), a renda média do trabalhador é de dois salários. Estes em sua maioria são operários de indústrias, comerciantes, trabalhadores do setor agropecuário (lavoura de campo). Há também trabalhadores de grandes empresas, além de profissionais liberais que vivem fora da cidade. Mesmo os bairros populares possuem um padrão bom, de arborização, Praças e atendimento. Os indivíduos da classe média alta não dependem de Brotas, já que muitos têm negócios fora da cidade. Para o departamento técnico da prefeitura municipal, a cidade como um todo não gera renda.

Brotas possui como *oferta turística original* seu patrimônio ambiental e cultural, bem coletivo e público, considerado parte da economia municipal pelo fato de haver turistas capazes e dispostos a pagar para usufruir desses bens. A oferta turística agregada, segundo Silva (2006, p.148) possibilita o consumo e o acesso à oferta turística original. É representada pelas agências de turismo de aventura, lojas de artesanato, transportes, alimentos e bebidas, pousadas e hotéis, etc. que possibilitam infra-estrutura turística necessária para o desenvolvimento da atividade.

Nos últimos 15 anos o turismo vem agregando valor à renda econômica da cidade. Assim, proprietários de estabelecimentos comerciais e propriedades rurais enxergam no desenvolvimento desta atividade, uma oportunidade de complementação de renda.

Além de trazer renda e criar novos empregos à cidade de Brotas, o turismo é responsável por conservar e preservar o meio ambiente, ou seja, a área verde local, já que a utiliza como forma de geração de renda. O turismo em Brotas não existiria sem o meio ambiente e, portanto, a cidade é responsável por cuidar e educar sua população e seus visitantes para a preservação do meio ambiente. Neste sentido, as empresas, com o poder público local, sempre estão realizando programas e promoções relacionadas à conscientização e educação ambiental para população.

O poder público brotense, segundo informações constatadas nos próprios documentos, há pouco tempo vem se preocupando com o planejamento do turismo local. A atividade simplesmente “apareceu” no Município que agora está criando os meios e formas de organizar isso. Na verdade, a pressão surgiu da iniciativa privada, com auxílio de entidades e instituições regionais. O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR discutiu e elaborou uma Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo no ano de 2002 como forma de direcionar e orientar na elaboração de planos e projetos e até o momento o documento continua em vigor.

O turismo tornou-se mais organizado e controlado a partir da criação do COMTUR em 1999, e posteriormente, com o Núcleo Brotas Brasil, implantado em 2005 e ainda mais fortalecido que o COMTUR. O primeiro, formado pela iniciativa privada, poder público e terceiro setor, possui dentre seus membros, vários representantes que ocupavam cargos de confiança na Prefeitura de Brotas e ainda hoje detêm a presidência do COMTUR. O segundo por sua vez é formado apenas pela iniciativa privada, totalizando atualmente cerca de vinte empresas, tendo a cadeira da coordenação ocupada por um funcionário contratado pela Associação Comercial da Cidade.

Brotas possui, aliado ao COMTUR e ao Núcleo de Turismo, o FUMTUR – Fundo Municipal de Turismo, que recebe 100% (cem por cento) do ISS dos meios de hospedagens e agências de turismo de aventura arrecadado pela Prefeitura. O FUMTUR financiou o portal da cidade e as obras de requalificação da avenida marginal. O dinheiro desse fundo é destinado a projetos de cunho turístico relacionados à sustentabilidade das atividades.

Como instrumento de apoio ao planejamento do Município, uma das medidas reguladoras preventivas já aprovadas e em vigor que contribui para minimizar os riscos de invasão das áreas de proteção da cidade é o Zoneamento Ambiental do Município de Brotas (2006). O documento foi elaborado no ano de 2006 por intermédio da Prefeitura Municipal, com diversas parcerias. O zoneamento

permite que a variável ambiental seja inserida no processo decisório, integrando-a as outras variáveis que condicionam a ocupação do território, proporcionando um grande potencial para equalização de conflitos pelo uso do solo.

Entretanto, muitos moradores de Brotas ainda não conhecem as atividades desportivas oferecidas no Município. O Núcleo de Turismo e a Prefeitura Municipal afirmam²⁴ que estão sempre promovendo eventos de inclusão. Eles alegam que os moradores, muitas vezes, por desconhecimento de tais atividades, têm medo e receio de praticá-las.

Conforme levantamento realizado pelo SENAC – Campus de Águas de São Pedro, a população muitas vezes sente-se refém da atividade turística, ou seja, não vêem com simpatia a presença dos turistas na cidade. Isso porque os preços aumentaram, os terrenos valorizaram e a cidade é mais utilizada no âmbito do lazer por forasteiros do que pela própria comunidade. Algumas pessoas ainda concebem o turista como um visitante sem educação e sem recursos para gastar no comércio e serviços locais, como um elemento poluidor e agressivo ao meio ambiente, portanto, possuem uma imagem negativa dos mesmos. Nota-se que essa questão é ambígua, já que dependendo do aspecto que a população vê o problema: de um lado reconhece a importância do turismo e do turista que traz divisas para o município e, de outro, os vê como um elemento poluidor e fonte de transtornos e riscos ao meio ambiente.

2.3 HISTÓRICO DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA REPRESENTAÇÃO NA ÁREA DO TURISMO EM BROTAS

Segundo o Inventário Turístico (2008), há na cidade dezessete agências de turismo de aventura, das quais sete delas estão localizadas na Rua Mário Pinotti. Das dezessete agências citadas acima, catorze são de turismo de aventura que

²⁴ Conversas realizadas em Brotas no dia 16 de novembro de 2007.

fazem receptivo e duas são operadoras²⁵ de turismo de aventura. Uma outra ainda, a BR Tur, é uma agência de viagens e turismo, ou seja, não faz nem receptivo e nem operação de turismo de aventura.

A cidade possui atualmente vinte e um meios de hospedagem dentro na área urbana e onze meios de hospedagem na área rural, totalizando assim trinta e dois estabelecimentos. Além destes, constam cinco *campings*, outras duas empresas imobiliárias que alugam casas e chácaras na temporada. Estas podem ser alugadas com facilidade para temporada, e também há moradores que alugam quartos em suas próprias casas através de placas e anúncios.

Sobre o turismo, o Departamento Técnico da Prefeitura Municipal afirma não haver pesquisas de mercado ou de viabilidade para implantação de estabelecimentos voltados para área de turismo. Estas, juntamente com as pousadas, não oferecem nenhum tipo de serviço diferenciado. Em decorrência, os preços praticados estão acima dos serviços oferecidos. Há baixo valor agregado às atividades oferecidas, sendo que a única diferença encontrada entre as ofertas das agências se dá através dos preços oferecidos aos clientes, bem como de brindes, por exemplo, na compra de um *rafting*, o turista ganha a tiroleza.

Como forma de descrever a lógica do turismo, foi realizada uma enquête com quatro das agências de turismo na cidade de Brotas. Foi constatado que os esportes aquáticos são oferecidos por todas elas, porém nem todas trabalham com esportes terrestres e por isso, são terceirizados na maior parte.

Todas as atividades oferecidas pelas agências são praticadas no meio natural e rural, sem exceção. Apenas uma das agências possui uma área e arrenda outra para a prática das atividades desportivas. A maioria delas possui áreas exclusivas para prática dos esportes aquáticos e terrestres, pagando taxa fixa ou variável para o proprietário do local. No caso de entradas e saídas para a prática do

²⁵ Operam alguma atividade e vendem para as outras, ou seja, apenas organizam as atividades de turismo de aventura e comercializam para as outras agências.

rafting, o valor médio pago mensalmente pelas empresas é de R\$ 500,00. Essas áreas normalmente estão distantes da cidade, cerca de 12 a 15 km. Os turistas chegam até lá em ônibus próprio ou fretado pela agência. Os monitores são treinados para fazer a recreação pelo caminho durante todo o percurso. Desde a saída da agência, a descida nas corredeiras e o retorno, tudo é filmado e registrado por um operador da mesma. Posteriormente, fica a critério de o turista adquirir ou não o cd ou o dvd.



Figura 13. Brotas: Ônibus de Agência de Turismo e Aventura.
Fonte: Amanda Pimenta, 2003.

Antes de sair para o *rafting*, os monitores e guias das agências, fazem um rápido esclarecimento sobre o esporte a ser praticado, dando todas as instruções necessárias para a sua prática, bem como orientando os turistas em caso de problemas ou acidentes.

As agências informaram que a Prefeitura Municipal possui o controle das atividades desportivas praticadas, através do pelotão ambiental (guarda municipal), bem como da guarda florestal, que são responsáveis pela fiscalização e controle da capacidade de carga, dos equipamentos utilizados para prática de esportes, dos

guias e monitores. Tudo deve estar condizente com a legislação municipal e com as normas da ABNT.

Nenhuma agência soube informar se parte do recurso financeiro arrecadado pelos proprietários é aplicado em um fundo para preservação e conservação da natureza. Eles alegam não ter acesso ou contato com essas informações. Porém, a grande parte delas possui um acordo de conservação das áreas onde praticam as atividades. O combinado é que não deixem lixo no local por onde passam e auxiliem na educação ambiental dos turistas que ali estão. Porém, quando a atividade é praticada em sítios turísticos, são os proprietários que se responsabilizam pela limpeza do local, uma vez que o valor da visitação é cobrado por pessoa e está contido no valor cobrado pela agência (que depois faz o repasse).

As agências não pagam nenhum tipo de taxa para o município para a prática das atividades desportivas, mas há uma lei proposta pelo COMTUR, onde a agência deverá, no futuro, pagar uma taxa ambiental por turista atendido e parte do ISS arrecadado pela prefeitura sobre a atividade das empresas turísticas é aplicado em programas ambientais.

2.3.1 IMPACTOS DO TURISMO NA ESTRUTURA URBANA DE BROTAS

Antes de Brotas ser considerado um município turístico, não existiam agências de turismo, os restaurantes eram insuficientes em número e qualidade, os meios de hospedagem se restringiam às hospedarias para comerciantes e viajantes. Além disso, não haviam áreas de lazer estruturadas e equipadas.

Reafirma-se, então que, a partir de 1993, começaram a surgir alguns trabalhos isolados, levando o turismo passa a receber mais atenção da municipalidade. O comércio já podia sentir a demanda diferenciada e os

estabelecimentos turísticos passaram a aumentar a sua oferta e até mesmo a ampliar sua estrutura.

Os próprios visitantes passaram, desde então, a detectar oportunidades de crescimento financeiro na cidade de Brotas e assim surgiram os primeiros investimentos. Hoje, a maior parte dos empresários e investidores da área turística não são cidadãos brotenses. Muitos vieram de São Paulo e outros, apesar de nascidos em Brotas, não residiam mais na cidade, e voltaram para empreender ou gerenciar negócios relacionados ao turismo. Cada uma das pessoas possui motivos específicos para investir na cidade. Além de que grande parte já tinha alguma relação anterior com a cidade, seja relacionada à família ou ao esporte em si.

Apesar de a maior parte dos atrativos turísticos da cidade de Brotas encontrar-se na área rural ou mesmo afastada da cidade, é interessante perceber, no desenho urbano da cidade, que a apropriação realizada por grande parte dos estabelecimentos turísticos, localiza-se na Rua Mário Pinotti, no centro da cidade. Nela se concentram os restaurantes mais requintados, as agências turísticas, lojas de artesanatos, pousadas e hotéis, bem como outros estabelecimentos implantados para atender os turistas. O turismo em Brotas integra a cidade a vários espaços situados no setor rural, mais especificamente em áreas de natureza mais preservadas e mais acidentadas dos rios e encostas onde são praticadas as atividades esportivas. O *trade* turístico (agências de turismo de aventura, pousadas e hotéis, alimentos e bebidas) está situado na área urbana central de Brotas e uma parcela pouco significativa no bairro do Patrimônio e na área rural da cidade.

2.3.2. ASPECTOS URBANÍSTICOS X TURÍSTICOS NO CENTRO DE BROTAS

Conforme afirma LANDIM:

A modificação de uma determinada paisagem dar-se-ia por duas vias não excludentes. Uma mediante a transformação da paisagem pelo

câmbio dos elementos culturais que estruturam a percepção; outra, mediante a alteração da porção geométrica da estrutura urbana, reforçando sua imaginabilidade/legibilidade (2004, p.52).

Durante as visitas realizadas na cidade, verificou-se mudanças significativas na cidade. Para Silva (2006, p.201), a atividade turística modificou o comportamento da população brotense, sendo que num período de quinze anos transformou a área urbana e rural, refuncionalizou o centro da cidade, implementou atividades inexistentes até o momento e trouxe investimentos de empresas especializadas na prestação de serviços.



Figura 14. Rua Mário Pinotti. Fonte: Amanda Pimenta, 2007.

A foto 14 foi tirada aproximadamente às 15 horas na Rua Mário Pinotti em dia útil, sexta-feira, dia 26 de outubro de 2007, retrata muita tranquilidade, típica de uma cidade pequena do interior. A agência de turismo na esquina está vazia, as ruas com poucos carros circulando e pessoas estão descansando nas calçadas devido ao pouco movimento no comércio.



Figura 15. Rua Mário Pinotti. Fonte: Amanda Pimenta, 2007.



Figura 16. Rua Mário Pinotti. Fonte: Amanda Pimenta, 2007.

As fotos 15 e 16 foram tomadas num sábado (17 de novembro de 2007), cujo final de semana era um feriado prolongado, em mais de 260 Municípios, incluindo São Paulo e Campinas, maiores emissores de turistas para Brotas. Nas

fotos, tomadas às 8 horas da manhã, ao se comparar com a foto 14, nota-se a diferença de movimento na Rua Mário Pinotti, tanto de veículos, como de pessoas. As pessoas estão concentradas em frente às agências de turismo de aventura, pois conforme está estampado na foto 16, os botes de *rafting* estão chegando para iniciar os percursos no rio Jacaré Pepira.

Devido ao feriado prolongado, agentes turísticos, donos de pousadas, hotéis e outros, afirmaram²⁶ que o movimento foi menor que nos anos anteriores, pois quando têm maior número de dias para viajar, os turistas preferem destinos mais distantes, já que Brotas está próxima às suas cidades e, portanto, poderiam desfrutá-la em outras ocasiões.

Dito de outra forma, Brotas tem a possibilidade de oferecer, principalmente, um lazer e turismo de curta permanência. Quando há maior disponibilidade de tempo, a cidade não é atrativa para o turista, pois sua estrutura ainda está muito voltada para um determinado tipo de atividade, a esportiva, sendo que não há na cidade outros atrativos maiores que possibilitem a permanência do turista em programas alternativos.

²⁶ Conversas com proprietários de agências de turismo e pousadas no dia 17 de novembro de 2007.



Figura 17. Rua Rodolfo Guimarães. Fonte: Amanda Pimenta, 2007.

Por se tratar de um município pequeno, toda a cidade é considerada como “centro”. Porém a figura 17 retrata o centro característico de Brotas. A Praça está inserida no mesmo espaço em que se situa a Prefeitura Municipal, os bancos e o comércio da cidade. A Rua Mário Pinotti é paralela a essa rua. Nos feriados e finais de semana, quando os turistas “invadem” a cidade em busca de lazer e distração, concentrando-se em frente às agências, restaurantes e lojas dessa rua, a população local procura não se misturar, permanecendo em seu “*ponto de encontro*”, nesta rua da cidade, em frente à Praça Central.

Os dois contextos, o turístico e o local, não se misturam e se localizam em pontos próximos, em ruas paralelas. Para Marcuse (2004, p.24), a segregação determina padrões de ocupação indesejáveis e nada mais é que o processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, em uma área espacial definida, a formar um gueto. As cidades têm sido divididas por múltiplos limites, seja por padrões sociais econômicos, culturais, etc.



Figura 18. Agência Terra e Aventura.
Fonte: Amanda Pimenta, 2007.



Figura 19. Agência Território Selvagem.
Fonte: Amanda Pimenta, 2007.

Segundo Marcuse (2004, p.27), é preciso diminuir os impactos nestas divisões e para isso são necessárias ações de política pública, através de ações e programas multiculturalistas, pois se não for resolvido, provavelmente haverá conflitos e disputas no espaço urbano e nas relações sociais. “(...) E as medidas para reduzir a segregação deveriam ocupar uma posição bastante distinta no âmbito das políticas públicas em relação àquelas medidas destinadas a promover a compreensão intercultural (...)” (idem, p.28).

As agências da cidade, no primeiro horário da manhã de (17 de novembro de 2007), sábado, já recebiam turistas em busca de atividades de aventura e lazer. Constatou-se na pesquisa de campo que esse fluxo de turistas nos feriados é comum em todas as agências de turismo de aventura.

Várias conseqüências ocorreram a partir do início da atividade turística. O comércio passou a atender nos fins de semana e feriados e, ocorreu uma expansão comercial por toda a malha urbana, mas que se concentrou, na Rua Mário Pinotti. Houve ainda outro tipo de mudança no setor comercial: casas comerciais de pequeno porte foram substituídas por grandes redes, como por exemplo, a Rede Pão de Açúcar.

Outra conseqüência foi que o turismo despertou na cidade a necessidade de requalificação urbana, de especialização de produtos e serviços. Por mais que haja ainda resistências a essa visão, através do plano diretor a preocupação está expressa pelo poder público, com relação às avenidas, canteiros, etc, com diretrizes delineadas no capítulo sobre “turismo” e não no de planejamento urbano. O Plano Diretor de Brotas (PDB) foi criado no ano de 2006 e está passando por outra revisão. Um de seus objetivos é o de promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social, valorizando a imagem de Brotas e os elementos de identidade local. No capítulo IX do PDB, o turismo é contemplado nos artigos 35, 36, 37 e 38, de maneira que a atividade tenha suas diretrizes para os próximos anos. Vale destacar o artigo 38, no qual se determina que deverão ser

executados a urbanização e o tratamento paisagístico nas avenidas de acesso à cidade (avenidas: Danti Martinelli, Ângelo Trevisan e José da Silva Braga), abrangendo sinalização e informações turísticas, conforme minuta do Projeto de Lei Complementar do Executivo (2006).

Preocupados também com a preservação ambiental da cidade, conforme aponta o Diretor de Meio Ambiente, Brotas possui um projeto, implantado em 1999, cujo nome é REBROTAR, que visa reflorestar a mata ciliar às margens do rio Jacaré Pepira. A iniciativa é da Prefeitura Municipal, Promotoria Pública e ONG Rio Vivo. A área verde do Município já foi aumentada em 600 hectares.

Não está, entretanto, totalmente claro para os moradores que a atividade turística impacte na estrutura urbana da cidade, incluindo-se entre estes até mesmo ocupantes de cargos de confiança da Prefeitura Municipal de Brotas. Esse fato é curioso, uma vez que na cidade, as construções e reformas foram realizadas em consequência do turismo. Exemplo disso é a construção de um portal na entrada da cidade (figura 20), realizada há bem pouco tempo.



Figura 20. Portal da Cidade de Brotas. Fonte: Amanda Pimenta, 2007.

O impacto do turismo na estrutura urbana é evidenciado também, pelo fato de os estabelecimentos estarem constantemente cuidando e fazendo a manutenção das fachadas, pavimentando e equipando os locais, principalmente na Rua Mário Pinotti. A proprietária de uma agência afirmou que, quando chegou a Brotas com o objetivo de implantar sua agência de turismo, os estabelecimentos turísticos mais antigos eram despreocupados com a questão estética. A partir do momento em que surgiam estabelecimentos novos e reformados, passaram a se adequar e melhorar suas fachadas e espaço físico.

Rogério Proença (2004) aponta em seu estudo as práticas de gentrificação²⁷, em um de seus eixos fundamentais, como uma das conseqüências negativas da intervenção direta (como forma de recuperar um espaço urbano enquanto “espaço público” de lazer, entretenimento e consumo da população) quando não se controlam os seus efeitos para a população original das áreas. Seu estudo nos serve de parâmetro por se constituir num caso extremo de intervenção de embelezamento que resultou, em principio, apenas numa recuperação cênica da área do Pelourinho, em Salvador. No caso de Brotas, a situação não chega a este extremo, dado que as mudanças não foram resultantes de intervenção direta de requalificação, mas estão se dando ao longo do tempo, porém, esta segregação de espaços de convívio público à qual nos referimos, poderá acentuar, se não for revista a tempo, a divisão de territórios entre os “locais” e os “forasteiros”, com exclusões mais profundas de ambos os lados, sejam sociais ou econômicas.

Algumas imobiliárias que trabalham estritamente com aluguéis de veraneio e por temporada informaram que os moradores deixam suas casas para alugar para os turistas, outros constroem para esse fim, e outros reformam seus estabelecimentos e residências, animados pelas reabilitações e reformas já concluídas no entorno.

²⁷ Gentrificação é o processo de substituição de uma população originária de um local por outra totalmente diferente, em seu modo de vida, processo decorrente de mudanças de fatores estruturais locais como a valorização imobiliária ou o prestígio de um determinado local, decorrente em geral de intervenções diretas (projetos) ou indiretas (legislação) sobre um determinado espaço. (Catherine Bidou-Zachariassen, 2006 *apud* Smith 1999, RUBINO, 2003).

No mapa turístico de Brotas, apresentado na seqüência, nota-se grande concentração de restaurantes e lanchonetes no centro da cidade e ainda, os meios de hospedagem ao longo da Rua Mário Pinotti, sendo que as agências estão situadas no final da rua, onde o rio Jacaré Pepira corta a cidade.

Em tese de doutorado, Silva (2006, p.175) afirma que a concentração dos serviços ocorre preferencialmente, na Rua Mário Pinotti ou em ruas adjacentes, condição que criou um novo arranjo urbano na área central de Brotas.



Figura 21. Mapa Turístico da Cidade de Brotas. Fonte: Prefeitura Municipal, 2008.

2.3.3 O IMPACTO DO TURISMO NO MEIO RURAL DE BROTAS – Um caso exemplar.

No início, a atividade turística se baseava em visitas a cachoeiras, rios e trilhas. Essa oferta foi ampliada para poder suprir as demandas crescentes. As propriedades rurais eram abertas, recebiam “visitas”, quase informalmente, mesmo que essas fossem de forasteiros ou mochileiros. Eles chegavam para conhecer as cachoeiras, nadar ou descer em câmaras de pneus de caminhão em rios ou fazer trilhas. Os proprietários perceberam, aos poucos, que poderiam fazer dessa cortesia um negócio e complementar sua renda que até então dependia exclusivamente da agropecuária. Perceberam que havia uma oportunidade de agregar valor ao seu patrimônio, além de complementar renda, afinal surgira ali uma oportunidade de negócio. O aproveitamento do meio natural passa a valorizar o meio rural para além de seu valor como *locus* da produção, determinando uma nova lógica de uso, ocupação e prestígio.

As propriedades, que em sua maioria, já recebiam os visitantes sem cobrar entrada e cujas famílias estavam acostumadas a recepcioná-los, continuaram a fazê-lo, porém agora como empreendedores do turismo. Em consequência, tiveram apenas que aumentar o número de funcionários e passaram a treiná-los para lidar com o público visitante, profissionalizando a atividade. Em outras palavras, transformaram-na em produto turístico.

Silva (2006) denomina esse processo de agregar mais de uma atividade de produção com os mesmos recursos (sejam financeiros ou de força de trabalho) de *pluratividade*, ou seja, quando famílias residentes no meio rural optam por praticar atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo, mantendo ligação com a agricultura e, ao mesmo tempo fazendo com que a renda das atividades não agrícolas complemente a outra. É também, segundo o autor, uma estratégia de preservação e manutenção de vida no meio rural.

O melhor exemplo local a ser citado é o da propriedade “Areia que Canta”. A fazenda é de propriedade de uma família de Brotas desde 1911. Sempre trabalharam com agropecuária e agricultura (gado de corte, produção de

leite, plantação de café e laranja). A partir de 1994 iniciaram os trabalhos com turismo junto à Mata A'dentro, depois de muita insistência da empresa. O gerente atual, proprietário da área, contou²⁸ que no início ficavam assustados em abrir a propriedade para os turistas, uma vez que até então, além dele e de sua família, apenas amigos, convidados e alguns poucos curiosos freqüentavam a propriedade.

Eles abriram as portas da fazenda e a agência se responsabilizava pelos grupos de turistas. O atendimento era feito pela própria família, de maneira natural e informal. Para os proprietários da fazenda, receber os turistas não era novidade, uma vez que, como já dissemos, estavam acostumados a passar os finais de semana na fazenda e na medida em que os turistas chegavam, eles os monitoravam. Passados alguns anos, não conseguiram mais atender a demanda e motivados a supri-la, iniciaram a ampliação estrutural da fazenda, além de contratar cozinheiros, auxiliares e guias de turismo. A família se dividiu, os homens da família (pai e filho) cuidavam da produção rural, as mulheres recebiam e monitoravam os visitantes. Suas irmãs, que eram profissionais liberais e trabalhavam em empresas de grandes centros (São Paulo e Campinas), em 1997, quando construíram o restaurante, voltaram para a cidade e hoje também trabalham na propriedade da família.

A renda resultante da produção rural não é direcionada para o investimento no turismo, porém com o rendimento da atividade turística, além de investir na infra-estrutura da propriedade, já foi possível aumentar a extensão da fazenda com a compra de mais áreas rurais. O proprietário afirma ainda que a maior renda da família hoje, é proveniente da atividade turística. É o que proporciona atualmente a manutenção e ampliação do capital da família.

²⁸ Entrevista realizada no dia 18 de novembro de 2007.



Figura 22. Sede antiga da fazenda Areia que Canta – Fonte: Amanda Pimenta, 2007.

A antiga sede da família (figura 22) é ainda onde o bisavô, vindo da Itália, comprou e construiu a casa da família. Reformada algumas vezes, a maior parte dos membros da família aqui nasceu. Atualmente, a casa é um museu retratando toda história da família, mobiliada com os móveis originais restaurados.



Figura 23. Chalés construídos na propriedade da Areia que Canta. Fonte: Amanda Pimenta, 2007.

O Areia que Canta Hotel e o Ecoturismo Hotel Fazenda possui atualmente cerca de sessenta chalés (figura 23) e apartamentos, com capacidade para 184 pessoas. Eles foram construídos aos poucos, ano a ano, desde 2001.



Figura 24. Os proprietários reunidos após o almoço dos hóspedes no restaurante.
Fonte: Amanda Pimenta, 2007.

A fazenda possui trinta funcionários registrados, dentre eles a família proprietária, que gerencia diversos setores (hospedagem, alimentação, lavanderia, etc.). Além dos funcionários registrados, os *freelancers* são contratados frequentemente devido ao grande movimento de hóspedes.



Figura 25. Areia que Canta - Fonte: Amanda Pimenta, 2007.

O maior atrativo da fazenda, de onde o nome da mesma é derivado, é uma 'fonte' (figura 25). A areia que canta, segundo informou o proprietário, sempre foi freqüentada pela família. É uma brota d'água onde a areia é pura e límpida e constituída quase toda por grãos de quartzo e por isso quando colocada em atrito uns com os outros, ou quando a areia é manuseada, por serem grãos arredondados, emitem sons.

O caso da fazenda Areia que Canta é apenas um caso dentre os casos já levantados. Discorreremos a seguir sobre as propriedades rurais: Recanto das Cachoeiras e o Tavolaro, ambas situadas na cidade e com histórias similares a anterior. Cabe ressaltar que atualmente, a maior parte dos proprietários de sítios turísticos faz parte do COMTUR de Brotas e do Núcleo Brotas Brasil.

A propriedade rural Tavolaro se localiza a 12 km da cidade de Brotas, sentido Jaú, na beira da rodovia. Possui além do restaurante e lanchonete com loja de produtos locais, lago para pesca, atividades desportivas, além de ser o ponto de saída da maior parte dos *raftings* realizados na cidade, ou seja, o término do percurso ocorre dentro da propriedade, sendo cobrada uma taxa média de R\$ 500,00 por agência para isso.



Figura 26. Tavolaro. Fonte: Amanda Pimenta, 2007.

Os proprietários são naturais de São Paulo. Há 20 anos os patriarcas da família se estabeleceram na cidade em função da propriedade. Após falecerem, os três filhos se mudaram para o interior a fim de tocar o negócio. No início, a propriedade tinha como principais atividades o laticínio, ranário e suinocultura. Atualmente soma-se a estas o turismo, no qual as seguintes atividades são desenvolvidas no local: restaurante, tiroleza, pesca, arvorismo, cavalgada, toboágua, ponte bamba, lago para natação, além de visitação ao ranário e a indústria de laticínio.

A principal renda da propriedade ainda é proveniente da fábrica de laticínio, porém há oito anos, deste que se criou a área voltada para o turismo, existe o incremento significativo na renda. A justificativa de se criar a área de entretenimento e lazer foi devido a Brotas passar a receber número considerável de turistas no ano de 2000 e além das pressões do *trade*, que puderam detectar alguma perspectiva no negócio.



Figura 27. Parquinho X Fábrica de Laticínio. Fonte: Amanda Pimenta, 2007.

A propriedade possui uma demanda natural de viajantes por estar localizada à beira de uma rodovia, porém possuem maior fluxo aos finais de semana e feriados. Toda a matéria prima do restaurante, bem como a mão de obra, é trazida de Brotas ou Jaú. Assim, na opinião dos proprietários, a cidade possui mais geração de empregos e renda.

O Tavolaro recebe muitos turistas e, apesar de os proprietários não dependerem exclusivamente dele para sobreviverem, dizem perceber a importância do turismo para o empreendimento. Por isso mesmo, um convênio foi firmado com as agências da cidade, através do qual, na compra do *rafting*, os turistas ganham o ingresso para tirolesa. Assim, na volta do passeio aquático, o ônibus de turistas pára na propriedade para que os turistas aproveitem o brinde e possam comprar os produtos oferecidos, bem como praticar outras atividades mediante pagamento.

Outro exemplo que vale a pena citar é o caso da propriedade Recanto das Cachoeiras. Localizada no bairro do Patrimônio, razoavelmente afastado de Brotas, cerca de vinte quilômetros em direção a Águas de São Pedro. A estrada de acesso à propriedade é muito ruim e segundo a Prefeitura Municipal deverá ser restabelecida ainda este ano.



Figura 28. Contemplação da Natureza na propriedade Recanto das Cachoeiras.
Fonte: Amanda Pimenta, 2007.

O proprietário, Rodrigo Salgado, cidadão Brotense contou que a propriedade foi herança familiar. Era uma grande fazenda, que foi dividida entre os herdeiros. Desde quando o ecoturismo começou a se desenvolver na cidade, as pessoas passaram a querer visitar a propriedade. Assim como o Tavalaro, por pressão do *trade* e da insistência dos amigos, a partir de 1994, estipularam uma taxa simbólica para entrada de turistas na propriedade. A atividade mais comum, o *bóia-cross*, que na verdade, era chamado de “descer o rio de bóia”, começou a se profissionalizar. Várias propriedades particulares com cachoeiras e rios se articularam e abriram suas portas para realização desses esportes.

No Recanto das cachoeiras, ao perceber o crescimento da demanda, o proprietário resolveu investir e comprou uma área vizinha, com a intenção de abrir apenas para a prática do ecoturismo. O negócio estava dando certo e então resolveram investir na construção de infra-estrutura como: piscinas, parquinhos, lanchonete e trilhas; oferecendo maior variedade de atividades. O último investimento, concluído em 2008, foi a de uma restaurante. É importante destacar que o material utilizado para a construção foi, na grande maioria, comprado em Brotas, com exceção de materiais não encontrados na cidade.



Figura 29. Restaurante. Fonte: Amanda Pimenta, 2007.

Outro fator interessante é que o proprietário teve muita cautela e há dois anos abria para visitação apenas aos finais de semana, j a que supunha não haver demanda durante os outros dias da semana. Logo percebeu seu equívoco e passou a abrir as visitações todos os dias e possui demanda di aria de empresas, rec em-casados, etc.

Não h a no local quaisquer meios de hospedagem, uma vez que o sítio se caracteriza apenas como receptivo.   cobrada a entrada ao turista e o mesmo pode desfrutar da infra-estrutura, com exceção dos passeios e atividades que são vendidos   parte. Todas as agências da cidade, hotéis e pousadas comercializam essas propriedades rurais, ou melhor, sítios turísticos.



Figura 30. Prática de Rapel na propriedade.
Fonte: Amanda Pimenta, 2007.

Na propriedade é possível a prática de diversas atividades esportivas como: trilhas, cavalgadas, arborismo, tirolesa, *bóia-córss*, rapel, etc. Hoje, o proprietário vive exclusivamente do turismo. Há na propriedade cerca de dezesseis funcionários fixos e de vinte a trinta *freelancers*.

2.3.3.1 OS SÍTIOS TURÍSTICOS

O pelotão ambiental é responsável pelo controle e fiscalização de todas as propriedades rurais do município de Brotas. Devido às produções agrícolas, o município passou por sérios problemas de licenciamento ambiental, pelo motivo de o plantio de cana-de-açúcar, laranja, agropecuária, etc. estar em franca expansão. Segundo o pelotão ambiental, quando iniciaram as inspeções, principalmente em função do licenciamento ambiental, era nítida a falta de consciência e desconhecimento dos produtores.

Dentre essas propriedades rurais, encontram-se também os sítios turísticos, que se diferenciam das demais através do cadastro realizado no pelotão. Conforme levantou Silva (2006, p.213), as propriedades rurais devem obedecer aos dispositivos legais constantes da legislação municipal, especialmente as leis nº. 1.889/2003, 2.532/2004 e 1.846/2002 que dispões sobre a necessidade do LTA - Licenciamento Turístico Ambiental e a PMTS - Política Municipal de Turismo Sustentável, que normaliza o funcionamento das atividades e empreendimentos turísticos no município.

Portanto, determinada propriedade rural só pode ser nomeada e reconhecida como sítio turístico se atuar conforme estipulado por essas leis. Para isso, é necessário se enquadrar nos requisitos solicitados pela Prefeitura Municipal de Brotas, como por exemplo, possuir o Alvará de licença, que só é emitido se a propriedade estiver condizente com as dez diretrizes ambientais (município verde) e assim possuir o LTA, ter o aval da vigilância sanitária, etc. Está tudo interligado para maior controle da atividade. A propriedade só recebe o selo ambiental quando estiver dentro deste padrão exigido. Ele pode ser autuado e até mesmo fechado caso não siga os procedimentos e continue atuando como sítio turístico.

O questionário (anexo C) utilizado para o LTA contém questões a respeito da estrutura utilizada para atividade turística dentro da propriedade; sobre a situação e intervenção das APP's, sobre o saneamento ambiental, fonte de abastecimento de água, segurança, outras licenças e sobre recuperação ambiental. Ao final desse questionário, o pelotão deve emitir um relatório para constar sobre a situação atual da propriedade.

Sítios Turísticos são atrativos turísticos localizados na zona rural, porém os turistas quando chegam se dirigem necessariamente para a área urbana, uma vez que é lá que está situada a maioria das agências de turismo de aventura, pois e muitos nem mesmo sabem onde se localizam ou como se chega aos sítios turísticos.

Alguns sítios utilizam o dinheiro arrecadado proveniente do turismo para a preservação do meio ambiente, porém, como não é uma obrigação, não há fiscalização. A primeira tarefa do pelotão, segundo o departamento de meio ambiente, é ter conhecimento se há nessas propriedades a reserva natural obrigatória de 20%. Existem alguns sítios que não possuem, mas estão notificados e têm um prazo para cumprir a exigência.

Boa parte dos sítios turísticos explora a APP para realizar atividades ecoturísticas. Isso é legal juridicamente, desde que esteja regulamentada perante o DPRN, para isso a propriedade precisa organizar uma série de documentos. Esses documentos também são fiscalizados pelo pelotão em sítios que utilizam a área para prática de atividades. Caso não haja documentação, o sítio é notificado e se não cumprir dentro do prazo estipulado, também pode ser autuado e devidamente punido.

No ano de 1999, segundo Silva (2006, p.212), havia no Município nove sítios turísticos. No ano de 2004, esse número subiu para quinze e em 2006 para dezenove. O autor afirma (idem, p.213) que todos os sítios se localizam no alto e no médio curso da bacia do rio Jacaré Pepira, sendo que dez deles estão na área onde se situam os vales encaixados e os paredões areníticos-basálticos das *Cuestas*, no alto curso, no sul do município.

Em levantamento realizado, através do pelotão ambiental, atualmente há no território de Brotas dezesseis sítios turísticos em funcionamento e devidamente cadastrados na Prefeitura Municipal, são eles: Fazenda Primavera, Fazenda Pinheirinho (Martelo), Sítio São José do Ramalho, Fazenda Primavera da Serra, Recanto das Cachoeiras, Alaya Centro de Aventura, Eco Parque, Sítio Barroco (Escorregador), Bela Vista, Sete Quedas, Cassorova, Fazenda Astor/Cassorova, Sítio Três Quedas, Sítio Água Branca, Tavelaro e Fazenda Tamanduá (Areia que Canta). Ressaltamos que esses sítios descritos como turísticos são os que realizam o receptivo e possuem infra-estrutura, pois outros quatro como: Sítio São José, Sítio São Paulo, Taperão e Poção são descritos por alguns trabalhos de pesquisa como sítios turísticos, porém são apenas sítios

comuns, utilizados por agências de turismo de aventura como entrada e saída para prática de *rafting*, sem a menor infra-estrutura turística e/ou receptiva.

Na proposta de zoneamento e ordenamento ambiental (anexo D) efetuado por Silva (2006, p.279), são localizados os dezenove sítios turísticos existentes no território de Brotas no ano de 2006. Silva faz um levantamento inédito e relevante da área rural da cidade, com localização de todas as propriedades envolvidas com oferta de atividades de turismo de aventura. Cabe ressaltar que alguns sítios localizados pelo autor como turísticos, na verdade fazem parte da lógica operada pelo turismo, mas não necessariamente são sítios turísticos. O sítio “Taperão”, por exemplo, citado pelo autor, conforme apresentado acima não é turístico, pois é utilizado apenas para entrada e saída de *rafting* pelas agências de turismo de aventura. Outro sítio turístico citado pelo autor, o “Palmeiras”, já não trabalha mais com a atividade turística. O sítio “Sinhá Ruth” está inserido dentro do sítio “Ecoparque”. Esta ressalva tem apenas o sentido de ressaltar, por comparação, que do período do levantamento realizado pelo autor ao período do levantamento realizado neste trabalho, ou seja, em dois anos, apenas um sítio abandonou suas atividades e nenhum outro surgiu ou se inseriu no setor turístico.

Na maior parte das vezes o turista vai direto ao sítio turístico, paga o ingresso e usufrui dos recursos naturais e infra-estrutura disponível. Normalmente há sinalização (fora do padrão nacional) orientando onde estão situadas as cachoeiras, trilhas, piscinas, lagos, etc. Os esportes de aventura praticados nos sítios turísticos são: arvorismo, tiroleza, rapel, *canyoning*, trilhas, banho de cachoeira, cavalgada, *bóia-cross*, canoagem, dentre outros.

Os turistas aproveitam o sítio e suas atividades por algumas horas, utilizam os serviços do restaurante/lanchonete ou ainda podem levar seus próprios alimentos e fazer piqueniques. As atividades realizadas no sítio podem durar o dia todo, mas, em geral, duram apenas algumas horas.

2.3.4 O RIO JACARÉ PEPIRA

O rio Jacaré Pepira, há milhões de anos escavando seu leito e modelando o planalto, desde o início do povoamento esteve presente na vida dos brotenses dando-lhes seus peixes, molhando suas roupas, encantando olhares com suas quedas. A energia de suas águas somada à riqueza do café trouxeram, em 1911, a luz elétrica para Brotas. O espaço da cidade aumentou de tamanho porque ficou iluminado enquanto o sol dormia (RAMOS, 1996, p.23).

O rio sempre esteve incluído no cotidiano da população para a prática de pesca esportiva, bem como caça de animais e aves. Porém, em 1919 essas atividades já se encontravam regulamentadas no Código de Posturas e foram proibidas as caçadas de codornas e perdizes durante a época de procriação, bem como a destruição de seus ninhos e ovos.

Muito mais do que um simples rio, o Jacaré Pepira Mirim sempre representou para o brotense um processo de integração à natureza, uma comunhão entre o homem e seu espaço vital. Seu curso, composto de um sem número de cachoeiras e saltos, contrasta com sua lânguida travessia ao encontro do Tietê e configura uma paisagem especial. A pequena vila que surgiu às suas margens o transformou, também, em objeto de lazer. Nadar no jacaré, descer o rio de *bóia-cróss*, fazer piquenique em suas margens foram formas de explorar o lado lúdico desse rio (Ramos, 1996, p.104).



Figura 31. Rio Jacaré Pepira. Fonte: Arquivo - Prefeitura Municipal de Brotas. (Clube de natação Santa Cruz, 1942).

Ramos (1996, p.105), afirma que as frutas nativas também eram atrativas para a população e hoje estão quase desaparecidas. Os piqueniques eram freqüentes nas chácaras de amigos, junto ao rio, como forma de lazer.

Nenhuma indústria poluidora foi instalada às margens dos rios, o que proporcionou ao Município a preservação de seus córregos e rios, bem como de suas belezas naturais. Assim, Ramos (1996, p.116) afirma que a cidade pode explorar diversas formas de lazer atualmente, através do turismo ecológico: “Para Brotas têm vindo cada vez mais pessoas buscando as aventuras da descida do rio em bóias ou canoas e das trilhas de terra que levam às inúmeras cachoeiras”.

O rio Jacaré Pepira é um dos poucos ainda não poluídos no Estado de São Paulo. Conforme especificado no Inventário Turístico Municipal, o rio ocupa posição central, nas proximidades do rebordo das escarpas das *Cuestas Basálticas* e, portanto, apresentando altitudes que no conjunto constituem o alinhamento da Serra Geral. A região possui características climáticas peculiares. E de acordo com a formação de seu relevo originou-se uma série de rápidas corredeiras e quedas d’água. Numa altitude de 960 m, nasce entre São Pedro e Brotas, na serra de Itaqueri, e passa pelos municípios de Brotas, Bocaina, Torrinha, Ribeirão Bonito, Bariri, Boa Esperança do Sul, Dourado, Jaú, Dois Córregos, Itaju. Possui uma extensão de 174 km, desaguardo no rio Tietê, na represa de Ibitinga.

Conforme consta no Inventário Turístico Municipal da Cidade (2008), o rio Jacaré Pepira tem como principais afluentes os córregos Porto do Coqueiro, Recreio e Ribeirão Recreio e Ribeirão Tamanduá.

O rio possui grande parte da sua extensão preservada nas melhores condições e, por isso, o poder público e a sociedade se esforçam por mantê-lo conservado. É talvez, o maior atrativo turístico da cidade de Brotas, já que todas as agências oferecem esportes aquáticos como *rafting*, *bóia-cross*, *duck*, todos praticados neste rio.

Assim, além de ser o manancial mais importante da cidade, existem laços afetivos históricos da comunidade com o rio, que somados à oportunidade de negócio e lazer, torna-o muito importante para o cidadão brotense e a região. Esse turismo jamais poderia ser desenvolvido em Brotas, caso o rio Jacaré Pepira fosse poluído.

CAPÍTULO III

3.1 Evolução Urbana da Cidade de Brotas

O português José Ribeiro da Silva Reis cedeu alguns lotes de suas terras (requeridos no fim do séc. XVIII) próximas ao rio Jacaré Pepira, a seus filhos, que construíram uma casa de pouso de viajantes, onde mais tarde sua filha mandou erguer uma capela na Fazenda Velha. A construção foi iniciada em 1939. Transformando a paisagem local, iniciou-se ao redor desta capela uma pequena povoação, onde tropeiros e carreiros atravessavam Brotas em sentido a Araraquara ou ao rio Paraná, e ali se hospedavam, vindos da Vila da Constituição, atual Piracicaba.

Assim, de um lado está Piracicaba e do outro está Araraquara. Quando as pessoas passam a se estabelecer nos “fazendões”, partem de Piracicaba rumo a Araraquara, passando por Brotas, que está no meio do caminho, cruzando o rio Jacaré Pepira. Por esse motivo, tem-se depois do rio a formação de Brotas, a partir da Igrejinha de Santa Cruz.

A construção desta igreja se deu em 1839 e é anterior a fundação da cidade (1859). A comemoração da data de instituição da igreja tem mais importância hoje do que a data de elevação de Brotas de vila à cidade. Ali começou a cidade.



Figura 32. Igreja de Santa Cruz. Fonte: Amanda Pimenta, abril de 2008.

A partir de 1953, a freguesia passou a pertencer a Rio Claro e mais tarde, em fevereiro de 1959 foi elevada a Vila, e em agosto deste mesmo ano, foi instalado o Município de Brotas.

Com o intuito de determinar novas regras de comportamento dos indivíduos, uma vez que o espaço onde vivem vem sendo transformado, foram estipuladas regras pela administração pública, através do Código de Postura. Ramos (1996, p.19) conta que na década de 1880, o Município de Brotas obrigava que fosse feita a caiação²⁹ de muros, a extinção de formigueiros e proibia a criação de porcos nos quintais das residências. Tais decisões alteravam o espaço, mudando o aspecto físico e comportamental. Ainda segundo a autora:

²⁹ Pintar com tinta feita de cal, água e cola. Dar cor branca ao muro.

Em 1883, a Câmara Municipal aprovou por unanimidade a alteração dos números das ruas por nomes. A atual Rua Mário Pinotti passou a se chamar avenida Conselheiro Paulino e depois rua do Comércio, pois era a principal rua da cidade. A atual Rua Rodolfo Guimarães, como ficava à direita da Matriz, passou a se chamar Rua Direita (idem, p.19).

Em 1884 inaugurava-se a Cadeia, o Fórum e o Paço Municipal da cidade. Brotas transformava seu cotidiano e seus espaços conforme se instalavam os latifúndios, a ferrovia, os imigrantes, a expansão da cidade, a produção e a distribuição da energia elétrica.

Segundo Ramos (idem, p.24), em 1919, o novo Código de Posturas dividiu a cidade em perímetro central e suburbano e definiu novas regras para as edificações urbanas. Entre elas estavam proibidas as construções cobertas de palhas e folhas e as cercas de arame farpado ou de plantas de espinhos. Os proprietários de prédios na cidade eram obrigados anualmente a caiar e pintar as frentes de seus prédios e muros com cores claras, sob pena de multa e de ter que refazer o serviço. Já as casas térreas deveriam ter suas frentes com quatro metros e meio de altura e, no caso de serem assobradadas, cada andar deveria ter quatro metros. Essas medidas poderiam ser alteradas para mais ou menos somente em casos de segurança.

Em 1868 Brotas anunciava obras no caminho que a ligava a Jaú, Lençóis e Botucatu e em 1876 a ligação de Brotas com a capital e o porto de Santos se tornou mais rápida, pois foi inaugurada a ferrovia em Rio Claro. Os trilhos seguiam os cafezais e os poderosos cafeicultores aproximavam as estações de suas lavouras (idem, p.76). O traçado do ramal férreo que servia Brotas foi desenhado a partir de 1885 depois de muitas lutas e interesses.

Estação na cidade, automóveis, carros de boi, carroças conviviam com os pedestres e as manadas de animais que ainda eram transportados em tropas e que, invariavelmente, passavam pelas ruas da cidade para atingir a Estação ou seguir a viagem até outro município. Assim, em 1919, o Código de Posturas, editado pela Câmara Municipal, ditava regras e procedimentos para uso das ruas da cidade. Na época era essencial multar quem espantasse animais que estivessem parados na rua ou tropeiros que se utilizassem de outras ruas que não as determinadas para conduzir

suas tropas, conduzir carroças, carros-de-boi ou troles sem um guia ou pessoa suficiente para prender os animais. Essas determinações eram respeitadas muitas vezes sob as reclamações de quem devia segui-las (RAMOS, 1996, p.82).

Ramos (idem, p.21) afirma que a localização de solos férteis e o poder dos fazendeiros foram fundamentais para a definição do traçado da estrada de ferro e estabelecimento de suas estações. A presença das serras também influenciou no traçado (anexo E), pois a linha deveria conter muitas curvas e, portanto, fazer um traçado mais longo. O problema foi sanado em 1920, quando foi feito o aterro e o trem pode superá-la de forma mais direta e mais rápida. Na implantação dos trilhos, a cidade perdia mais um pouco do verde em sua paisagem. Porém a ferrovia facilitou a locomoção dos fazendeiros (entre a cidade e a fazenda), bem como do transporte de materiais de construção, mobiliários e acessórios domésticos.

Assim, a ferrovia chegava a Brotas em 1885 e sua primeira estação se localizava no atual Campos Elíseos, bastante modesta, sem documentação que defina sua localização exata. O espaço da cidade ganhou novo significado. Algumas fábricas se instalaram na cidade, dando preferência para a zona urbana.



Figura 33. Mapa de Brotas demonstrando o traçado inicial (pontilhado em roxo) da ferrovia. Vê-se também o traçado em tabuleiro original da área central e o traçado posterior, mais irregular, da área contida pelo traçado da linha férrea. Fonte: Alcino Izzo Jr., 2007.

Cinco anos após a inauguração, segundo Ramos (idem, p.78), um contrato estabelecido com o governo faria com que dez quilômetros da linha na cidade fossem reconstruídos. A ferrovia nesta época já não pertencia aos fazendeiros, mas sim a um grupo inglês que deu início à reforma. Em 1892 surgiu uma nova estação urbana na cidade, mais exatamente onde era a Rua Paulo Delboux Guimarães, atual edifício da Escola de Comércio Álvaro Callado. Parte desta ferrovia, ainda existe na atual ocupação da Escola (há um logotipo da Cia. Paulista numa das paredes internas). Foi construída a avenida Rui Barbosa, realizaram o calçamento na avenida do hospital. Estendeu-se a ocupação insipiente, ligando linearmente a cidade. Construíram a nova estação. Em função da ferrovia teve de ser feita uma obra fantástica, com aterro onde a ferrovia cruzava, que cortou a cidade e, por outro lado, dificultou a instalação dos transportes. Havia já uma formação urbana que envolvia o trem.



Figura 34. Estação Álvaro Callado. Fonte: Prefeitura Municipal de Brotas. Arquivo – Prefeitura Municipal de Brotas. (Ginásio Estadual de Brotas, 1946).

A atual estação, resultado da padronização da bitola da via férrea, é de 1929, afastada de modo incompreensível, em termos urbanísticos, da área central da cidade. A mudança das bitolas foi feita para normatização, que no caso de Brotas era estreita e o desenho não era conveniente e precisou ser feita uma negociação para alterar o “rumo”. Em torno das estações ferroviárias formavam-se núcleos populacionais, porém um dado curioso é que em Brotas não foi instalada a Praça da Estação, mas sim um hotelzinho.

Os trajetos exatos da ferrovia fora da área urbana não são precisos e nem foram encontradas informações consistentes na FEPASA de São Paulo, segundo revelou o departamento técnico da Prefeitura Municipal de Brotas. Existe esse traçado mais preciso em mapas da expansão ferroviária no Estado, mas não era intuito aprofundar estes aspectos históricos sobre a ferrovia..



Figura 35. Estação ferroviária de Brotas. Fonte: *Google Earth*, 2008.

A ferrovia atualmente vai até o terminal intermodal do Tietê-Paraná. Da época em que foi criada a hidrovia, ela só se ampliou. Já há uma concessionária que ganhou a licitação para operar esse trecho.

A Praça da matriz não está no centro e nem mesmo voltada para o centro, está voltada para a saída ou os fundos da cidade. Não é também o ponto mais alto. Ela está no caminho de quem vai para a cidade. A estação não gerou uma urbanização densa a seu redor. Em qualquer cidade cafeeira, o centro corresponde ao limite entre a matriz, a estação e a prefeitura. Em função destas evidências, podemos afirmar que a cidade nasceu desmembrada, do ponto de vista daqueles agentes que concentram o chamado “posicionamento da cidade” com o poder. Tanto o religioso como o transporte ferroviário ou o poder civil, desmembrando-se, cada qual em um espaço singular, não se uniram e nem se integraram.

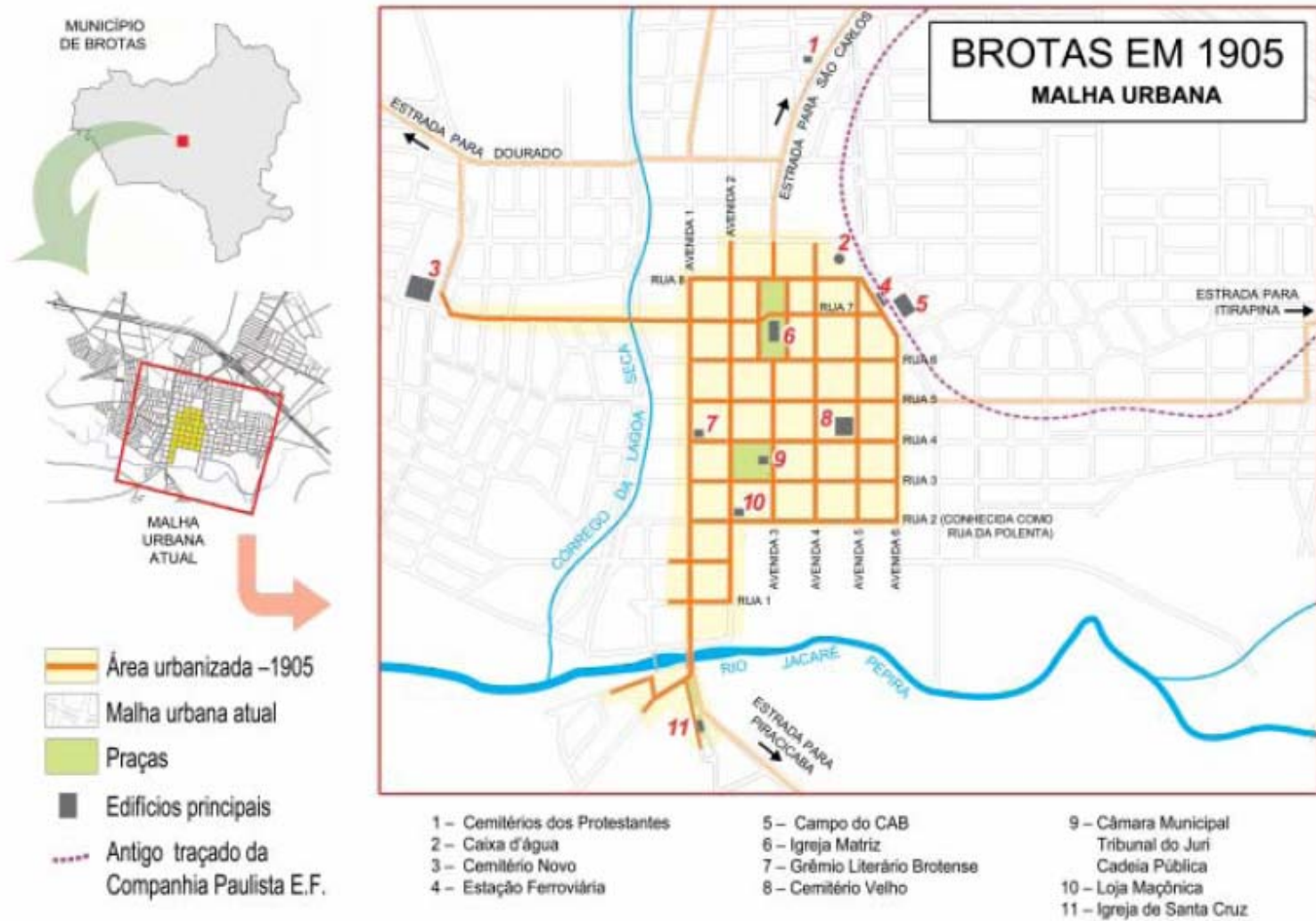


Figura 36. Brotas em 1905. Fonte: Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Brotas, 2008.

Acima, a figura retrata a cidade de Brotas em 1905. É possível perceber mais nitidamente o traçado do trem, bem como a formação urbana a partir da Igreja de Santa Cruz, antes do rio. A expansão da cidade se deu do outro lado do rio Jacaré Pepira, através de uma transposição. Essa área corresponde a um pedaço da mancha histórica demarcada no Plano Diretor da Cidade. A estação ferroviária, ainda está localizada na Escola de Comércio Álvaro Callado. Pode ser notado, no entanto que os “poderes” municipais não se encontram reunidos em um quadrante, como ocorre normalmente e também que a Igreja Matriz se encontra voltada para fora da cidade, ou melhor, para estrada de São Carlos.

Ainda no mapa representando Brotas em 1905 pode-se ler a rua 2 como “a antiga rua da polenta”, isso porque com a chegada de imigrantes e a riqueza proveniente do café, alteraram o corpo e a alma da cidade, pois novos hábitos e técnicas foram adquiridos. A rua Floriano Peixoto (rua 2) passou a ser chamada de rua da Polenta, por causa do cheiro de polenta. Em 1895, passeios e calçadas foram construídos nas avenidas Dois e Três, nas ruas Três e Quatro e nas faces do largo Municipal. Ramos (1996, p.22) afirma que as áreas públicas, aos poucos foram embelezadas com a construção de praças e jardins, onde foram instalados coretos. É o caso do largo da Santa Cruz e da Praça Amador Simões.

A população urbana da cidade cresceu devido à mecanização da lavoura, e conseqüentemente houve o êxodo rural após a crise cafeeira. Para Ramos (1996, p.26), com a construção de suas casas, a cidade cresceu em tamanho e teve terrenos de antigas fazendas, sítios e chácaras transformados em terrenos urbanos e suburbanos. Em 1933 a população era de 2.500 pessoas, em 1970 passou para 5.362 e em 1991 atingiu o número de 10.843.

Ramos (1996, p.57) afirma que no final dos anos 40, a instalação da Usina Varjão, aumentou as expectativas de trabalho oferecendo oportunidades inclusive para pessoas de fora.

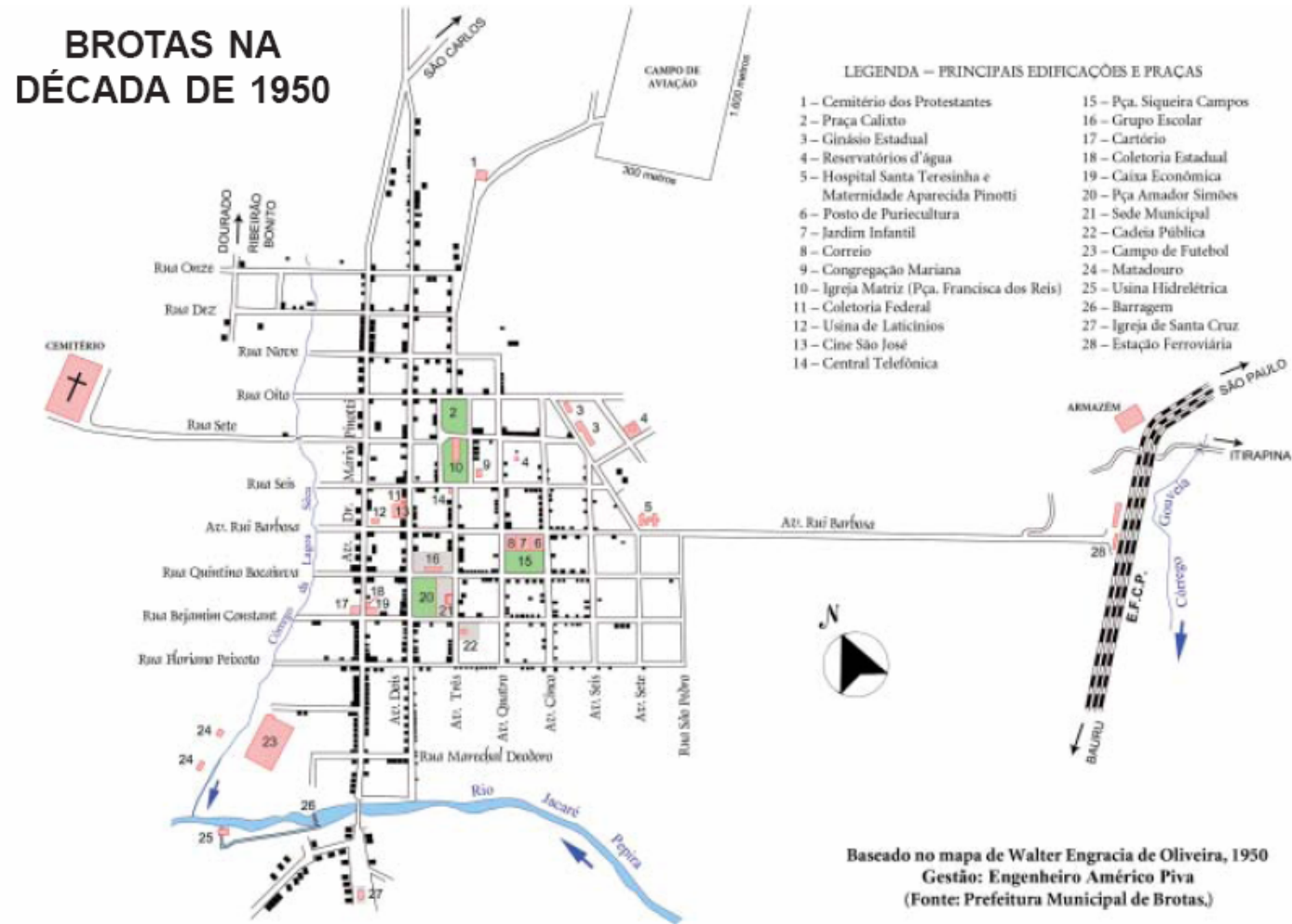


Figura 37. Brotas em 1950. Fonte: Reprodução do Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Brotas, 2008, p.34.

A figura acima demonstra que em 1950 podia-se constatar que houve aumento da área urbana desde 1905. O crescimento deu-se no mesmo sentido ortogonal, porém já havia a transposição do córrego da Lagoa Seca, afluente do rio Jacaré Pepira, onde foi construído o cemitério. A cidade expandiu principalmente para o Norte e para o Sudeste.

Já é possível perceber o desenvolvimento urbano, pois a cidade, cinco anos após a crise cafeeira em Brotas, conta com serviços telefônicos, de correio, cinema, escolas, cartório, hospital, igrejas, bancos e lazer representado por espaços como campo de futebol, praças, etc.

Em 1950, segundo Ramos (1996, p.87), a cidade foi totalmente integrada ao transporte rodoviário, com a pavimentação da via Anhanguera (pavimentação São Paulo – Campinas – Ribeirão Preto – São Carlos). Em 1964 foi aberta a rodovia SSP 225, ligando Itirapina a Jaú, passando por Brotas e em 1972 foi inaugurada a rodovia SP 197, Brotas – Torrinha. Por fim, em 1978 foi inaugurada a Rodovia Bandeirantes.

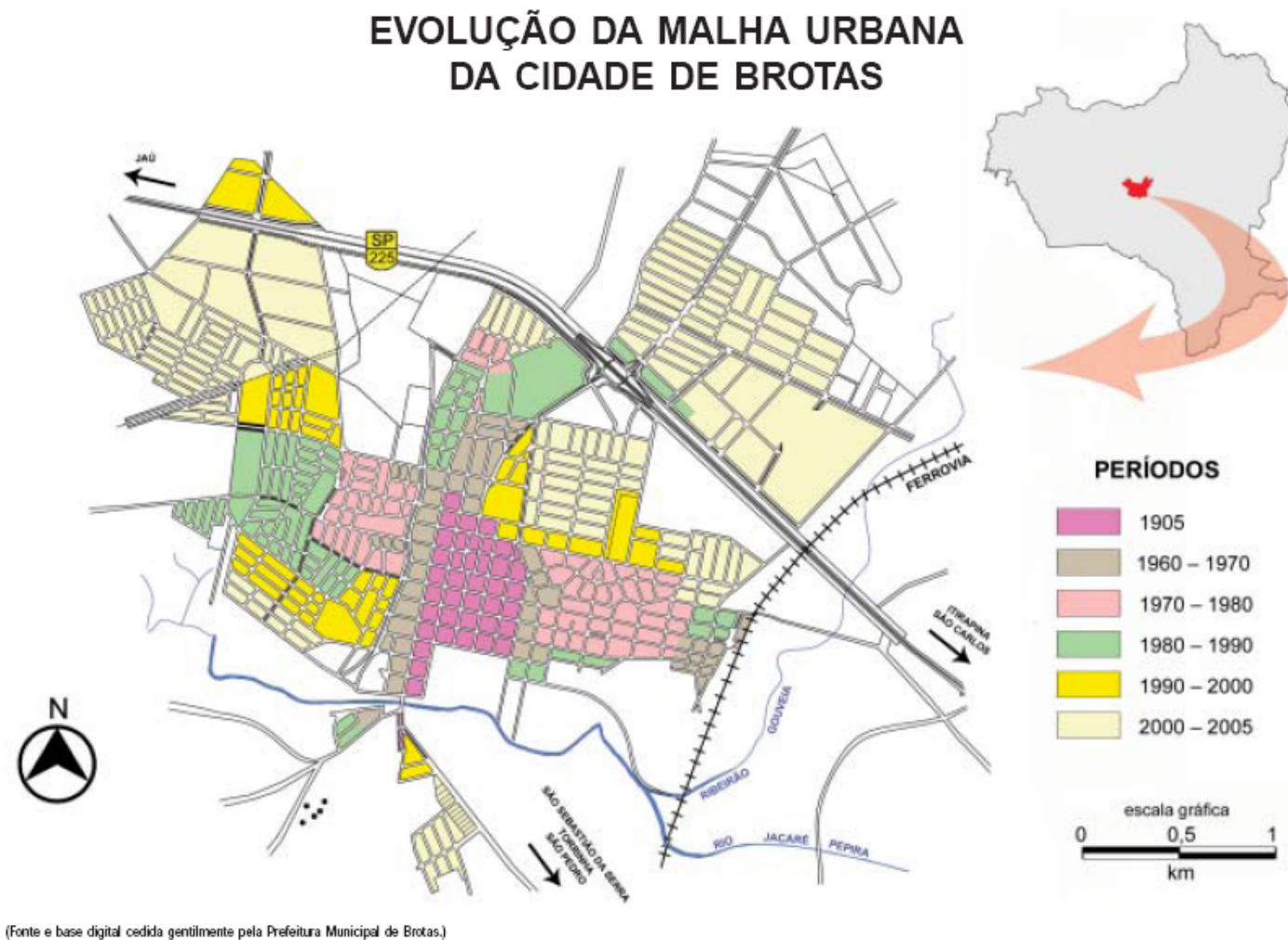


Figura 38. Evolução da Malha Urbana. Fonte: Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Brotas, 2008, p.35.

Na figura acima é possível avaliar a evolução da malha urbana do Município de Brotas. Apenas a partir dos anos 1970 e 1980 é que se inicia o processo de expansão transpondo o córrego da Lagoa Seca. Sendo assim nota-se certa resistência da população em passar para o outro lado do córrego. A construção da via marginal (avenida do córrego da Lagoa Seca) foi iniciada exatamente nos anos 1970, segundo o departamento técnico da prefeitura municipal³⁰, esse projeto ainda não está concluído.

Na década entre 1970 e 1980 aconteceu o primeiro corte dos eucaliptos na região e as empresas de grande porte começaram a comprar áreas na cidade. Junto a isso, nesta mesma década, houve muita expectativa com a proposta do governo estadual de mudar para lá a capital do Estado, exatamente no Município de Brotas. No caminho do Patrimônio, uma loteadora clandestina esteve na cidade e loteou uma área acima da SSP 225. As pessoas passaram a comprar lotes na cidade, a preços irrisórios. Portanto, esse bairro que aparece consolidado entre os anos de 2000 e 2005, bairro Campos Elíseos, iniciou a ocupação irregular a partir de 1980, segundo o departamento técnico da Prefeitura Municipal. É um bairro popular, de baixa renda, com muitos problemas, pois os loteamentos eram entregues sem drenagem, luz, água, esgoto e agora a Prefeitura está tentando sanar os problemas. O fato de ele estar localizado do outro lado da BR fez com que a falta de um trevo causasse muitos acidentes até três anos atrás. Em fotografias de 2000, esse bairro ainda estava vazio. Essas foram as grandes mudanças neste período.

Atrás da rodoviária localiza-se um bairro constituído por famílias de classe média alta, fato evidente pelo tamanho dos lotes, com mínimo de 360 m². Existe também um condomínio fechado, situação singular, considerando um município do porte de Brotas. Na verdade, este condomínio foi resultante da associação de alguns profissionais liberais que compraram um grande lote (um quarteirão) e resolveram construir suas casas em forma de conjunto.

³⁰ Conversa com o Diretor do Departamento de Planejamento de Brotas.

Ainda no mapa acima nota-se a localização atual da ferrovia. Ela não está mais inserida dentro do município, não possui mais as curvas que propiciaram o nascimento do traçado diferenciado na expansão do centro e seu traçado é agora retilíneo e regular.

3.2 TURISMO X PATRIMÔNIO CULTURAL DE BROTAS

O patrimônio cultural desempenha papel fundamental no desenvolvimento e enriquecimento cultural de uma comunidade, guardando informações e significados indispensáveis para o registro da história e por isso deve ser preservado.

A cartilha elaborada pela Prefeitura Municipal de Campinas serviu de referência para estabelecer aqui alguns parâmetros para a discussão da definição da área histórica. Ela apresenta a definição de patrimônio cultural como o conjunto de bens materiais e práticas culturais que se destacam no ambiente urbano e nas manifestações populares por representarem heranças técnicas, estéticas e culturais de diferentes épocas e gerações. Em outras palavras, para um bem ser considerado patrimônio cultural, é preciso que ele preserve elementos da memória coletiva.

Nesse sentido, Brotas possui monumentos e construções históricas relacionadas à época em que a cidade possuía sua economia baseada no café. Casarões antigos estão espalhados pela cidade, representando a riqueza do período cafeeiro. Como afirma Ramos:

Os fazendeiros construíram verdadeiros palacetes na cidade, onde residiam nos finais de semana para participarem de reuniões políticas, religiosas e sociais. Suas casas eram cuidadosamente decoradas com pesados móveis de madeira de lei, espelhos de moldura dourada, lustres de crystal, serviços de porcelana importada, camas francesas, cortinado, prataria fina (1996, p.52).

Segundo a cartilha elaborada pela Prefeitura Municipal de Campinas, os bens culturais podem ser considerados como todas as construções, artefatos, obras de arte ou objetos artesanais e industriais que constituem modos

específicos de um povo. Esses bens podem ser tangíveis quando se referem a objetos concretos, como, por exemplo, móveis (objetos e artefatos diversos) ou imóveis (construções, conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico ou ecológico). Os bens podem também ser intangíveis, quando se referem ao conhecimento, às técnicas, ao saber fazer, manifestações musicais ou de dança, canto, representações históricas populares aos usos e costumes.

Para Simão (2001, p.58), o referencial de memória e história que carregam, agregado normalmente às culturas que se preservam no tempo – na culinária, na gastronomia, nas festas, no fazer, nos costumes – dá-lhes atualmente um traço diferencial que, se valorizado, estimula seus cidadãos, guardiões desses bens, a resgatarem sua identidade local e seu sentido de preenchimento ao lugar.

A chegada de imigrantes e a riqueza proveniente do café, alteraram o corpo e a alma da cidade de Brotas, novos hábitos e técnicas foram adquiridos. A rua Floriano Peixoto passou a ser chamada de rua da Polenta, por causa do cheiro da polenta. Em 1895, passeios e calçadas foram construídos, como vimos, nas avenidas Dois e Três, nas ruas Três e Quatro e nas faces do largo Municipal.

Em Brotas, a cultura popular da cidade está contida na culinária e eventos tradicionais. A gastronomia da cidade é baseada na comida caipira, feita no fogão à lenha. Quanto aos eventos tradicionais, dentre os citados no inventário turístico, vale a pena destacar a festa de Santa Cruz, que segundo Ramos (1996, p.38), mistura a religiosidade com a oportunidade de lazer para a população local. A festa é realizada na cidade desde a inauguração da Igreja.



Figura 39. Festa na Igreja de Santa Cruz, data da foto Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Ourinhos (Igreja de Santa Cruz, 1930).

A preservação do patrimônio cultural se configura como mais uma das questões urbanas a ser planejada, inserida no contexto da atividade turística de todo o complexo que é a cidade. Segundo o Departamento Técnico da Prefeitura Municipal de Brotas, a mancha histórica que está prevista no Plano Diretor e será regulamentada nos próximos anos, onde estão localizados os principais bens históricos e culturais da cidade, possui atualmente, apenas um bem tombado, a Escola Álvaro Callado, antiga Estação da Cidade³¹.

³¹ Conforme a cartilha informativa da Prefeitura Municipal de Campinas, o tombamento pode ser realizado em qualquer bem cultural em potencial estado de conservação ou em pleno uso ou atividade, ou seja, deve estar em condições de oferecer a leitura dos elementos da memória coletiva nele presentes.



Figura 40. Escola Álvaro Callado. Fonte: Prefeitura Municipal de Brotas.
Fonte: Arquivo – Prefeitura Municipal de Brotas (sem data).

Segundo Simão (2001, p.23), a preocupação com a preservação cultural data, no Brasil, do início deste século. Apesar de alguns escassos registros do tema terem sido levantados anteriormente, é somente no início deste século que ações efetivas ocorreram.

Tratar essa mancha histórica na cidade de Brotas diferenciadamente se faz importante, uma vez que esta área deve ser considerada como um todo, um conjunto que faz parte de um contexto e não mais de forma pontual. As obras arquitetônicas não devem ser vistas de maneira isolada, mas contextualizadas física, social e culturalmente, tornando relevantes os conjuntos urbanos e territoriais. Para Simão (idem, p.35), preservar somente a tipologia arquitetônica não garantiria mais a feição paisagística urbana, a grande obra de arte. Neste sentido, destaca que as cidades continuaram sendo vistas como um conjunto de partes – edificações, ruas, praças. Foi este enfoque que fez por descaracterizar grandemente a tipologia das cidades coloniais. Ainda para autora (idem, p.40), o somatório da atuação ou da intervenção em cada edificação isoladamente, tendo como objetivo solucionar questões individualizadas, independentes do todo, não resultou em alguns casos efetivos, na preservação esperada, uma vez que muitas variáveis não foram consideradas.

O fato de se pensar uma regularização da área histórica torna-se de extrema importância para a definição de normas e parâmetros de intervenção futuros, porém é preciso cautela para que não haja demasiadas restrições a ponto de inibir ações e prejudicar alguns envolvidos neste processo. Para Simão (2001, p.42), pode-se entender que todos os imóveis urbanos regulados por legislação municipal que impõe regras urbanísticas, também são alvo de restrições administrativas, fiscalizadas pela Municipalidade. Este é um assunto pertinente e contemporâneo, principalmente quando abordadas as pequenas e médias cidades, que muitas vezes nunca conviveram com administrações públicas que assumiram o papel de ordenar a utilização do território urbano. Para a autora: "(...) a preservação do patrimônio cultural edificado constitui mais um parâmetro a ser considerado na regulamentação administrativa territorial das cidades preservadas (...)" (2001, p.42).

Para elaboração destas normas e regulamentos na cidade de Brotas deverá haver prevenção no sentido de que a população esteja integrada no planejamento e possa participar das decisões. Para Simão (2001, p.43), a organização espacial e as restrições impostas à utilização do território não devem constituir o foco principal da discussão. As soluções para os conflitos espaciais e territoriais podem ser melhores ou piores, conforme forem encaminhadas as questões relacionadas à apropriação do patrimônio cultural e da própria cidade pela população e sua organização interna e forma de gestão, como Simão expõe:

Os valores impregnados nas coisas do passado precisam estar amplamente divulgados para que a população local consiga reaver o seu orgulho por algo que é deles e que é valorizado. O gosto e o amor são fundamentais para que o cuidado realmente exista. Não se investe naquilo que não se acredita. É necessário buscar alternativas econômicas para estas cidades, que considerem a especificidade da ocupação do seu território e seu acervo cultural, da cultura popular impregnada em seus hábitos e fazeres, do potencial de conhecimento e fruição. É necessário que os gestores municipais conheçam novas alternativas e se abram a novos possíveis. E somente com o envolvimento de todos os atores sociais – iniciativa privada, sociedade civil e poder público – é possível realmente empreender um novo projeto para estas cidades, em que todos participem e se apropriem das decisões e se comprometam com os resultados. O planejamento urbano, apesar de todos os conflitos que dele emergem, pode cumprir um papel aglutinador, se realizado sob os parâmetros da democracia e da participação (2001, p.45).

A determinação de uma área histórica poderá agregar valor à atividade turística da cidade de Brotas, uma vez que atualmente apenas é explorado o turismo natural. Para Simão (2001, p.45), um acervo cultural preservado pode abrir possibilidades econômicas, de desenvolvimento, e indicar alternativas de sustentabilidade local. O turismo se apresenta, hoje, como uma das principais atividades socioeconômicas que se compatibilizam com a presença do patrimônio cultural. Neste sentido, a autora (2001, p.98), afirma ser necessário conhecer o público real ou potencial que configura o mercado turístico de determinado local, uma vez que o turista é exigente e seletivo. Buscar informações sobre suas necessidades e seus sonhos, além de trabalhar a oferta para que ela atenda as expectativas e busque sua própria superação, não somente deve ser almejado, como deve fazer parte da estratégia de implementação da atividade turística. A satisfação do turista é outro objetivo que o turismo deve estabelecer, já que sem ela a atividade também não sobrevive.

Propiciar a participação dos vários segmentos na gestão urbana, promover a geração de emprego e renda e preservar o patrimônio ambiental e cultural, para Simão (2001, p.87), é necessário, sem dúvida, para que haja a mudança de mentalidade da comunidade, pois só assim passará a se responsabilizar por seus processos. E mudança de mentalidade exige comprometimento e entendimento de que o tempo para absorção de novas idéias e novas práticas varia de grupo para grupo, ou até mesmo de pessoa para pessoa. Clareza de objetivos e de metas garante que as estratégias de operacionalização das transformações urbanas sejam adequadas.

O estabelecimento de parcerias e a estruturação de plano de ações, almejando garantir a apropriação do espaço pela população local e o compartilhamento de responsabilidades no processo de desenvolvimento socioeconômico, apresentam-se como requisitos para as cidades possuidoras de acervo patrimonial e cultural cuja viabilidade depende da implementação da atividade turística. A implantação do turismo como atividade econômica municipal exige mobilização e envolvimento de toda população, uma vez que interfere em toda organização existente, formando novas organizações e estabelecendo outras redes de relação. Aos pequenos e médios municípios, como Brotas, possuidores

ou não do patrimônio cultural, cabe refletir sobre estas questões e buscar condições de se adequarem ao processo contemporâneo de (re)posicionamento das cidades no contexto global (Idem, 2001, p.89).

Pensar a gestão urbana, contemporaneamente, significa formar outras redes de relações locais. Significa quebrar paradigmas, principalmente quando se refere às pequenas e médias cidades brasileiras, normalmente tão voltadas para si mesmas, tão dentro de seu cotidiano e de sua própria história. A manutenção das relações políticas e sociais, entretanto, não tem garantido a manutenção da qualidade de vida de toda população. As relações urbanas, reflexo de todo o processo social, econômico e político que o país atravessa e das mudanças globais ocorridas no nosso planeta, precisam ser revistas e (re)adequadas à atualidade (Idem, p.90).

A comunidade local precisa se apropriar dos benefícios que o turismo pode gerar e entender como minimizar os possíveis impactos causados. Para que isso ocorra, é necessário envolver todos os segmentos sociais no planejamento e implementação da atividade, comprometendo-os com o encaminhamento e os resultados a serem colhidos. Para as cidades preservadas, faz-se necessário que a comunidade se (re)aproprie de seus valores culturais, preparando-os para configurarem-se em oferta turística. O conhecimento da história, o entendimento do significado dos lugares e a sua correta interpretação contribuem para a garantia da preservação local. Entretanto é importante saber discernir até que ponto o aperfeiçoamento contínuo do turismo pode vir a destruir as “diferenças do lugar e esgotar os significados turísticos dos lugares desejados” (Idem, p.97).

O patrimônio cultural de Brotas é de extrema importância para o município, e, independente de sua regulamentação, deverá ser preservado, pesquisado, de modo que integre a população local quanto ao conhecimento desses bens que constituem a memória coletiva e seja legível ao turista que desconhece a história da cidade. No mapa a seguir estão demarcados alguns casarões da cidade que representam a história marcada pelo café.

Segundo o departamento técnico da Prefeitura Municipal de Brotas, as casas mapeadas abaixo foram construídas por brotenses da classe média e retratam várias épocas, a partir das décadas de 1910/1920. O café criou oportunidade e riqueza suficiente para que as pessoas possam construir esses casarões.

Em casas da classe média e média-baixa, foram utilizadas ornamentação e geometria singular, com mão de obra pobre, porém esteticamente apurada. Uma casa ou outra isoladamente é exótica, mas no conjunto formam uma ambiência sócio-histórica interessante para cidade. Elas são a referência e identidade sociocultural da cidade. As casas possuem características muito próprias em seus ornamentos. Essas características começam a desaparecer a partir de 1970, quando as pessoas não se preocupam mais com esse acabamento, principalmente por se constituir em um gasto excedente.

As construções eram artesanais, feitas a mão. O ornamento é característico e pela época em que foram construídos os exemplares, podem ser considerados como patrimônios históricos porque têm uma referência cultural local muito forte, embora não constituam um bem representativo em termos regionais e, portanto, não necessitam ser tombados para serem preservados. Estão localizados em área que vai desde a Rua Mário Pinotti até a estação Álvaro Callado.

Em conjunto eles definem uma ambiência, formada por uniformidade nas distâncias entre parcelas, na seqüência de alinhamentos, apenas interrompidos pelas casas de esquina que possuem sempre um tratamento mais elaborado, a partir da inserção no programa arquitetônico de algumas áreas de transição como jardins de invernos, terraços, etc.

Alguns proprietários de antigos casarões estão explorando estas construções como atrações turísticas, tais como, o posto de gasolina (figura 45), uma construção muito antiga e característica e que abrigava também a residência do proprietário, foi preservado e transformado em bar. Brotas possui dois destes

postos, que são pontos referenciais em termos de arquitetura local. Por outro lado, em algumas casas, os proprietários já trocaram as madeiras antigas por esquadrias metálicas. Boa parte das casas com importância sociocultural está em boas condições, conservando ainda a mesma relação de usos que tão bem caracteriza a casa em harmonia com a cidade.



- LEGENDA:
- | | | | |
|-----------|-----------|-----------|-----------|
| ● FOTO 01 | ● FOTO 08 | ● FOTO 15 | ● FOTO 22 |
| ● FOTO 02 | ● FOTO 09 | ● FOTO 16 | ● FOTO 23 |
| ● FOTO 03 | ● FOTO 10 | ● FOTO 17 | ● FOTO 24 |
| ● FOTO 04 | ● FOTO 11 | ● FOTO 18 | ● FOTO 25 |
| ● FOTO 05 | ● FOTO 12 | ● FOTO 19 | ● FOTO 26 |
| ● FOTO 06 | ● FOTO 13 | ● FOTO 20 | ● FOTO 27 |
| ● FOTO 07 | ● FOTO 14 | ● FOTO 21 | |



EDIFÍCIOS DE INTERESSE CULTURAL

Dissertação de Mestrado: "Desenvolvimento Turístico e Configuração Urbana: Estudo de Caso da Cidade de Brotas".
 Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-CAMP.

Aluna: Amanda Negrão Pimenta
 Orientadora: Maria Cristina da Silva Schicchi
 Mapeamento: Amanda Negrão Pimenta
 Colaboradores: Handria Ciqueira de Lima / Juliana Corrêa de Araujo / Felipe Luis Mancilio / Alcino Izzo Jr.
 Data: 17 de maio de 2.008 Escala: 1 : 2.500



Fig.41. Referência mapeamento: FOTO 1



Fig.42. Referência mapeamento: FOTO 2



Fig.43. Referência mapeamento: FOTO 3



Fig.44. Referência mapeamento: FOTO 4



Fig.45. Referência mapeamento: FOTO 5



Fig.46. Referência mapeamento: FOTO 6



Figura 47. Referência mapeamento: FOTO 7



Figura 48. Referência mapeamento: FOTO 8



Fig.49. Referência mapeamento: FOTO 9



Fig.50. Referência mapeamento: FOTO 10



Fig.51. Referência mapeamento: FOTO 11



Fig.52. Referência mapeamento: FOTO 12



Fig.53. Referência mapeamento: FOTO 13



Fig.54. Referência mapeamento: FOTO 14



Fig.55. Referência mapeamento: FOTO 15



Fig.56. Referência mapeamento: FOTO 16



Fig.57. Referência mapeamento: FOTO 17



Fig.58. Referência mapeamento: FOTO 18



Fig.59. Referência mapeamento: FOTO 19



Fig.60. Referência mapeamento: FOTO 20



Fig.61. Referência mapeamento: FOTO 21



Fig.62. Referência mapeamento: FOTO 22



Fig.63. Referência mapeamento: FOTO 23



Fig.64. Referência mapeamento: FOTO 24



Fig.65. Referência mapeamento: FOTO 25



Fig.66. Referência mapeamento: FOTO 26



Fig.67. Referência mapeamento: FOTO 27

CAPÍTULO IV

4.1 LEVANTAMENTO DE FORMAS DE APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS EM BROTAS

O mapeamento realizado na área central de Brotas, conforme o mapa de uso e ocupação do solo abaixo, demonstra que na Rua Mário Pinotti, a partir da rua Benjamin Constant, concentram-se oito agências de turismo de aventura e lojas de artesanato local nas proximidades do rio Jacaré Pepira.

O comércio local de alimentação e as pousadas estão distribuídos entre as Ruas Mário Pinotti e Rodolfo Guimarães, sendo a Rua José Pinheiro Piva, o divisor entre os bares e restaurantes com as residências. As pousadas em sua maioria estão ocupando antigos casarões. Os restaurantes têm ofertas diferenciadas, sendo que na Rua Mário Pinotti há serviços mais requintados e voltados para à classe média alta, como, por exemplo, um restaurante especializado em comida italiana.

Para determinar qual área possui maior concentração do turismo na cidade, a Avenida Padre Barnabé, paralela à Praça Amador Simões, é a que faz a divisa da área turística, daí no sentido oposto ao rio Jacaré Pepira, começa a área habitacional. A área turística se situa lindeira ao rio.

A própria Praça Amador Simões, localizada entre as Ruas Padre Barnabé e Rodolfo Guimarães, está sendo remodelada, devido à grande concentração de turistas nos finais de semana e feriados, além do fato de abrigar a comunidade local. Também está sendo construída uma cúpula para possibilitar apresentações culturais, não só para os cidadãos, mas também para os turistas. Segundo o Departamento Técnico da Prefeitura Municipal de Brotas, o projeto foi elaborado pelo diretor do Departamento de Planejamento, principalmente, segundo ele, por constatar a ausência de um lugar onde a população pudesse participar dos programas culturais.

Os carrinhos de alimentação de ambulantes da praça também foram retirados porque novas estruturas, mais adequadas, estão sendo construídas.

A mancha turística poderá ser apontada, portanto, a partir do quadrante da Rua Rui Barbosa até a Rua Alfredo Mantili, e a Rua Padre Barnabé, do lado esquerdo da Rua Rodolfo Guimarães, que dá suporte ao turismo, com equipamentos de apoio (restaurantes, bancos, comércio). Acredita-se que o turismo tem avançado continuamente e que a área de expansão urbana para fins de turismo continuará expandindo ainda nas Ruas Mário Pinotti e Rodolfo Guimarães, principalmente se levados em conta a localização do rio Jacaré Pepira, a concentração de pousadas, de comércio de alimentos e de artesanatos. Também se deve considerar que, nesta área, há um grande número de edifícios mais antigos significativos, que poderão ser reocupados com atividades de hospedagem, recreação e lazer.

A cidade, como dito anteriormente, possui maior concentração de turistas devido à localização das agências na Rua Mário Pinotti. O cenário se difere entre o período noturno e diurno, pois os turistas costumam fazer os passeios na área rural a partir das 7h da manhã. Assim Brotas fica novamente calma e tranqüila. No final da tarde, a cidade começa a se movimentar de novo, pois os turistas voltam às pousadas, casas ou chácaras, seguem para o *happy hour* e a noite a cidade fica com seus bares, restaurantes e suas ruas cheias.

As casas grandes, localizadas na mancha histórica, se esvaziam na medida em que cresce a viuvez das mulheres, embora continuem residindo nestas. Pode-se perceber a concentração de grandes casas desocupadas, nas bordas do centro que, aos poucos, têm sido esvaziadas pelos integrantes das famílias mais antigas em função da evasão das novas gerações, criando uma ociosidade nas construções e um esvaziamento no conjunto. Segundo o Departamento Técnico da Prefeitura Municipal, a densidade demográfica de Brotas diminuiu, pois é uma cidade com predominância de idosos, já que os jovens saem para estudar e em seguida para trabalhar, não voltando a morar na cidade. Este é o fenômeno social que

caracteriza a cidade, uma ausência de atividades que atraiam os mais jovens, que têm acesso a novos modos de vida em cidades maiores. Disto decorre também certa estagnação e falta de manutenção das construções, que em suas fachadas revelam a dificuldade destas moradoras solitárias em administrar uma reforma ou simples pintura, seja do ponto de vista econômico ou operativo. Neste sentido, são necessárias algumas ações por parte da municipalidade, mas até o momento não houve sucesso em nenhuma tentativa (com incentivo através de isenção de IPTU, por exemplo). Assim, está se formando um vazio construído, pois são casas de quatro quartos ou mais, com apenas uma pessoa habitando. Nem mesmo a utilização como pensão ou pousada é possível, dada a dificuldade de as proprietárias de operarem com funcionários e o ritmo frenético do movimento em períodos de grande fluxo de turistas.

A área histórica praticamente coincide com a área em que se desenvolvem as atividades ligadas à função central. Entretanto, o quadrilátero em que mais se concentram os usos do comércio e serviços ligados a estas, é o circunscrito pelas Ruas Rui Barbosa, Eliseu Lourenção e Rua Mário Pinotti; sendo que, esta última se prolonga até a Rua Alfredo Mangili, às margens do Rio Jacaré Pepira (à sudoeste) e até encontrar a Rua João Malagutti (à nordeste), expansão facilitada pela topografia praticamente plana da avenida, que se desenvolve na cotia média 620.

A partir desta contextualização foi possível realizar uma análise mais detalhada tendo como suporte os levantamentos realizados *in loco*:

1. Quanto ao uso do solo:

A classificação utilizada para identificação dos lotes no mapa, é bem específica, portanto para facilitar a leitura e a contagem das atividades por setor, esta foi reduzida da seguinte maneira:

- **Serviços Especializados (SE):** serviço clínicas, serviços variados e lazer.
- **Serviços Locais (SL):** serviços locais.

- **Comércio Especializado (CE):** comércio motores, comércio casa e comércio diversos.
- **Comércio Local (CL):** comércio local variado, comércio local vestuário, comércio local alimentação e lojas de departamento.
- **Desocupados (Des.):** estacionamento, edifícios desocupados e áreas demolidas.
- **Turismo (Tur.):** Agências de Turismo de Aventura, Artesanato local, Hotéis e Pousadas.
- **Institucional (Inst.):** Edifícios institucionais públicos ou privados.
- **Residência (Res.):** Habitação/Pensão.

A partir da análise do mapa de uso de solo pudemos verificar que nos quadrantes 1 a 6 (setor leste), a ocupação é predominantemente residencial, com ocorrências de comércio local e comércio especializado não relacionado ao turismo, mas com às demandas características de uma área central. O estado de conservação é bom ou regular, são áreas que ainda não estão muito pressionadas pela atividade turística. Em contrapartida, é onde se constata uma alta taxa de vacância de imóveis (que inclui imóveis desocupados, terrenos vazios e demolidos) e a presença da maior parte das casas mais antigas, de padrão mais simples, muitas desocupadas. O quadrante 6 (quadras a, b e c) é o mais agravado por esta característica, pois possui 7 imóveis desocupados e alguns imóveis em estado ruim. Isto aponta para um esvaziamento residencial nesta área que se ressentir da movimentação gerada pela área comercial contígua, mas que ainda não foi incorporada por esta (transição). Nos quadrantes 7 e 8, mais próximos da área turística, ainda prevalece o uso residencial, com ocorrência de comércios e serviços especializados em maior quantidade, próprios de áreas centrais.

Estes usos não são voltados apenas para o turismo. O quadrante 10, que faz divisa com a Rua Mário Pinotti, que está na porção mais a norte, apresenta já uma mistura muito grande de usos, alta taxa de vacância (11 imóveis, edifícios desocupados ou demolições) e a presença de serviços especializados e comércio

central não caracterizados apenas para turismo. Já no quadrante 11, se apresenta como o coração da área turística, com a presença da maior parte das pousadas, hotéis e lojas de artesanato. Há poucas residências e muito comércio e serviços especializados voltados para as atividades centrais, mas principalmente para atender à demanda turística. Essa ocupação se estende pelo quadrante 12, composto pela porção da Rua Mario Pinotti em direção ao rio Jacaré Pepira. O quadrante 9, que corresponde ao setor da avenida na direção nordeste é ainda ocupado por residências, possui comércio local e serviços especializados, porém não voltados ao turismo, bem como alguns lotes ainda desocupados.

A contagem dos usos obtidos pelo levantamento nos permite observar de forma mais geral a dinâmica de usos e atividades na área central e histórica de Brotas. Os 679 imóveis levantados, que estão na área delimitada pelo zoneamento, no Plano Diretor, como “zona de proteção histórica”. Estes totalizam 32 quarteirões, somados ao levantamento dos imóveis com testada voltada para a Rua Mário Pinotti, entre as Ruas João Magalutti e Alfredo Mangili:

- 10% estão ocupados por serviços especializados;
- 2% por serviços locais;
- 4,7% por comércio especializado;
- 12,35% por comércio local;
- 8,9% estão desocupados;
- 3,25% apenas, estão voltados exclusivamente para a atividade turística;
- 4,6% são de usos institucionais e os restantes; e
- 54,2% ainda são ocupados por residências.

Isto nos permite constatar que apesar de ocorrer uma concentração do comércio e serviços voltados ao turismo no quadrilátero citado no início, este comércio é, ao mesmo tempo, o característico de qualquer área central, o que nos leva a concluir que não houve um avanço de atividades com especificidade para o uso dos turistas, mas houve um aumento e concentração considerável dos próprios

serviços típicos centrais, o que significa que deve ocorrer também uma ociosidade dos mesmos quando ocorre um refluxo da demanda turística. Isto, de certa forma confirma a hipótese de Silva (2006) sobre a fase atual do ciclo turístico de Brotas, que parece tender uma superação de sua originalidade, como oferta de um tipo de turismo, sem, contudo, ter atingido um nível de consolidação da infra-estrutura projetada para tal.

Entretanto, o efeito deste aumento e concentração de comércio e serviços já afetou as áreas adjacentes, como podemos constatar pela descrição dos quadrantes. As áreas, onde predomina o uso residencial, já apresentam uma alta taxa de vacância e imóveis menos conservados. É preocupante, principalmente, o fato de haver uma grande quantidade de exemplares históricos aí localizados, já que não constituem patrimônios tombados e a única forma de preservá-los será a definição de diretrizes de ocupação e restrições específicas, hoje inexistentes.



LEGENDA:

- HABITAÇÃO POPULAR
- SERVIÇO CLÍNICOS
- EDIFÍCIO DESOcupADO
- SERVIÇO VARIADOS (comércio/mercado)
- ESTACIONAMENTO
- SERVIÇO LOCAL (banco/restaurantes)
- INSTITUCIONAL
- AGÊNCIA DE TURISMO E AVENTURA
- DEMOLIDO
- ARTESANATO LOCAL
- LAZER (clubes/casas de veraneio/praças públicas)
- COMÉRCIO LOCAL VARIADO (papeteria/marchês)
- LOJAS DE DEPARTAMENTO
- COMÉRCIO LOCAL ALIMENTAÇÃO (barracas/restaurantes)
- COMÉRCIO LOCAL VESTUÁRIO (lojas de roupas)
- HOTÉIS E PousADAS
- COMÉRCIO MOTORES (peças de automóveis)
- COMÉRCIO CASA (móveis/eletrônicos)
- COMÉRCIO DIVERSOS

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Dissertação de Mestrado: "Desenvolvimento Turístico e Configuração Urbana: Estudo de Caso da Cidade de Brotas".
 Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-CAMP.

Aluna: Amanda Negrão Pimenta
 Orientadora: Maria Cristina da Silva Schiochi
 Mapeamento: Amanda Negrão Pimenta
 Colaboradores: Handria Ciqueira de Lima / Juliana Corrêa de Araújo / Felipe Luis Mancillo / Alcino Izzo Jr.
 Data: 17 de maio de 2008 Escala: 1 : 2.500

2. Quanto ao Estado de conservação da cidade:

Pode-se dizer que a parte mais conservada é a Rua Mário Pinotti, conforme podemos constatar no Mapa de Estado de Conservação abaixo. Trata-se da rua onde há maior concentração de estabelecimentos turísticos, a maioria em bom e ótimo estado. Podemos creditar essa situação à atividade turística.

Apesar de haver disparidades, não se nota grande quantidade de edifícios em estado de conservação ruim ou muito ruim, portanto, no geral, podemos afirmar que a cidade está razoavelmente bem conservada, não havendo nenhum fenômeno de deterioração notável. Esse fato, entretanto, não significa que haja uma preocupação com a preservação já incorporada pela população e, portanto, requer uma discussão sobre ações preventivas, na medida em que a atividade turística tende a aumentar nos próximos anos.

A despeito da conservação muito boa na maior parte dos imóveis, nota-se uma quantidade de lotes em estado menos conservado nas quadras limites à leste, ou seja, nas quadras mais distantes da Rua Mário Pinotti, principal rua de comércio e uma das entradas da cidade. O lado direito da via (em direção ao Jacaré Pepira) apresenta divisão fundiária bastante complexa, pois as quadras com lotes de maior profundidade, situadas entre a avenida e o Corredor Especial (Lagoa Seca) parecem indicar uma tendência de aí se operar futuramente uma mudança maior de usos e novas atividades, não só pela proximidade da Rua Mário Pinotti, mas também pela proximidade de grandes equipamentos localizados ao longo do Corredor (já existe o Departamento de Urbanismo da Prefeitura, supermercado, lojas comerciais, etc.), favorecida pela divisão fundiária e pelo fato de a cidade ter se expandido para esta região há bem pouco tempo, fato que explica a ocorrência de construções recentes. A remodelação da via também é um aspecto que contribui para o estado de conservação geral da área, onde foram construídas as pontes que permitiram a transposição do tecido para a outra margem, eliminando a barreira que o rio representava nesta porção oeste.

3. No Mapa de Gabarito de Alturas:

Constatou-se que na área central a maior parte das edificações é térrea, com exceção das construções mais antigas, onde há porões. Isso favorece a preservação das visuais e a constituição natural do sítio, já que construções de maior porte tenderiam a mudar a topografia do lote e alterar a divisão fundiária. Esta preservação favorece especialmente a preservação da leitura a partir da diferença de cotas de alturas (que é tênue) que caracteriza a conformação do tecido urbano no perímetro da área central e histórica e em relação às margens do Jacaré Pepira. Em outras palavras, é mais importante que a preservação do gabarito de alturas se dê para o conjunto, para que se mantenha a legibilidade da paisagem constituída com o rio.



LEGENDA:
 ● MUITO RUIM
 ● RUIM
 ● REGULAR
 ● BOM
 ● MUITO BOM



ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Dissertação de Mestrado: "Desenvolvimento Turístico e Configuração Urbana: Estudo de Caso da Cidade de Brotas".
 Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-CAMP.

Aluna: Amanda Negrão Pimenta
 Orientadora: Maria Cristina da Silva Schicchi
 Mapeamento: Amanda Negrão Pimenta
 Colaboradores: Handria Ciqueira de Lima / Juliana Corrêa de Araújo / Felipe Luis Mancilio / Alcino Izzo Jr.
 Data: 17 de maio de 2.008 Escala: 1 : 2.500



LEGENDA:
 ○ TÉRREO
 ● TÉRREO MAIS UM PAVIMENTO
 ● TÉRREO MAIS DOIS PAVIMENTOS
 ● PORÃO MAIS TÉRREO



GABARITO DE ALTURAS

Dissertação de Mestrado: "Desenvolvimento Turístico e Configuração Urbana: Estudo de Caso da Cidade de Brotas".
 Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-CAMP.

Aluna: Amanda Negrão Pimenta	
Orientadora: Maria Cristina da Silva Schiochi	
Mapeamento: Amanda Negrão Pimenta	
Colaboradores: Handria Ciqueira de Lima / Juliana Corrêa de Araújo / Felipe Luis Mancilio / Alcino Izzo Jr.	
Data: 17 de maio de 2.008	Escala: 1 : 2.500

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade turística causou impactos tanto positivos quanto negativos na cidade de Brotas. De forma geral, os resultados positivos prevaleceram, já que foi possível a minimização dos aspectos negativos, através dos benefícios ambientais e econômicos gerados no território. Esses benefícios permitiram a inclusão de diferentes setores e atores da sociedade no processo de implantação e operação das atividades, ainda que não se trate de uma maioria.

O turismo trouxe à cidade de Brotas a formação de ONGs interessadas em elaborar programas de desenvolvimento sustentável, além de atrair investidores e empreendedores dispostos a trabalhar no município, principalmente vindos dos demais municípios do Estado de São Paulo. Assim, a cidade ganhou novos hotéis, restaurantes, agências, etc., gerando emprego e renda para a população local.

A proposta inicial desse trabalho era entender e analisar quais os impactos urbanos causados pelo desenvolvimento do turismo, porém ao longo da pesquisa fez-se necessário também um estudo sobre os impactos causados na área rural, de forma que pudéssemos compreender a relação rural-urbano recém estabelecida, como decorrência da atividade turística. Neste sentido, como foi possível demonstra que apesar de quase todas as agências de turismo de aventura se concentrarem no centro da cidade, os atrativos e sítios turísticos estão localizados na área rural, aumentando assim a área afetada pelo turismo. A área urbana opera como espaço de suporte para o turismo, já que as atividades que aí se localizam decorrem das atividades turísticas localizadas na área rural.

Ao pesquisar o turismo oferecido na cidade, nos deparamos com o desconhecimento e confusão dos próprios agentes de turismo, quanto ao tipo de turismo que se operava na cidade. Por isso, aprofundamos a pesquisa bibliográfica sobre o turismo de aventura e o ecoturismo. Ao se realizar uma busca no *google* com palavras chaves como “Brotas – Turismo de Aventura” e “Brotas – ecoturismo” percebemos que para a segunda apareceram mais de sessenta mil resultados, enquanto para a primeira aproximadamente sete mil. Porém segundo a pesquisa bibliográfica desse trabalho foi possível perceber, que Brotas é referência em Turismo de Aventura. O ecoturismo deve ser considerado uma oferta agregada, um complemento e, muitas vezes o que eles chamam de ecoturismo está sendo confundido com turismo na natureza – turismo de aventura.

Após estudos realizados ficou nítido que o turismo modificou a configuração urbana da cidade, porém isso não se revelou em mudança de comportamento e visão da população local, uma vez que a maior parte desta não está envolvida e muito menos inserida no setor.

A concentração de atividades numa única rua, como pudemos constatar pelo mapa de uso do solo, gera espaços excludentes na cidade e, portanto, a expansão da atividade turística em Brotas deverá ser revista. Deve ser incentivada a ocupação de outras áreas para localização das atividades agregadas ao turismo, visto que o impacto e desvinculação com o resto da cidade criam uma zona de liminaridade difícil de ser assimilada pela população e demanda uma vigilância e manutenção diferenciada das outras áreas do setor central.

A cidade de Brotas não possui diversidade de ofertas de programas turísticos. Todas as agências oferecem os mesmos pacotes e serviços. Nenhuma delas possui atividades complementares às atividades básicas vendidas aos turistas. Ainda que operem em locais diferentes, nada diferencia realmente as ofertas. Já os sítios turísticos muitas vezes, complementam-se, uma vez que há maior diferenciação devido aos recursos naturais e estrutura física oferecida. Por exemplo,

quase todos possuem cachoeiras, porém nem todos oferecem piscinas, restaurantes, *rafting*, arvorismo. Pode-se dizer que cada sítio possui suas características próprias e quando há a fusão dessas atividades, há maior atratividade.

Como ficou demonstrado, há muitos eventos e tentativas de inserção por parte do poder público e da iniciativa privada quanto à participação da população local, que, seja por medo ou falta de conhecimento, não participam da maior parte das atividades oferecidas. Esse fato nos faz repensar se o planejamento do turismo está no caminho certo, pois, além da oferta de programas comunitários relacionados aos esportes radicais ou mesmo à educação ambiental, são necessárias uma sensibilização e conscientização da comunidade quanto à importância do papel que o turismo pode representar como opção de lazer e de melhoria da qualidade de vida dos próprios moradores.

O turismo em Brotas se iniciou de maneira informal e a partir de interesses privados começou a surgir a forma de organização e planejamento como, por exemplo, é o caso da formação do COMTUR, Núcleo Brotas Brasil, etc. O planejamento da atividade ainda é insipiente, pois não se detectou o funcionamento adequado e nem mesmo a participação necessária ou ainda, a inserção da comunidade ou de associações nos grupos formados para discutir, desenvolver e fomentar a atividade. Mesmo havendo a PMTS focada, antes de tudo, na sustentabilidade, há falhas quanto ao aspecto de desenvolvimento do turismo respeitando a cultura, economia, meio ambiente e sociedade local.

Outro ponto fundamental e que pode ser objetivo do COMTUR, é formar guias e condutores especializados em atividades e esportes de aventura e qualificar os executivos para dirigir as empresas. É primordial a formação consciente dos *trade* e dos turistas sobre seus papéis junto à sociedade. O incentivo ao trabalho com o terceiro setor e instituições de proteção ao ambiente natural também deve ser iniciado.

Percebe-se que as decisões ainda estão centralizadas e distantes das ações, como é o caso do bilhete ambiental, o *voucher*, que poderia controlar o turismo na cidade e também valorizar o papel das agências de turismo de aventura perante a comunidade e cliente.

As atividades turísticas ainda se encontram desorganizadas e desconectadas, precisando assim que um planejamento estratégico seja rapidamente implantado. Para isso precisam contar com o auxílio da união dos grupos, apoio da comunidade, mas principalmente com a atuação de profissionais qualificados da área do turismo e afins.

A transformação da configuração urbana a partir do desenvolvimento da atividade turística é nítida e pode ser constatada a partir do crescimento da implantação de estabelecimentos, reformas e restaurações, motivados a preparar a cidade para a recepção de visitantes. No meio rural também há transformação das propriedades, que através do oferecimento de atividades turísticas, puderam complementar renda e modificar hábitos de vida.

A partir dos levantamentos e mapeamentos realizados foi constatado que cidade encontra-se íntegra, conservada e sem deteriorações, pelo menos na área que hoje abriga maior concentração das atividades turísticas. Sendo assim, trabalhar a preservação dos bens sócio-culturais e oferecer atividade turística complementar seriam ações compatíveis com o crescimento esperado no setor.

A questão principal que se coloca para discussão é quanto à natureza das diretrizes de preservação que devem ser implementadas. No caso do centro de Brotas, ainda é possível estabelecer um equilíbrio de ocupação que, em boa parte, pode decorrer diretamente de um controle dos usos que serão permitidos no futuro. Em outras palavras, seria importante que as restrições nesta área histórica impedissem alterações na configuração fundiária, com determinação de testadas máximas também, permitisse a manutenção de lotes menores que o mínimo de

360m², incentivasse a manutenção dos alinhamentos de fachadas e os recuos diferenciados, e não padronizasse a área como um todo, principalmente nos casos onde isto se constitua uma regularidade de conjunto. Neste sentido, a taxa de ocupação e o índice de aproveitamento, não utilizados, poderiam ser compensados com subtração de seus valores da metragem utilizada para cálculo de impostos e taxas municipais, como forma de compensação. A exemplo da importância da manutenção do gabarito de alturas baixo dos edifícios, para se preservar a leitura do sítio histórico e sua relação com o rio, a preservação da arquitetura significativa de Brotas também será mais efetiva se pensada como conjunto e não isoladamente para cada imóvel. A recorrência de mesmos tipos arquitetônicos, por efeito de demonstração, com pequenas variações nos ornamentos e arranjos de implantação é o que garante a conformação de uma ambiência típica da cidade.

Por tudo que o foi exposto sobre as condições de conservação das construções do centro da cidade, concluímos que não seria necessária uma legislação específica para a sua preservação, e sim adequações às diretrizes de uso e ocupação do solo, sendo que uma delimitação de setores característicos - a partir da leitura de "casas típicas", com a respectiva caracterização de sua condição construtiva - e o estabelecimento de parâmetros comuns para cada deles, seria já suficiente para impedir a descaracterização. Para tal, é importante a definição de parâmetros para futuras alterações na divisão dos lotes, no espaçamento das divisas (incluindo o alinhamento de fachada), na geometria e no padrão das construções. Tendo em vista a pouca compreensão da população local do valor cultural e turístico destas construções, seria importante que estes parâmetros fossem organizados em forma de cartilha e levados ao conhecimento da população e, principalmente, dos proprietários dos imóveis.

Estas propostas, mesmo as de caráter restritivo, são bastante viáveis, principalmente se tivermos em conta a proposta de zoneamento existente no Plano Diretor, em que há uma disposição de se organizar a expansão central para o Corredor Lagoa Seca, cujas restrições são menores, e o padrão a ser gerado, a

partir da definição dos lotes mínimos e dos usos permitidos, poderá absorver as necessidades futuras de novas construções e instalações para atendimento dos usos centrais e os voltados aos turistas.

Finalmente, essas idéias são preliminares e têm o propósito de iniciar uma discussão de revisão da própria legislação de uso e ocupação do solo proposta no plano diretor, como um elemento que poderia servir como suporte para preservação urbana.

As propostas para implementar as ofertas turísticas do município seriam, por exemplo, a criação de um roteiro sócio-cultural e um roteiro agroturístico. Ambos enriqueceriam a cidade ofertando formas diferentes de turismo, complementando os segmentos já oferecidos. Seria uma forma também de prolongar o tempo de permanência do turista na cidade, ou mesmo de fazê-lo retornar ao município.

Algumas situações pontuais já podem ser realizadas como o aproveitamento do trenzinho da cidade para levar os turistas a um passeio pela história de Brotas. Neste passeio, além do conhecimento da história e da contemplação do patrimônio sócio-cultural, poderia ser incluída a degustação de comidas típicas (na Rua da Polenta) e de pinga, bebida tradicional em regiões remanescentes do período do café.

Outra saída seria a criação do circuito rural da cidade, utilizando as antigas fazendas (muitas delas ainda não fazem parte do desenvolvimento do turismo na cidade) para a criação de um roteiro rural, onde poderiam ser realizadas, em cada fazenda, atividades diferenciadas, como a visita ao patrimônio arquitetônico e ambiental próprio de cada propriedade, trilhas de antigas áreas de plantação de café, passeios a cavalo, degustação da comida e bebida típica, passeio de trator, etc.

Portanto, em Brotas, não é necessário demarcar uma “zona turística” da cidade, mas sim criar ações que visem integrar de forma harmônica - e, para tal, diferenciadas para cada aspecto e setor (zoneamento, regulamentação, infraestrutura de apoio, etc.) – todo o centro da cidade como potencial área receptora da demanda turística, uma vez implementadas as atividades complementares citadas anteriormente.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, P. H. **Representação da Natureza, Transformações Espaciais e Turismo em Brotas/SP**. Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre na UNICAMP, 2005.

BENI, Mário. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 2 ed. São Paulo: Senac, 1998.

BENI, Mário. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 12 ed. São Paulo: Senac, 2007.

BENI, Mário C. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BIDOU-ZACHARIASEN, C, Cord.; D'ARC, H. R., HIERNAUX-NICOLAS, D., Colaboradores.; **DE VOLTA À CIDADE: Dos Processos de Gentrificação às Políticas de “Revitalização” dos Centros Urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.

BODSTEIN, L. C. de A. **Conservação Ambiental e Desenvolvimento Turístico no Brasil: Conciliação e Perspectiva**. Revista Turismo em Análise, v.03 n.01: ECA/USP, 1992.

BOLSON, J. H. G.; Circuitos Turísticos de Minas Gerais: Modelo de Regionalização. Revista Turismo, p.eletrônica: <http://www.revistaturismo.com.br/artigos/minasgerais.html>, 2004.

BRUHNS, H. T. **Ecoturismo e Ambientalismo: Explorando Relações**. Turismo em Análise, v.16 n.02: ECA/USP, 2005.

CABRAL, N. R. A. J.; SOUZA, M. P. **ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL: Planejamento e Gestão de Paisagens Protegidas**. 2 ed. São Carlos: RIMA, 2005.

CARVALHO, Maria Cecília M. de. **Construindo o saber – Metodologia Científica: Fundamentos e Técnicas**. 2 ed. Campinas, SP: PAPIRUS, 1989.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 6 ed. São Paulo: CORTEZ, 2003.

DENCKER, Ada de F. Maneti; **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. São Paulo: FUTURA, 1998.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo: Política de Desenvolvimento do Turismo no Brasil**. São Paulo: ATLAS, 2003.

ENDRES, A. V. **Sustentabilidade e Ecoturismo: Conflitos e Soluções a Caminho do Desenvolvimento**. Revista Turismo em Análise, v.10 n.01: ECA/USP, 1998.

FERRETTI, E. R. **Turismo e Meio Ambiente: Uma abordagem integrada**. São Paulo: Ed. Roca, 2002.

GALVÃO, J. **O processo de planejamento do turismo de natureza: Reflexões sobre a construção da política municipal de desenvolvimento sustentável do turismo de Brotas**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em geografia da Universidade Estadual Paulista, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A.; **Metodologia Científica**. 3ª ed. São Paulo: ATLAS, 2000.

LANDIM, P. da Cruz. **DESENHO DE PAISAGEM URBANA: As cidades do interior Paulista**. Ed. UNESP, 2004.

LEITE, R. P. **Contra-usos da Cidade – Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea**. Campinas: Edunicamp. Ed. UFS, 2004.

LINDBERG, K.; E. D. H.; (editores). **Ecoturismo: Um Guia Para Planejamento e Gestão**. Tradução: Leila Cristina de M. Darin. São Paulo: SENAC, 2001.

LÓPEZ-RICHARD, V.; CHIGNÁLIA, C. R. **Turismo de Aventura: Conceitos e paradigmas fundamentais**. Turismo em Análise, v.15 n.02: ECA/USP, 2004.

MARCUSE, P. **Enclaves, Sim; Guetos, Não: A Segregação e o Estado**. Revista Espaço e Debates - Segregações Urbanas. v.24 n.45: jan/jul, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Diretor Participativo**. Brasília, 2005.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Roteiros do Brasil**. Governo Federal: Ed. Letras Brasileiras, 2008.

MORAES, M. B.; **Uma Introdução ao Planejamento Urbano de Ilha Comprida**. São Paulo: FAU, Paisagem e Ambiente n. 10, 1996.

NEIMAN, Z. **Meio Ambiente, Educação e Ecoturismo**. Barueri: Ed. Manole, 2002.

NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. **Ecoturismo: Discurso, Desejo e Realidade**. Turismo em Análise, v.05 n.02: ECA/USP, 2004.

OLIVEIRA JÚNIOR, A. F.; **Valoração Econômica da Função Ambiental de Suporte relacionada às atividades de Turismo, Brotas, SP**. Tese de Doutorado defendida no programa de pós-graduação em ecologia e recursos naturais do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de São Carlos, 2003.

PALLADINO, R. **Ecoturismo, de simples modismo a um grande negócio**. Turismo em Número. Ano 6. Ed. nº. 60, 2007.

PIRES, P. dos S.; **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: SENAC, 2002.

PETROCCHI, M.; **Gestão de Pólos Turísticos**. São Paulo: FUTURA, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS. **Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Brotas**, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS. **Inventário Turístico Municipal**, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS. **Relatório Final: Zoneamento Ambiental**, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Patrimônio Cultural**. Campinas – SP: Governo do Estado de São Paulo.

RAMOS, A.; BUSSAB, L.; SOUZA M. de; SANSONI, S. **Brotas: Cotidiano e História**. Brotas – SP: Prefeitura Municipal de Brotas, 1996.

REJOWSKI, M.; **Turismo e Pesquisa Científica**. 4º ed. Campinas – SP: PAPIRUS, 1996.

RUBINO, S. **Gentrification. Notas sobre um conceito incômodo**. Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro. Oculum Ensaios: Revista de Arquitetura e Urbanismo. Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2004.

RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo Ecológico – Dificuldades para sua caracterização**. Revista Turismo em Análise, v.06 n.01: ECA/USP, 1995.

RUSCHMANN, D. V. de M. **Impactos Ambientais do Turismo Ecológico no Brasil**. Revista Turismo em Análise, v.04 n.01: ECA/USP, 1993.

SCHICCHI, M.C., BENFATTI, Dênio (Org.). **Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro**. Campinas, Rio de Janeiro: PUC-Campinas/PROURB, 2003, pág. 287-296).

SALGADO, I. **Brotas: Preservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**. "Seminario Internazionale di Studi a Pigna e Saorgi", organizado por Paolo Stringa do Laboratorio di Analisi Urbane e Territoriali, Laboratorio Polis della Università degli Studi di Genova, 28 e 29 de aprile, Saorge e Pigna, 2006.

SCHICCHI, M.C, BENFATTI, D. (Orgs.) **Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro**. Campinas, Rio de Janeiro: PUC-Campinas/PROURB, 2003.

SERSON, J. **Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentado**. Revista Turismo em Análise, v.03 n.01: ECA/USP, 1992.

SEVERINO, A. J.; **Metodologia do Trabalho Científico**. 21 ed. São Paulo: CORTEZ, 2000.
SIMÃO, M. C. R. **Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVA, M. da G. L.; **Urbanização do Lazer: Reflexões sobre Produção e Consumo da Paisagem em Cidades Turísticas**. São Paulo: FAU, Paisagem e Ambiente n. 12, 1997.

SILVA, M. da G. L.; **Cidades Turísticas – Identidades e Cenários de Lazer**. São Paulo: Aleph, 2004.

SILVA, M. da G. L.; **Os cenários do lazer: Turismo e Transformação da Paisagem Urbana**. São Paulo: FAU, 2003.

SILVA, J. G. **As Insatisfatórias Fronteiras entre o Brasil Urbano e o Brasil Rural**. UNICAMP, 2006.

SILVA, C. A. **Análise Sistêmica, Turismo de Natureza e Planejamento Ambiental de Brotas: Proposta Metodológica**. Tese apresentada para obtenção do título de doutor na UNICAMP, 2006.

SILVA, C. A.; FILHO, A. P. **As Possibilidades de Sustentabilidade do Sistema Turístico do Município de Brotas (SP)**. USP, 2005.

TRIGO, L. G. G. **Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

TULIK, O. **Turismo e Meio Ambiente – Identificação e Possibilidade da Oferta Alternativa**. Revista Turismo em Análise, v.03 n.01: ECA/USP, 1992.

UVINHA, R. R. **Turismo de Aventura: Reflexos e Tendências**. São Paulo: ALEPH, 2005.

VALLE, M. **Turismo de Aventura**. Turismo em Número. Ano seis. Ed. N. 60, 2007.

ZYSMAN, N., (Org). **Meio Ambiente, Educação e Ecoturismo**. Barueri – SP: MANOLE, 2002.

YÁZIGI, E. **Civilização Urbana, Planejamento e Turismo.- Discípulos do Amanhecer**. São Paulo: Contexto, 2003.

ZYSMAN, N., Org. **Meio Ambiente, Educação e Ecoturismo**. Barueri – SP: MANOLE, 2002.

FONTES WEBGRAFIA:

Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/port/sca/proeco/turverde.html>. Acesso em 20/10.2007.

Disponível em:

<http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/conselhos-municipais/orientacoes-para-a-criacao-dos-conselhos-da-cidade-nos-municipios/>. Acesso em 12/06/08.

Disponível em:

<http://asn.interjornal.com.br/site/noticia.kmf?noticia=5368484&canal=212>. Acesso em: 20/10/2006.

Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/APA>. Acesso em 19/10/2006.

Disponível em:

<http://www.brotas.sp.gov.br/cidade/geofisico.htm>. Acesso em 20/10/2006.

Disponível em:

<http://www.brotas.sp.gov.br/>. Acesso em 20/10/2006.

Disponível em:

http://www.brotas.sp.gov.br/plano_diretor/lei_plano_diretor.pdf. Acesso em 20/10/2006.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 20/10/2006.

Disponível em:

<http://www.vemprabrotas.com.br/pcastro/brotas.htm>. Acesso em 20/10/2006.

Disponível em:

http://www.brotas.sp.gov.br/leis/municipal/cap3_questionario_turista.pdf. Acesso em: 18/10/2006.

Disponível em:

http://www.businessguide.com.br/noticias/noticia_057.htm. Acesso em 11/02/2008.

Disponível em:

<http://www.saopaulo.tur.br/circuitospaulista/>. Acesso em 10/02/08.

Disponível em:

<http://asn.interjornal.com.br/noticia.kmf?noticia=7005628&canal=36>. Acesso em 18/03/08.

Disponível em:

http://www.unwto.org/media/news/en/press_det.php?id=1665&idioma=E. Acesso em 10/02/08.

Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/regionalizacao/>. Acesso em 10/02/08.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/MPV/Antigas_2003/103.htm. Acesso em 10/02/08.

Disponível em:

www.sebrae.com.br. Acesso em 20 de junho de 2008.

Disponível em:

http://www.abeta.com.br/aventura-segura/pgn.asp?id_pg=6&nivel=2&n1id=1&n2id=6.
Acesso em 25/06/08.

Disponível em:

<http://www.abeta.com.br/aventura-segura/empresas-aderidas.asp>. Acesso em 25/06/08.

Disponível em:

http://www.abeta.com.br/aventura-segura/pgn.asp?id_pg=42&nivel=1&n1id=42.
Acesso em 15 /06/08.

Disponível em:

<http://homologa.ambiente.sp.gov.br/municpioverde/protocolo.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2008.

Disponível em:

<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/minasgerais.html>. Acesso em 16 de junho de 2008.